



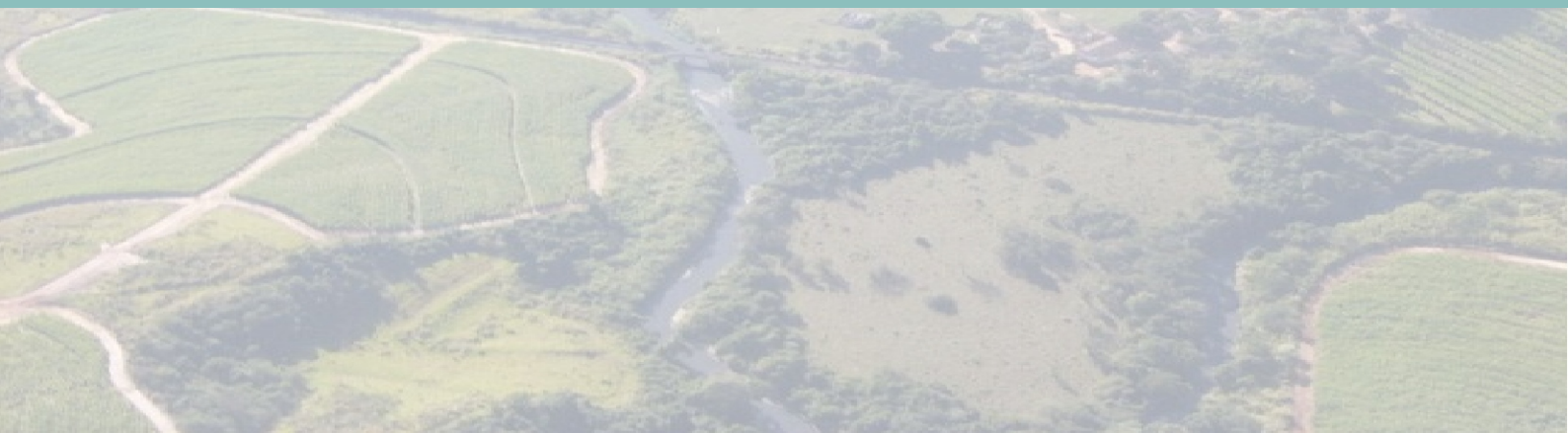
MEMORIAL

PROCESSO PARTICIPATIVO

DE REVISÃO DO

PLANO DIRETOR DE LIMEIRA

jan/06 a dez/07



***“Um homem só é bom quando,
junto de outros homens,
constrói um bem que é de todos.”***

REALIZAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LIMEIRA

Prefeito Silvio Félix da Silva

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

Secretário Engenheiro Civil Ítalo Ponzo Junior

DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO TERRITORIAL

Diretora Arquiteta Ana Cristina Ferreira Machado

COMITÊ GESTOR DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Coordenador Engenheiro Civil Ítalo Ponzo Junior

COORDENAÇÃO TÉCNICA

MSc. Arq^a. Alessandra Argenton Sciota

CREA 5060448280

ART 92221220070403035

Arq^a. Ana Cristina Ferreira Machado

CREA 060137004-5

ART 92221220070314669

COMITÊ GESTOR DE REVISÃO DO PLANO DIRETOR

Membros conforme Decretos nº 12/06 e 22/06

Alessandra Argenton Sciota, MSc. Arquiteta, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo
Alex Marques Rosa, Arquiteto, Instituto de Arquitetos do Brasil
Alquermes Valvasori, Padre Doutor, organizações de proteção ambiental
Ana Cristina Ferreira Machado, Arquiteta, Diretora Secr. Mun. Plan. Urbanismo
André Leme da Silva Fleury Bonini, Advogado, Secretaria Mun. Saúde *(parcial)*
Armando Geraldo Cecato, Tecnól. San., Serviço Autônomo Água e Esgoto
Dirceu Brasil Vieira, Dr. Eng. Agr., Diretor Secr. Mun. Agricultura e Meio Ambiente
Fernanda Cristina Billato Conti, Sindicato Rural Patronal *(parcial)*
Ítalo Ponzo Júnior, Eng. Civil, Secretário Mun. de Planejamento e Urbanismo
Jayme Cheque Júnior, MSc. Arquiteto, Instituições de ensino superior
João Aparecido Santarosa, Presidente Sindicato Rural Patronal *(parcial)*
Juliana Binotti Pereira Scariato, Arquiteta, Cons. Mun. de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico de Limeira
Luciane Gianechini Senra, Arquiteta, Assoc. Engenheiros e Arquitetos de Limeira
Luis Fernando César Lencioni, Advogado, Assessor Câmara Municipal Limeira
Luiz Antonio Arnosti, Advogado, Diretor Secretaria Municipal Saúde *(parcial)*
Maria Lúcia Pinhata Silva, Prof., Diretora Secretaria Municipal de Educação
Mário Sérgio Lala, Eng. Civil, Sind. Patronal Indústrias da Constr. e Afins Limeira
Maurício Delgado, Diretor, Depto. Trânsito/Secr. Mun. Obras e Transportes
Renato Hachich Maluf, Eng. Civil Pres., Associação Comercial Industrial Limeira
Sidnei Nunes de Andrade, Líder Movimentos populares

CONVIDADOS

Membros da Comissão Normativa de Legislação Urbanística - CNLU

Antonio Custódio de Oliveira, Eng. Civil – Assoc. Engenheiros e Arquitetos Limeira
Antonio Eduardo Francisco – Centro Indústrias Est. São Paulo
Ary Candiotto Filho, Assessor – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Carlos Jerônimo Vieira, Jornalista – Secretaria Municipal de Cultura
Deny Maria Simonaggio, Eng. Civil - Depto. Trânsito/Secr. Mun. Obras e Transportes
José Marco A. Pareja Cobo, Eng. Agr. – ong Preservação
Lázaro Gilberto Vasques, Sociól. – Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Maria José de Moraes Bonin, Ass. Social – Centro Promoção Social Municipal
Mary Dalva Leme Fiorentini, Assessor – Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo
Milton Aparecido Janoski, Tecnól. Constr Civil - Secr. Mun. Plan. e Urbanismo
Rafael Gabriel de Oliveira Júnior, Bacharel Letras – Secr. Mun. da Cultura
Roberto Martins – Sindicato Patronal das Indústrias da Construção e Afins - Limeira
Rogério Mesquita, Biólogo – Secr. Municipal Agricultura e Meio Ambiente
Soraia Zaccaria Belotti, Arquiteta – Secretaria Municipal da Habitação
Valmir Barreira – Secretaria Municipal da Fazenda

Membros das Secretarias Municipais e Autarquias

Claudemir Alessandro Nicolau da Silva – Secr. Municipal de Turismo e Eventos

Israel José das Neves – Serviço Autônomo de Água e Esgoto

João Aparecido Santarosa - Secr. Municipal Agricultura e Meio Ambiente (parcial)

Equipe Técnica Interna

Adriana Cristina de Campos – Téc. em Edificações, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Alessandra Argenton Sciota - MSc. Arquiteta, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Ana Cláudia Trefft – Tecnól. Saneamento, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Ana Cristina Ferreira Machado - Arquiteta, Secr. Mun. de Plan. e Urbanismo

André Rogers Campanholi – Téc. em Edificações, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Ary Candiottto Filho – Assessor Técnico Eq. Topografia, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Camila Pereira Leme – Coordenadora de Serviços, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Denise Fernandes - Técnica em Geomática, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Deny Maria Simonaggio - Eng.Civil - Depto. Trânsito/Secr. Mun. Obras e Transportes

Flávio Aparecido de Souza – Auxiliar de Topografia, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Mary Dalva Leme Fiorentini – Assessora Técnica, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Narciso de Campos Júnior – Auxiliar de Topografia, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Volker Dettmer - Coordenador de Serviços, Secr. Mun. Plan. e Urbanismo

Estagiários

dedicação integral

Célia Regina dos Santos – Ciências Sociais

Flávia Renata Siqueira – Arquitetura e Urbanismo

Juliana Jurgensen Jacon Martins - Arquitetura e Urbanismo

Rodrigo Guerreiro Rossetti - Arquitetura e Urbanismo

Rodrigo Pelizari da Silva – Geografia

Soraia Talita Soffiatti - Ciências Sociais

dedicação integral na etapa final dos trabalhos

Cassiana Poleti Francisco - Arquitetura e Urbanismo

dedicação parcial no início dos trabalhos

João Marcel de Souza – Tecnologia em Construção Civil

Karen Cristina Rossler – Publicidade e Propoganda

Rafael Marcelo Delariva - Geografia

REDAÇÃO

MSc Arq. Alessandra Argenton Sciota

AGRADECIMENTOS

Águas de Limeira S.A.
Assessoria de Comunicações da Prefeitura Municipal de Limeira
Associação Comercial e Industrial de Limeira - ACIL
Câmara Municipal de Limeira
Centro das Indústrias do Estado de São Paulo - CIESP
Centro de Assistência Técnica Integral – CATI/Limeira
Centro de Promoção Social Municipal - Ceprosom
Centro Rural do Pinhal
Centro de Pesquisas Meteorológicas e Climáticas Aplicadas à Agricultura
-Cepagri/Unicamp
Companhia de Tecnologia de Saneamento Ambiental - CETESB
Defesa Civil de Limeira
Departamento de Água e Energia Elétrica - DAEE
Departamento de Geologia – Escola de Engenharia de São Carlos/USP
Elektro Eletricidade e Serviços S.A.
EMEIEF Cassiana Maria Soares Lenci
EMEIEF da Fazenda Citra
EMEIEF Governador Mário Covas
EMEIEF José Paulino
EMEIEF Maria Aparecida de Lucca Moore
EMEIEF Mauro Vieira
Igreja Católica do Bairro do Tatu
Igreja Luterana do Bairro dos Pires
Instituto Agrônomo de Campinas - IAC
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE
Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo - IPT
Instituto Geológico
Instituto Superior de Ciências Aplicadas - ISCA
Laboratório de Geoprocessamento da Unicamp
Secretaria Municipal de Cultura
Secretaria Municipal de Desenvolvimento
Secretaria Municipal de Educação
Secretaria Municipal de Fazenda
Secretaria Municipal de Habitação
Secretaria Municipal de Obras e Transportes
Secretaria Municipal de Saúde
Secretaria Municipal de Segurança Pública
Secretaria Municipal de Turismo e Eventos
Serviço Autônomo de Água e Esgoto - SAAE
Sindicato Rural Patronal

ÍNDICE

PARTE 1: RELATÓRIO DOS TRABALHOS.....	11
O PLANO DIRETOR VIGENTE E A NECESSIDADE DE REVISÃO.....	12
HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR.....	12
GESTÃO DO PROCESSO.....	13
ETAPAS DO PROCESSO.....	13
FORMAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL.....	19
PARTE 2: LEITURA COMUNITÁRIA.....	20
OFICINAS DA ÁREA RURAL DE LIMEIRA	22
OFICINAS DA ÁREA URBANA DE LIMEIRA.....	25
RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS.....	28
.....	53
PARTE 3: LEITURA TÉCNICA.....	53
1. CONTEXTO HISTÓRICO.....	54
1.1. ORIGENS DE LIMEIRA.....	54
1.2. ASPECTOS HISTÓRICOS.....	57
2. CONTEXTO GERAL.....	60
3. POPULAÇÃO.....	61
4. MEIO FÍSICO.....	64
4.1. CLIMA.....	64
4.2. GEOMORFOLOGIA.....	64
4.3. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS.....	69
4.4. FLORA	75
4.5. FAUNA.....	76
5. ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL.....	78
5.1. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO	78
5.2. EVOLUÇÃO URBANA.....	79
5.3. OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA.....	81
Nos dias atuais, a cidade apresenta-se construída de forma horizontal, com verticalização concentrada na região Central, estando alguns conjuntos de edificações verticais de 4 pavimentos dispersos nas regiões dos Bairros Boa Vista, Vila Independência, Jardim Piratininga e Vila Brasil, conforme indicados no Mapa 10 anexo.....	81
Verifica-se também uma grande concentração de núcleos fechados residenciais na porção SW da mancha urbana, constituído majoritariamente por loteamentos fechados, conforme se pode ver no Mapa 11 anexo.....	81
Esta concentração propiciou a criação de uma barreira quanto à mobilidade, pois suas grandes dimensões reduzem as áreas de circulação viária que ficam inseridas dentro do fechamento.....	81
Além disso, se auto segregam urbanisticamente em relação à cidade já que voltam as costas a ela, impondo-lhe extensos muros que tornam a vizinhança inóspita e insegura, já que não há fluxo constante de pessoas, comércios e serviços, apenas fluxo de veículos de passagem.....	81

Já os condomínios residenciais são em pequeno número, com dimensões menores e dispersos pelo tecido da cidade.....	81
Quanto à regularidade do tecido urbano, verifica-se que o grande problema da cidade é a existência dos loteamentos de chácara de recreio implantados clandestinamente (ver Mapa 12 anexo) e que a partir da Lei 357/05, poderão ser regularizados desde que atendam aos seus requisitos, ressaltando-se que estão em área rural e serão tratados mais à frente neste documento (item 5.5).....	81
Existem também alguns conjuntos habitacionais, promovidos pela CDHU e Prefeitura, que não estão registrados, por diversos fatores, entre eles titularidade dos imóveis, mas atualmente estão em processo de regularização.....	81
Destacam-se também, em pequena quantidade, áreas de cortiços ou ocupações precários bem dispersas no tecido, apontadas no Mapa 13 anexo, caracterizadas como moradia de população de baixa renda, sendo já tratados socialmente pelo CEPROSOM, não podendo ser consideradas como distorções de impacto no tecido urbano.....	82
Quanto aos vazios urbanos, assim entendidos como as áreas intersticiais existentes dentro e ao redor da mancha efetivamente urbanizada, foi encontrada grande quantidade deles, majoritariamente de pequeno porte e algumas de médio porte, indicadas no Mapa 14 anexo.....	82
No Mapa 14 acima mencionado, pode-se verificar que, apesar de esses vazios urbanos estarem propícios para serem utilizados, a cidade continua se expandindo na porção S sem utilizá-los, haja vista os pedidos de diretrizes, pré-análise e aprovação de loteamentos em andamento, por não haver mecanismo de indução para sua ocupação.	82
A inexistência de mecanismo ou instrumento que induza a ocupação desses vazios urbanos, favorece a especulação imobiliária na medida os proprietários desses vazios aguardam a valorização decorrente da urbanização do entorno para parcelarem suas glebas, vendendo seus lotes com preços comparáveis aos já valorizados.....	82
5.4. USOS DA ÁREA URBANA.....	82
5.5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL.....	84
5.6. PAISAGEM	88
5.7. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	101
6. INFRA-ESTRUTURA.....	103
6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA.....	103
6.2. ESGOTAMENTO E TRATAMENTO SANITÁRIO.....	105
6.3. DRENAGEM PLUVIAL.....	106
6.4. COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS.....	107
6.5. MOBILIDADE.....	112
6.5.1. SISTEMA VIÁRIO.....	112
6.5.2. TRANSPORTES.....	115
7. EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS.....	117
7.1. EDUCAÇÃO.....	117
7.2. SAÚDE.....	120
7.3. CULTURA E LAZER.....	122
7.4. ESPORTES.....	123
8. ÁREAS VERDES.....	127

As áreas verdes compreendem as praças, sistemas ou áreas de lazer ou de recreio, que contenham ou não APP's (áreas de preservação permanente), não significando áreas exclusivas de equilíbrio ambiental natural, mas também as áreas de lazer, convívio, prática esportiva, contemplação ou embelezamento paisagístico.....	127
Sua distribuição pelo território urbano é mais homogênea exceto pelo entorno imediato do centro, constituído até os anos 70 pelos bairros: Jardim Piratininga, Vila Paraíso, Vila Leitão, Vila Maria Helena, Vila Esteves, Vila Cristóvam, Jardim Santa Lina, Vila São Manoel, Jardim Santa Lúcia, Vilas Cláudia I e II, Vila Lúcia Helena, Jardim São Luiz, Jardim Santana, Vila São Geraldo, Vila Queiroz, Boa Vista, Vila Castelar, Vila Tatuibi, Chácara Gava e Bairro Bom Jesus.....	127
Havia a condição expressa na Lei Municipal 1.096/69 de se obedecer ao traçados da Prefeitura com relação à reserva de áreas para equipamentos urbanos de infra-estrutura, equipamentos comunitários e áreas florestadas ou para reflorestamento.	127
Entretanto, como essa obrigação não se fez acompanhar por planos específicos, como dispunha a lei, não houve planejamento de médio e longo prazos, fazendo com que esses bairros próximos ao centro tivessem extrema facilidade de conexão para utilizar equipamentos e praças centrais.....	127
Urbanização é a ação de tornar a área pública provida de infra-estrutura e equipamentos tais como áreas de convívio e circulação pavimentadas, canteiros de vegetação rasteira, arbustiva e arbórea, iluminação, play grounds, campos ou quadras para prática esportiva, pontos de abastecimento de água, bancos, mesas e lixeiras.....	127
A urbanização, entretanto, não deve ocorrer nas APP's que integrem as áreas verdes..	127
A leitura técnica apontou que as áreas verdes urbanizadas são, portanto, muito poucas frente às não urbanizadas.....	127
Como reforço dessa situação, ressalte-se que a manutenção ao longo do tempo tem sido insuficiente para preservar obras e vegetação que eventualmente tenham sido efetuadas nas diversas áreas, conforme informou o Departamento de Áreas Verdes.	127
9. ECONOMIA.....	129
9.1. AGRICULTURA.....	132
9.2. INDÚSTRIA.....	134
A indústria de Limeira sempre foi destaque paulista, tendo sido grande alavanca de desenvolvimento, datando suas primeiras indústrias do século XIX.....	134
Destacam-se especialmente as de metalurgia, de máquinas e automotivas, de celulose, papel e papelão e de jóias e folheados, como já exposto acima.....	134
Atualmente, segundo o Ministério do Trabalho, existem 1.370 estabelecimentos cadastrados no Município.....	134
<u>O índice de emprego industrial, conforme informações da Diretoria Regional do CIESP em Limeira, sofreu variações positivas dos setores de Máquinas e Equipamentos (0,54%) e Indústrias Diversas (0,41%), que são setores predominantes na região por número de empregados, isto é, os que mais influenciam na ponderação do cálculo do índice total. .</u>	<u>135</u>
<u>Ainda segundo o CIESP, o resultado só não foi melhor devido as variações negativas dos setores de Metalurgia (-,64%) e Celulose, Papel e Papelão (-0,62%), que também são setores predominantes na região.....</u>	<u>135</u>
<u>A Figura 33 abaixo mostra os resultados comparativos da Diretoria Regional dos meses de fevereiro, nos anos 2000 a 2008.</u>	<u>135</u>
FIGURA 33 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL	135

.....	135
Fonte: CIESP/Limeira, 2008.....	135
9.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS.....	136
O comércio é dinâmico, devido ao potencial econômico e à diversificação de seu parque industrial consolidado que proporciona renda estável e oportunidades nas áreas do comércio e prestação de serviços.....	136
Conforme dados de 2008 do Ministério do Trabalho, o número de estabelecimentos cadastrados nas atividades de comércio é de 8.584 e o de serviços, 12.244.	136
A maior concentração localiza-se a partir do Centro histórico, contando com Mercado Municipal, tendo, nos últimos anos, crescido na direção SW, criando o chamado Centro Acima, com lojas mais elitizadas em relação ao centro tradicional, que é mais heterogêneo.....	136
É nessa região que se implantou o atual único shopping de Limeira, haja vista que o primeiro shopping, localizado às margens da Rodovia Anhangüera no Pq. Egisto Ragazzo, foi desativado.....	136
9.4. TURISMO.....	136
9.5. ATIVIDADES DE ENSINO SUPERIOR.....	137
PARTE 4: ELABORAÇÃO DA PROPOSTA.....	138
O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES.....	139
Como já exposto na Parte 1, o cruzamento das leituras técnica e comunitária e das propostas e diretrizes tanto de técnicos da Prefeitura como da sociedade, através das oficinas e dos questionários, resultou nas diretrizes que compõem majoritariamente a proposta final. As alterações foram surgindo ao longo do processo.....	139
Apresenta-se, a seguir, breve resumo das alterações realizadas nas diversas etapas de elaboração do projeto de lei.....	139
A proposta original elaborada a partir da integração das duas leituras da cidade, denominada Revisão 1 (também chamada de “espinha dorsal” pelo Secretário) foi submetida à apreciação do Comitê Gestor, tendo surgido então, após amplos debates e por votação, alterações mais radicais que dizem respeito a índices urbanísticos relativos à construção, tais como recuos frontal e lateral, coeficiente de aproveitamento, afastamento entre edificações.....	139
Nesta etapa, surgiram também muitas polêmicas em torno dos instrumentos urbanísticos e financeiros, que após votação, foram mantidos.....	139
Foi, então, produzida a proposta denominada Revisão 2 com as alterações aprovadas pelo Comitê Gestor englobando:.....	139
- as sugestões encaminhadas pela sociedade – individual ou coletivamente como organização social - de forma geral e irrestrita, através de emendas e de solicitações feitas durante as Audiências Públicas Regionais, e votadas como pertinentes, e	139
- as decorrentes de discussões nas reuniões (relativas à Revisão 1).....	139
A proposta denominada Revisão 2 foi distribuída aos Delegados e apresentada tematicamente nas Pré-Conferências, oportunidades essas em que os Delegados presentes puderam protocolar propostas de alteração por artigos, por conceitos, por mapas ou por tabelas. Essas propostas de alteração foram apresentadas, debatidas e votadas na Conferência Final sendo aceitas, reescritas ou reprovadas.....	139
Relata-se, a seguir, breve resumo de todas as alterações da incorporadas à proposta inicial, decorrentes de todo o amplo processo, que agora constam do Projeto de Lei em análise pela Câmara Municipal:.....	140

1 - criar corredores de desenvolvimento regional na zona rural;.....	140
2 - aumentar de 2 para 6 o coeficiente de aproveitamento dos imóveis compreendidos entre a Rótula e o Anel Viário;.....	140
3 - retirar o ante-projeto de duplicação da Avenida Campinas, trecho da principal rota de ligação do sentido N-S;.....	140
4 – aumentar o perímetro da ZC – Zona Central;.....	140
5 – excluir zonas de predomínio residencial e zona industrias de baixa densidade, as então denominadas ZCPR3 e ZPI3.....	140
AS NOVIDADES EM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO ATUAL	140
I. DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL.....	143
II. DIRETRIZES DE MOBILIDADE.....	146
III. DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO.....	148
IV. DIRETRIZES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL.....	156
V. DIRETRIZES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL.....	157
VI. DIRETRIZES DE INFRA-ESTRUTURA	170
VII. DIRETRIZES DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS	176
.....	176
VIII. DIRETRIZES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL	183
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	189

PARTE 1:

RELATÓRIO DOS

TRABALHOS

O PLANO DIRETOR VIGENTE E A NECESSIDADE DE REVISÃO

O Plano Diretor é a lei básica da política territorial e ambiental¹ que organiza o crescimento e o funcionamento da cidade, dirigindo seu desenvolvimento rumo ao equilíbrio e à sustentabilidade definindo, assim, como a cidade deve cumprir sua função social.

Deve ser decorrente de um processo participativo, constituindo-se num pacto firmado pela sociedade e administração pública, que passam a ser responsabilmente solidárias pelo seu futuro.

Dele decorrem regulamentações através de leis e decretos específicos sobre todos os aspectos nele abordados – uso e ocupação do solo, meio ambiente, mobilidade, gestão do planejamento contínuo - ou por ela tangenciados – desenvolvimento econômico aproveitando-se das possibilidades e criando-se potencialidades.

A cidade de Limeira já teve 2 Planos Diretores: o primeiro datado de 1970 (Lei 1213/70) e o segundo, vigente, datado de 1998 (Lei 199/98), além de ter efetuado mais 2 estudos de planejamento urbano que não se tornaram leis, datados de 1991 e 1995.

Porque a cidade é um conjunto de inter-relações dinâmicas dos homens com o território e o ambiente e as regras para seu crescimento devem acompanhar as necessidades de seu tempo, são necessárias revisões periódicas que atualizem dados, identifiquem novas tendências e correções necessárias e indiquem novos rumos para seu desenvolvimento e crescimento.

HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO PARTICIPATIVA DO PLANO DIRETOR

O processo de revisão do Plano Diretor Urbanístico foi iniciado em julho de 2005 com a 2ª Conferência Municipal da Cidade de Limeira, quando ficou aprovado que até 30 de agosto de 2005 as entidades deveriam indicar à Seplan seus representantes para reunião referente ao Plano Diretor (vide Volume 1²), cujo objetivo seria compor grupo de trabalho para conduzir o processo de revisão dessa lei de forma participativa, conforme dispõe o Estatuto da Cidade.

Desde então, foram solicitados orçamentos para serviços de assessoria para o processo de revisão, tendo-nos sido apresentadas 3 propostas (vide Volume 2).

Em razão dos altos custos apresentados e da disponibilidade de profissionais aptos no corpo técnico da Prefeitura, optou-se por se elaborar o processo com equipe interna própria, sob coordenação da Secretaria de Planejamento e Urbanismo - Seplan.

¹ Anteriormente o conceito utilizado era o de "política urbana", pois a tradição urbanística era a de abordar apenas as questões e o tecido urbano da cidade. Atualmente, o conceito de planejamento abrange todo o território e ambiente natural e construído da cidade.

² Os volumes mencionados neste documento reúnem todos os procedimentos adotados durante o Processo Participativo de Revisão e estão disponíveis para consulta na SEPLAN/PML.

Assim, em dezembro de 2005, seguindo a legislação vigente e as orientações da publicação "Plano Diretor Participativo. Guia para elaboração pelos municípios e cidadãos", editado pelo Ministério das Cidades³ (Volume 3), foram realizadas reuniões entre funcionários da Seplan para estudos do método de condução dos trabalhos, ficando responsáveis pela Coordenação Técnica a Diretora de Planejamento Territorial, Arqª Ana Cristina Ferreira Machado, e a MSc. Arqª. Alessandra Argenton Sciota.

E foram realizadas reuniões de mobilização e capacitação de funcionários das demais secretarias, inclusive objetivando solicitar dados, planos, programas e políticas atinentes a cada área de atuação para subsidiar o processo (documentos no Volume 4).

GESTÃO DO PROCESSO

A partir de janeiro de 2006 foram intensificados os trabalhos técnicos internos para nomeação do Comitê Gestor de Revisão do Plano Diretor e elaboração dos planos de trabalho, partindo-se da premissa que o pacto da política territorial ambiental somente seria firmado e implantado com a participação da sociedade desde seu início até sua gestão.

Assim, o processo foi sendo gerido pelo Comitê Gestor de Revisão do Plano Diretor, criado no início de 2006 através do Decreto nº 23/2006, cujos membros são tanto do Poder Público quanto da sociedade, em número de 18 e com caráter paritário, marcando a participação social desde o início dos trabalhos, conforme dispõem o Estatuto da Cidade e as orientações do Ministério das Cidades (documentos no Volume 4).

ETAPAS DO PROCESSO

O Comitê Gestor, grupo misto paritário, conforme já citado, concebeu todas as etapas, métodos, cronograma e publicidade, que assim ocorreram:

1. ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHOS, CRONOGRAMA, PROCEDIMENTOS E FORMAS DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL, durante todo o processo, buscando sempre a eficácia, a grande abrangência e a sistematização da forma de participação social;

2. DIVULGAÇÃO E PUBLICIDADE DE TODAS AS ETAPAS, concebidas para atingir toda a população, utilizando-se de todos os meios disponíveis:

- entrega pessoal de convites a toda a sociedade civil organizada;
- entrevistas em programas de rádios, de jornais televisivos e de entrevistas;
- publicação de convites na imprensa oficial do Município;
- matérias de jornais: Gazeta de Limeira, Jornal de Limeira, Jornal da Acil, Jornal do Ciesp, Jornal dos Pires;

³ in www.cidades.gov.br, 06/08/04, 11:54:28pm (plano_diretor_040608.indd 1)

- notícias no site oficial: www.limeira.sp.gov.br;
- colocação de cartazes e folders em locais de grande circulação tais como ônibus, postos de saúde, escolas, centros comunitários, repartições públicas municipais, faculdades e universidades, igrejas;

3. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS do Ceprosom para atuarem como agentes multiplicadoras, promovendo a mobilização e capacitação, a princípio dos líderes, das comunidades por elas atendidas em todas as etapas do processo, ampliando posteriormente para uma proposta de trabalho contínuo daquela autarquia como estratégia para capacitar as comunidades carentes, utilizando-se de temas práticos como a construção e o planejamento da cidade o são.

4. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DOS SECRETÁRIOS como multiplicadores, cientificando-os da importância do planejamento como política integrada e integradora para o desenvolvimento e crescimento da cidade e da extrema necessidade da participação das diversas secretarias.

5. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DA SOCIEDADE - 1ª RODADA DE OFICINAS PARA CAPACITAÇÃO da população, **EM 10 LOCAIS DA CIDADE**, quando se buscou explicar o que é a lei do Plano Diretor, seus temas e objetivos, além de expor a forma de condução dos trabalhos e etapas seguintes (Volume 5 e gravações em fitas K7);

6. MOBILIZAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE FACULDADES LOCAIS COM ACORDO DE COOPERAÇÃO para:

a. trabalharemos com o tema dentro das mesmas, discutindo com os universitários sobre a relevância e consequências do processo participativo de revisão;

b. na Unimep e na Puccamp para divulgarem o processo nas mesmas e a abertura de processo seletivo da Seplan/PML para estagiários de Arquitetura e Urbanismo.

Os contatos com a Puccamp e a Unimep foram através de telefone, respectivamente com Bernadete (secretária do Diretor da Fac. Arquitetura e Urbanismo) e Marisa Carpintero (coordenadora do curso de Arquitetura e Urbanismo)

c. no ISCA, para selecionarem estagiários de Geografia, Ciências Sociais e Publicidade e Propaganda que foram contratados pela Prefeitura para auxiliar os trabalhos internos e constituírem-se numa "ponte" entre Poder Público e as universidades - espaços de construção do conhecimento.

Os contatos com o ISCA foram feitos através de reuniões com a Coordenadora Maria Cristina Cruaães e posteriormente com os Coordenadores de curso Vladimir Cardoso de Oliveira, Emílio Carlos Asbahr e Adriana A. Pessati Azzolino.

Deste processo decorreu a escolha para trabalho da disciplina do curso de Publicidade e Propaganda para elaborar campanha publicitária sobre o tema

Plano Diretor, tendo como cliente uma entidade do 3º setor, escolhido como interlocutora do Comitê Gestor.

7. LEITURA COMUNITÁRIA E ESCOLHA DE DELEGADOS REPRESENTANTES DA POPULAÇÃO

A leitura comunitária foi realizada de 2 formas, (documentos integrantes do Volume 6), sendo:

(A) Realização da **2º Rodada de Oficinas para Leitura Comunitária em 7 locais da cidade**, em que foram apresentados os temas básicos a serem tratados no Plano Diretor e a população presente, dividida em grupos, descreveu, para cada tema, os problemas e soluções que achavam pertinentes, e, ao final, a partir de todo o elenco de problemas apontados por todos os grupos, priorizou os que considerava mais importantes (através de bolinhas coloridas). Além disso, nestas oficinas, foram **eleitos, pela população presente, os delegados que representam das diversas regiões** da cidade na etapa final de aprovação da proposta;

(B) Envio de **Questionário para Leitura Comunitária** às organizações da sociedade civil de Limeira para que, em reunião com seus membros, fosse respondido de forma coletiva e consciente, configurando-se numa leitura representativa por segmentos atuantes na cidade.

8. LEITURA TÉCNICA

A Seplan elaborou a tabulação e compilação dos dados e traçou o diagnóstico técnico da cidade, chamado de **Leitura Técnica** (Volume 12).

Esses trabalhos compreenderam:

- o levantamento *in loco* de uso do solo urbano por equipe composta pelos funcionários, identificando os usos e a forma de ocupação dos lotes;
- a leitura da imagem de satélite para uso do solo geral no Município;
- o levantamento e análise da legislação e normas pertinentes;
- a pesquisa e levantamento dos dados e informações técnicas, sociais, territoriais, ambientais, financeiras, projetos, planos, programas e políticas públicas junto às demais secretarias municipais e instituições que atuam em Limeira;
- pesquisas e levantamentos de dados junto a diversas instituições Públicas (DAEE, CETESB, ESALQ, IPT, IGC, IBGE, INPE, CEPAGRI, CESET/UNICAMP, EESC/USP, IAC);
- pesquisa específica de dados agrícolas e de uso e ocupação do solo e integração com a EDR-Limeira/CATI, seguida de compilação;
- integração com Prefeituras da região (São Carlos, Americana, Piracicaba, Valinhos) onde se disponibilizaram informações e troca de experiências em processos participativos;
- elaboração de material publicitário de todas as etapas para divulgação pública;

- elaboração de questionário de leitura comunitária, endereçado às diversas ong's, entidades e instituições atuantes na sociedade civil da cidade;
- tabulação das respostas de questionários preenchidos e devolvidos pela sociedade civil organizada e das fichas de leitura comunitária aplicadas à população presente à 2ª Rodada de Oficinas;
- organização, coordenação e realização das 2 rodadas de oficinas de trabalho nos bairros, sendo a 1ª de Capacitação e a 2ª de Leitura Comunitária, totalizando 17 oficinas;
- divulgação através da mídia escrita e falada com entrevistas e matérias técnicas, inclusive em jornais setoriais de entidades, tanto pelo executivo quanto pelos membros do Comitê Gestor;
- divulgação corpo-a-corpo e através das assistentes sociais junto às associações de bairros, lideranças locais, escolas, postos de saúde, igrejas, sindicatos, demais ong's, entidades e instituições para participação nas duas rodadas de oficinas e para reposta e entrega dos questionários;
- realização de palestras de divulgação e capacitação junto à Acil, Ciesp, Maçonaria, a pedido dessas organizações
- exposição sobre o processo de revisão e diagnóstico da atividade de produção e comercialização de jóias e folheados de Limeira em Seminário sobre Arranjo Produtivos Locais (APL) na FAU/Mackenzie;

9. REUNIÕES TEMÁTICAS PARA PRODUÇÃO DA PROPOSTA INICIAL -REVISÃO 1

Foi, então, enriquecida a leitura técnica pela leitura comunitária, resultando num "ler" de forma mais abrangente a cidade que temos. Através das diversas Reuniões Temáticas com o Comitê Gestor, membros da CNLU (ambos compostos também por representantes da sociedade), membros das diversas secretarias municipais e autarquias, convidados de entidades, da CATI e concessionárias relacionadas ao assunto foi promovida a integração com diferentes departamentos técnicos da Prefeitura e concessionárias de serviços públicos, realizados debates e apontadas diretrizes para produzir a proposta inicial de lei pela Seplan, num total de 16 reuniões (Volume 14).

Essa proposta é composta por mapas, planilhas e textos de lei.

10. DISCUSSÃO DA PROPOSTA INICIAL - REVISÃO 1 NO COMITÊ GESTOR

Essa proposta inicial foi discutida no Comitê Gestor contando com a participação dos membros da CNLU (ambos compostos também por representantes da sociedade) e concessionárias de serviços públicos, totalizando 16 reuniões para debates sobre a proposta inicial da Prefeitura, produzindo-se a proposta que foi debatida com a sociedade nas 7 Audiências Públicas Regionais que ocorreram;

11. PLENÁRIA PARA ELEIÇÃO DE DELEGADOS REPRESENTANTES DA SOCIEDADE

Foi realizada a Plenária para eleição dos delegados que representarão a sociedade civil organizada, tendo sido enviados convite a todas a sociedade civil organizada (Volume 13).

Esses eleitos somaram-se aos representantes:

- escolhidos nas Oficinas de Leitura Comunitária,
- que foram ratificados ou retificados pelas entidades que compõem o Comitê Gestor e a Comissão Normativa de Legislação Urbanística,
- aos representantes da Cetesb, Elektro e Águas de Limeira.

12. AUDIÊNCIAS PÚBLICAS REGIONAIS PARA DISCUSSÃO DA PROPOSTA DENOMINADA REVISÃO 1

Foram programadas e preparadas 10 Audiências Públicas, tendo sido realizadas 7 por falta de comparecimento da população nas outras 3 (Volume 18 e gravações em fitas k7).

Nestas oportunidades, foram expostas pela Seplan todas as proposições e foi aberto espaço para dúvidas e argumentações que a população entendesse pertinente, resultando em inserções e correções na Proposta Revisão 1.

Saliente-se que a proposta foi disponibilizada na *internet*.

13. PROPOSIÇÃO DE EMENDAS PELA SOCIEDADE

Foi criado um sistema para **PROTOCOLO DE EMENDAS** à proposta apresentada Revisão 1, diretamente na Seplan, no Paço Municipal até o dia 16/02/2007, tendo sido protocoladas 71 emendas, demonstrando claramente a participação social na construção do plano diretor.

14. ETAPA TÉCNICA INTERNA DE COMPILAÇÃO DOS ARGUMENTOS, SUGESTÕES E SOLICITAÇÕES decorrentes das Audiências Públicas Regionais

Foi necessário um prazo de 5 meses para que se pudesse, juntamente com outras atividades administrativas e de rotina da Prefeitura, proceder à análise e correção do texto considerando todas as formas de participação social e para aprimoramento da proposta, integrando as diversas estratégias de atuação propostas em razão da complexidade do tema, especialmente os novos instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade, Lei 10.257/01. Nesta etapa foi gerada a Proposta de Revisão 2.

15. PRÉ-CONFERÊNCIAS E CONFERÊNCIA FINAL PARA APROVAÇÃO DO PLANO DIRETOR

Foram realizadas nos dias 14, 15, 21 e 22 de agosto do corrente ano, nas dependências da Câmara Municipal de Limeira, as Pré-Conferências I a IV para exposição e análise da Proposta de Revisão 2, sendo organizada com 1 hora de exposição, 1 hora para dúvidas, debates e argumentações e 1 hora para

proposição de alterações, tempos esses tendo sido estendidos quando necessário:

- a **Pré-Conferência I** tratou dos temas Estratégias de Estruturação Espacial e de Mobilidade, tendo sido protocoladas 16 propostas /solicitadas de alterações.
- a **Pré-Conferência II** tratou dos temas Estratégia de Requalificação Ambiental e Infra-Estrutura, tendo sido protocoladas 35 propostas /solicitadas de alterações;
- a **Pré-Conferência III** tratou do tema Estratégia de Uso e Ocupação do Solo, tendo sido protocoladas 99 propostas /solicitadas de alterações;
- a **Pré-Conferência IV** tratou dos temas Estratégia de Uso e Ocupação do Solo (Instrumentos Urbanísticos e Penalidades) e Sistema de Planejamento e Gestão - SISPLAN, tendo sido protocoladas 11 propostas/solicitações de alteração.

A **Conferência Final para Aprovação do Plano Diretor** foi programada para o dia 23 de agosto de 2007, mas em razão de se garantir a análise pela sociedade de todas as alterações protocoladas nas Pré-Conferências, com tempo para debates efetivos e em face do grande quantidade de propostas, foi acordado entre os presentes que haveria continuidade da Conferência no dia 28 de agosto, e repetindo-se a necessidade, também no dia 04 de setembro.

Esta foi a oportunidade em que, juntamente com as proposições/solicitações de alteração, foi finalmente produzida, através de debates e votação, a Proposta Final do Plano Diretor, composta de texto, mapas e tabelas, que é objeto de apreciação pelo Poder Legislativo.

16. PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS

Durante todo o processo, foram realizados:

- coordenação e organização dos eventos, das reuniões, das convocações, dos contatos por escrito e por telefone, da documentação e registro do processo, da utilização de transporte, de equipamentos e aparelhos específicos;
- contatos com universidades locais para contratação de estagiários;

Além disso, houve a aplicação de pesquisa do Ministério das Cidades por fiscal do CREA-SP, Eng. Sandro Passos Cham, para verificar todo o processo de elaboração da nova lei (Volume 16 e resultados no site MCidades).

FORMAS DA PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A participação social ocorreu em todos os momentos:

- **na gestão** (de forma representativa): definição de critérios, desde o início do processo, com a composição mista do Comitê Gestor, cujos membros foram indicados pelas organizações não governamentais a partir da 2ª Conferência Municipal de Limeira, ocorrida em jul/2005;
- **através das 17 oficinas** (de forma individual e representativa) realizadas nas diversas regiões da cidade, tanto rurais quanto urbanas, seja para capacitação e mobilização, seja para a leitura comunitária;
- **através das respostas ao questionário** (representativamente) encaminhado à sociedade civil organizada para também realizar a leitura comunitária;
- **através de atendimento à população em geral**, de forma individual e representativa) para consultas, esclarecimentos e recebimento de sugestões e/ou reivindicações, tanto diretamente na Seplan quanto por telefone ou e-mail;
- **na análise da proposta e proposição de idéias e correções** de forma individual e representativa pelo Comitê Gestor, organismo paritário, e convidados da CNLU, que tem representantes da sociedade;
- **através dos debates ocorridos nas 9 Audiência Públicas Regionais** (de forma individual ou representativa) sobre a proposta elaborada pelo Comitê Gestor – Revisão 1, com participação de diversas lideranças e da população;
- **na proposição de emendas** à proposta elaborada pelo Comitê Gestor (de forma individual ou representativa)
- **através dos debates e argumentações dos conferencistas e delegados quanto à Proposta de Revisão 2, produzindo-se 161 solicitações/proposições de alteração** protocoladas nos dias das Pré-Conferências
- através da **votação democrática da proposta final** na Conferência pelos delegados, representantes da sociedade civil.

PARTE 2:

LEITURA

COMUNITÁRIA

A **LEITURA COMUNITÁRIA** da cidade é um ponto importantíssimo dentro do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor porque é o momento em que a sociedade pode expor suas necessidades, anseios e propostas, apontamentos estes que, em outra etapa, foram analisadas junto à leitura técnica para produzir a proposta.

Dentro do Processo Participativo de Revisão do Plano Diretor de Limeira, esta etapa de Leitura Comunitária foi concebida e realizada de 2 formas:

1. em oficinas de trabalho onde a população presente pode se manifestar
2. em respostas aos questionários direcionados à sociedade civil organizada, conforme se pode verificar nos documentos integrantes do Volume 6.

Os **trabalhos com a população** (item 1 acima) se configuraram como a **2º Rodada de Oficinas para Leitura Comunitária**, tendo sido programadas 10 Oficinas e realizadas 7 nas diversas regiões da cidade, tanto rurais quanto urbanas.

Nestas oficinas, foram apresentados os temas básicos a serem tratados no Plano Diretor e a população presente, dividida em grupos, descreveu, para cada tema, os problemas e soluções que achavam pertinentes, e, ao final, a partir de todo o elenco de problemas apontados por todos os grupos, priorizou os que considerava mais importantes, através de bolinhas coloridas.

Além disso, nestas oficinas, foram eleitos os delegados que representaram a população das diversas regiões da cidade na etapa final de aprovação da proposta – a Conferência, que se realizou em agosto e setembro de 2007.

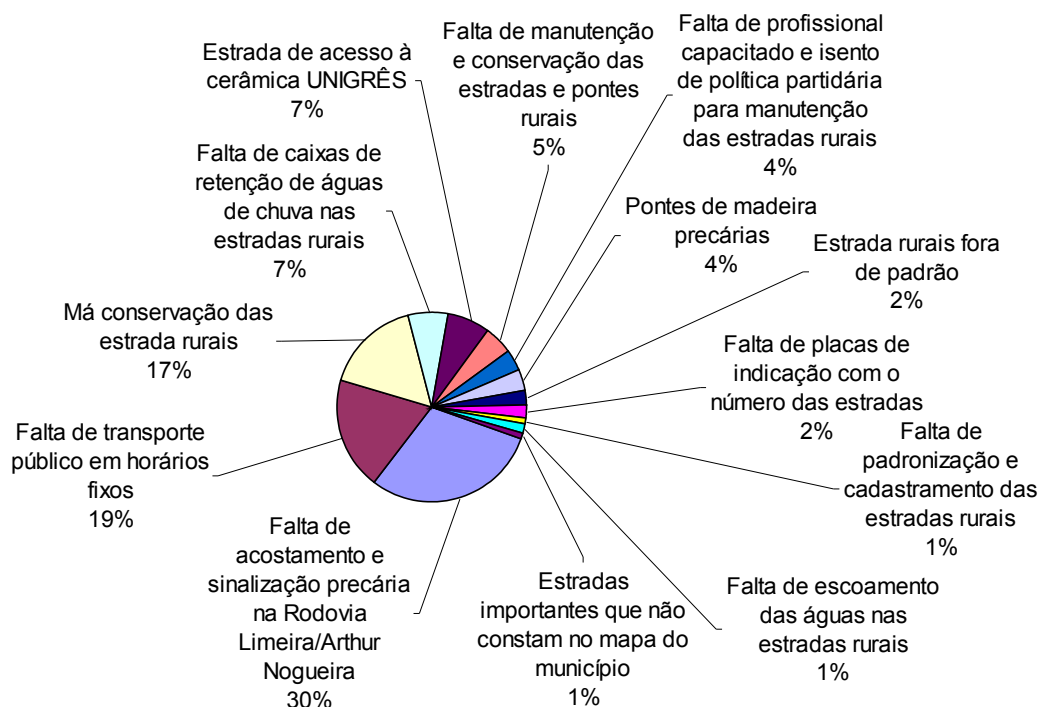
Os **trabalhos com a sociedade civil organizada** (item 2 acima) constituíram-se na elaboração de **Questionário para Leitura Comunitária** -a partir de sugestão do CEPAM e por nós aprimorado para nossas necessidades – e envio às organizações da sociedade civil de Limeira para que, em reunião com seus membros, o mesmo fosse respondido de forma coletiva e consciente, configurando-se numa leitura representativa por segmentos atuantes na cidade para os mesmos temas tratados nas Oficinas acima descritas.

O resultado desses trabalhos foi tabulado e está expresso nos gráficos que seguem, separadamente por formas de trabalho e por regiões, urbana e rural, em razão de suas peculiaridades e diferenças.

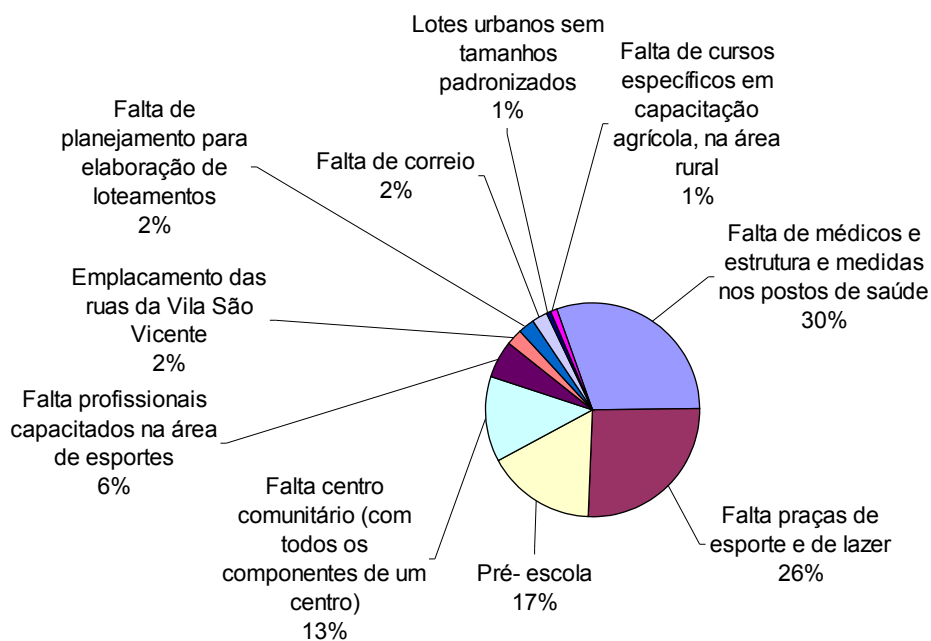
OFICINAS DA ÁREA RURAL DE LIMEIRA

DIAS 29 e 30/05/06; 05, 08 e 12/06/06

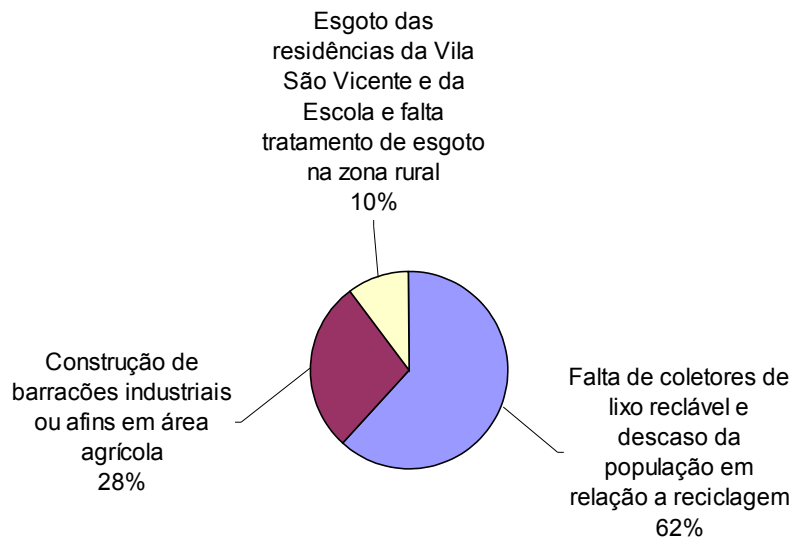
TEMA 1: SISTEMA VIÁRIO



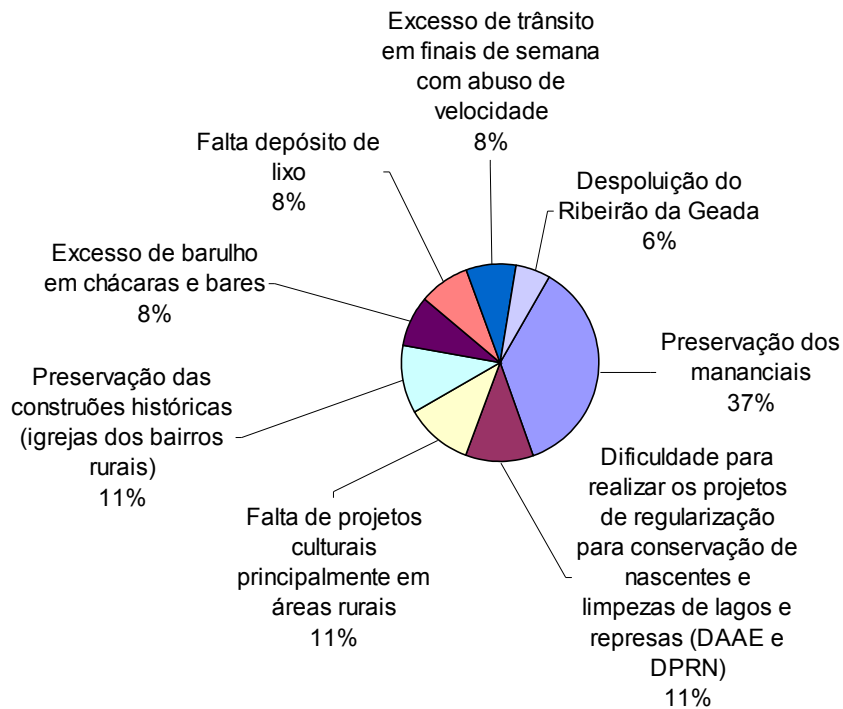
TEMA 2: ORGANIZAÇÃO E PARCELAMENTO



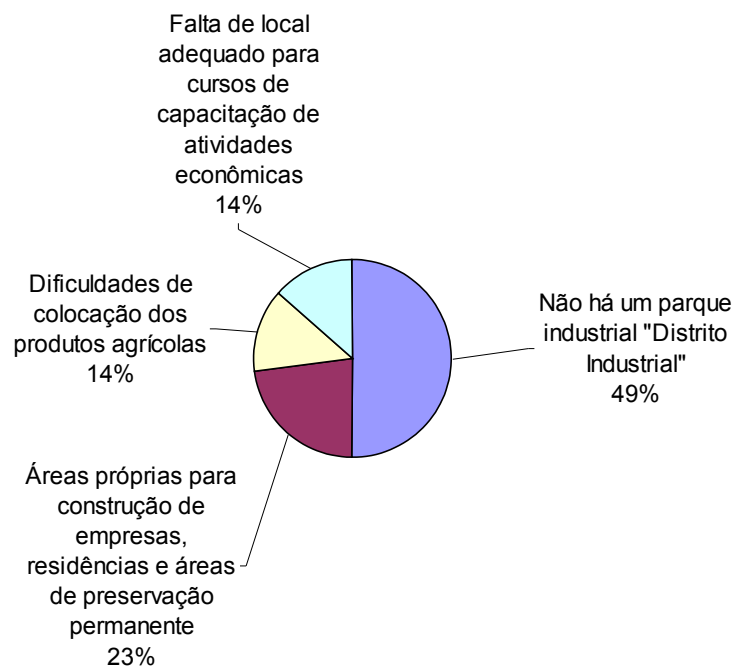
TEMA 3: INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA



TEMA 4: MEIO AMBIENTE / PAISAGEM E PATRIMÔNIO



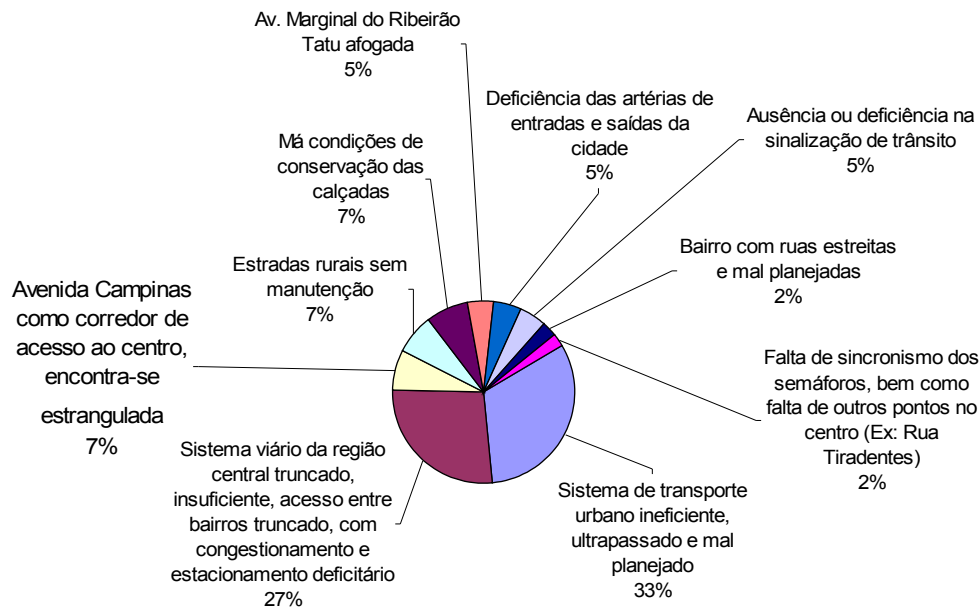
TEMA 5: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO



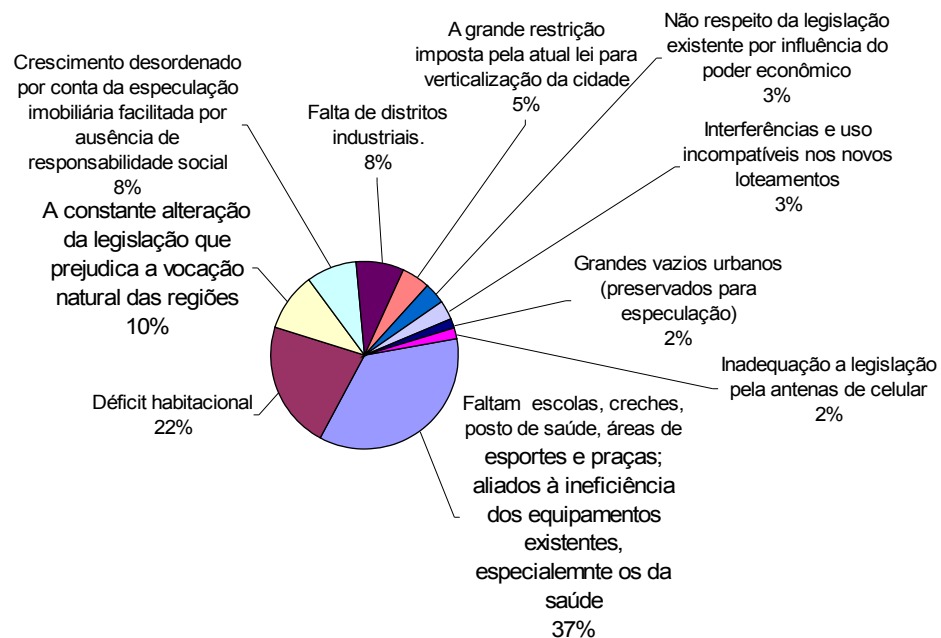
OFICINAS DA ÁREA URBANA DE LIMEIRA

DIAS 20 e 28/06/06

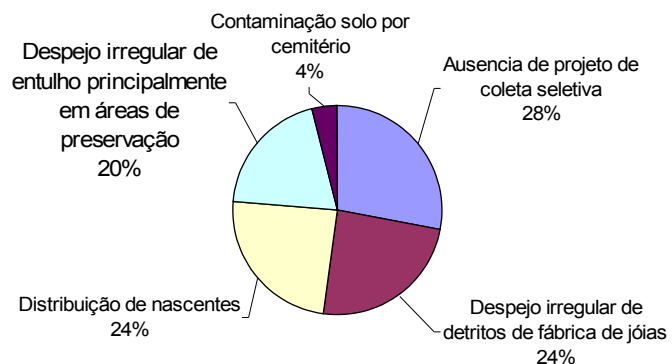
TEMA 1: SISTEMA VIÁRIO



TEMA 2: ORGANIZAÇÃO E PARCELAMENTO



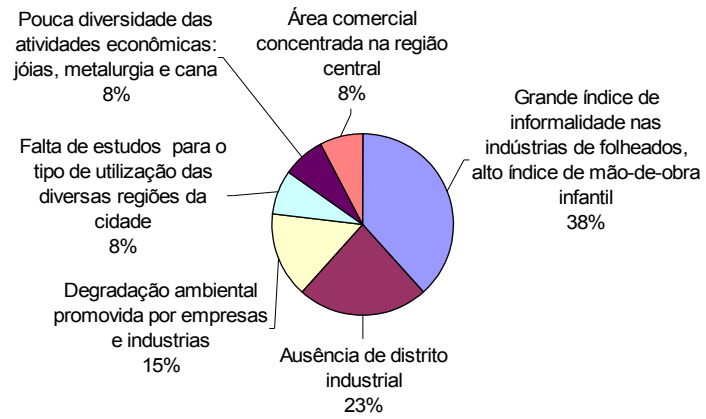
TEMA 3: INFRA-ESTRUTURA SANITÁRIA



TEMA 4: MEIO AMBIENTE / PAISAGEM E PATRIMÔNIO



TEMA 5: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

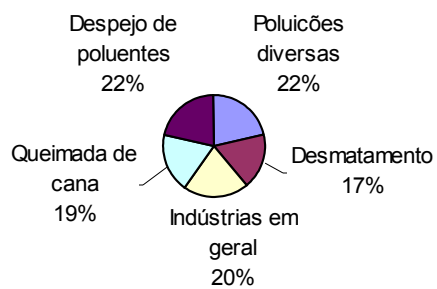


RESULTADO DOS QUESTIONÁRIOS

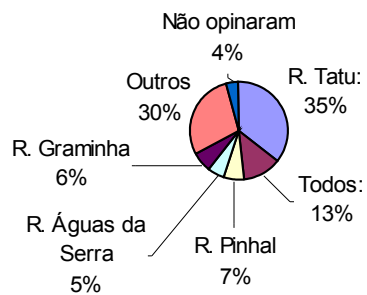
1.1 - As atividades econômicas, urbanas e rurais, têm provocado a degradação do meio ambiente?



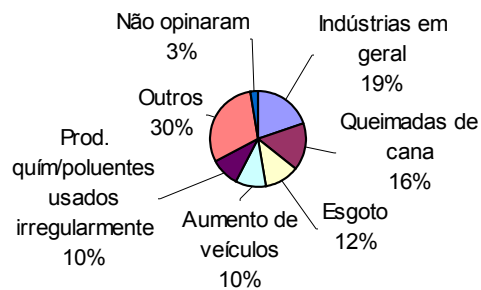
1.1 - Como?



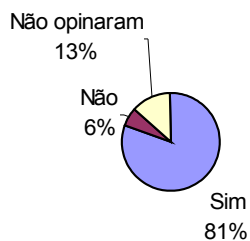
1.3 - Dos rios e córregos do Município, quais estão poluídos?



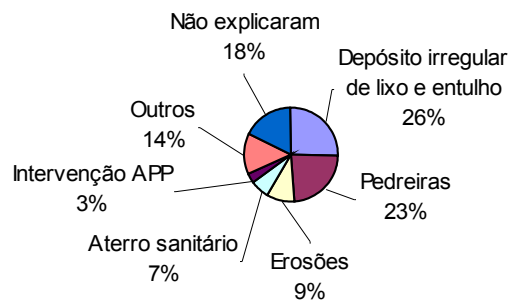
1.4 - Quais as fontes de poluição do ar, da água e do solo que existem no Município?



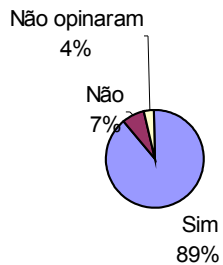
1.6 - Existem áreas de degradação ambiental?



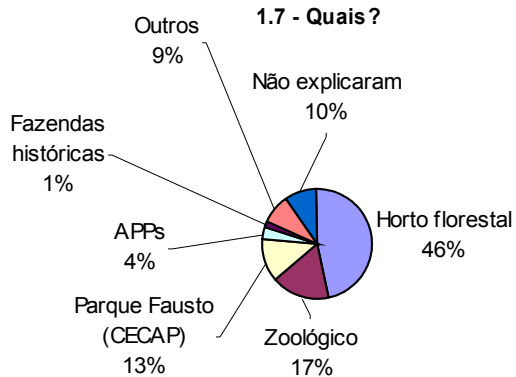
1.6 - Descreva-as



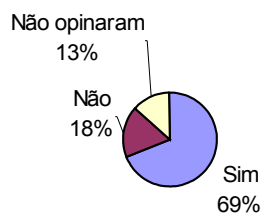
1.7 - Existem áreas de preservação ambiental?



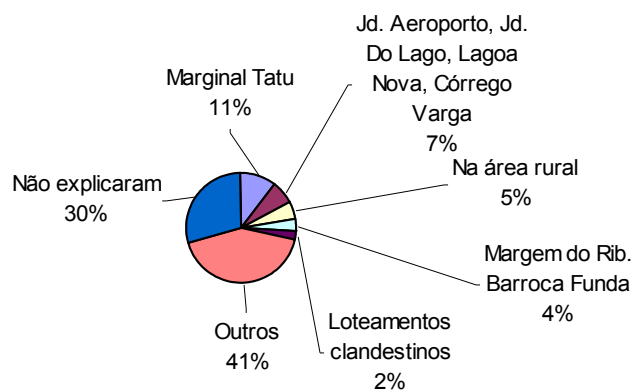
1.7 - Quais ?



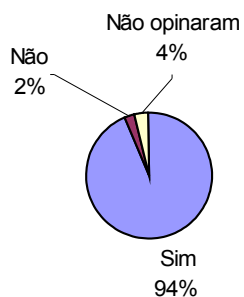
1.10 - Exisistem loteamentos ou outro tipo de ocupação em margens de rios e nascentes?



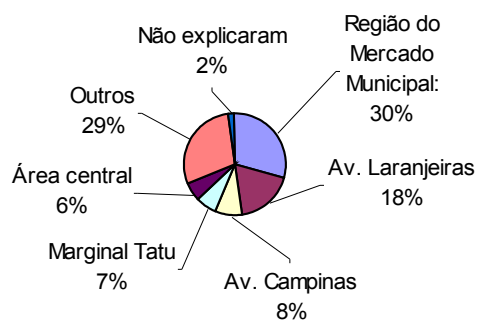
1.10 - Onde?



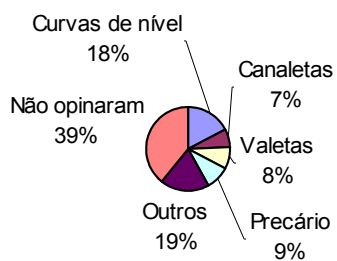
1.11 - Ocorrem problemas de enchentes no Município?



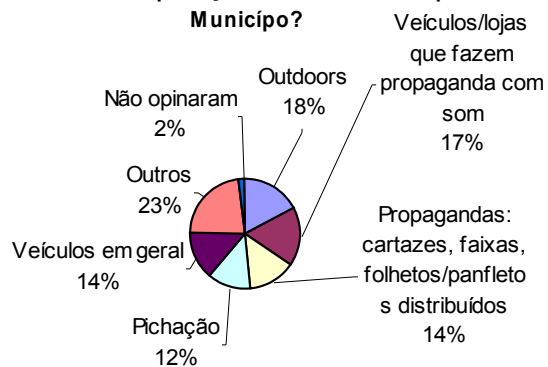
1.11 - Onde?



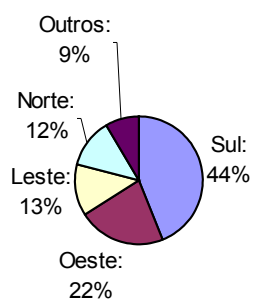
1.12 - Como é feito o controle do escoamento das águas de chuva nas estradas rurais?



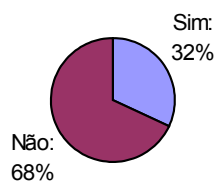
1.3 - Quais as fontes de poluição visual e sonora que existem no Município?



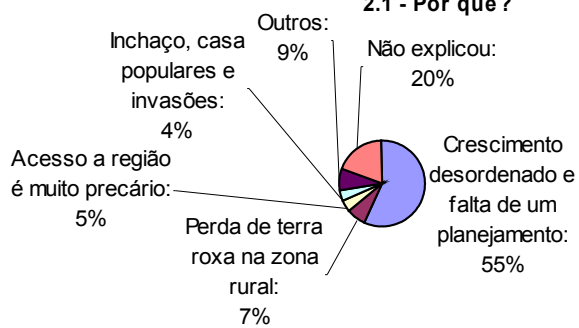
2.1 - Para que lado cresce a ocupação urbana?



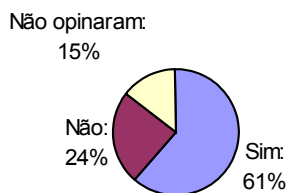
2.1 - É conveniente essa direção de crescimento?



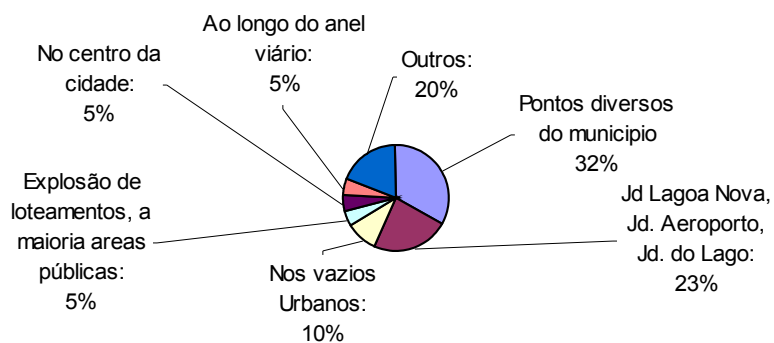
2.1 - Por que?



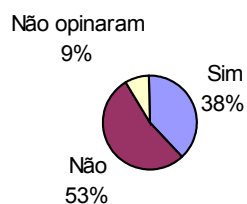
2.2 - Existem muitas áreas desocupadas na cidade?



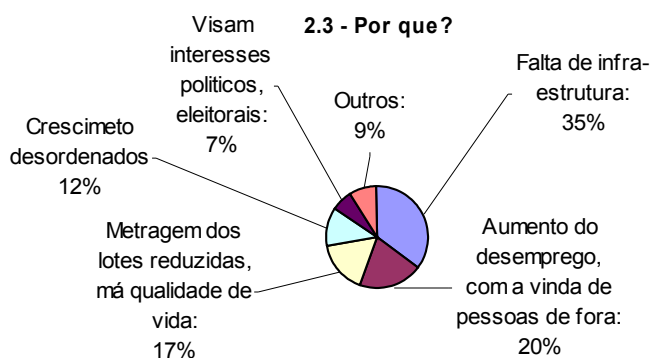
2.2 - Onde se localizam ?



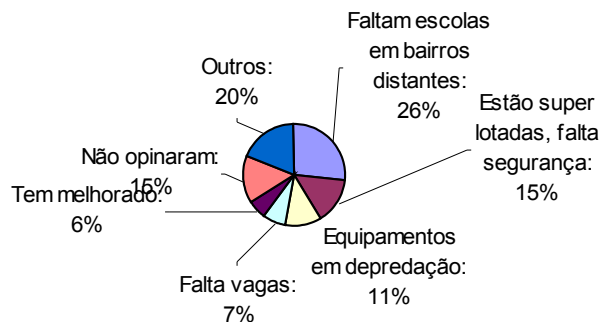
2.3 - Os novos loteamentos tem melhorado a qualidade de vida na cidade?



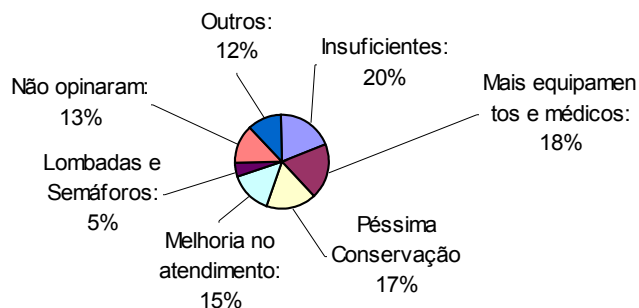
2.3 - Por que?



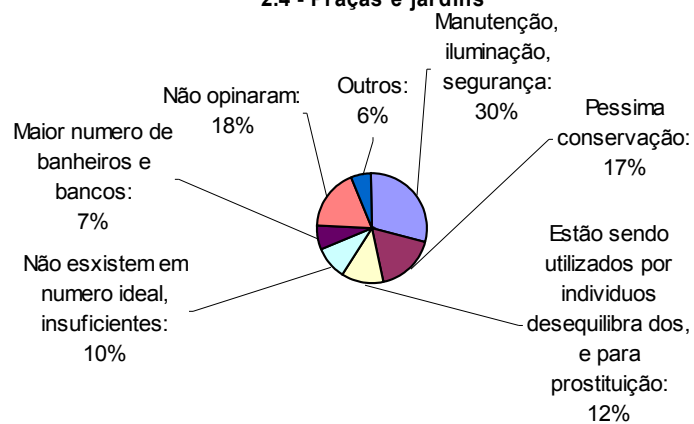
2.4 - Escolas



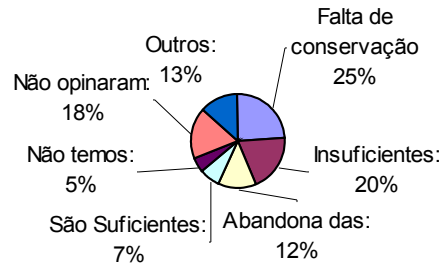
2.4 - Postos de Saúde



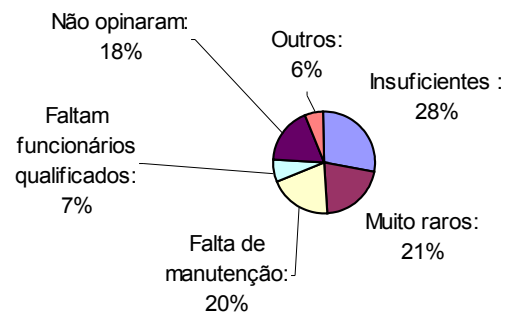
2.4 - Praças e jardins



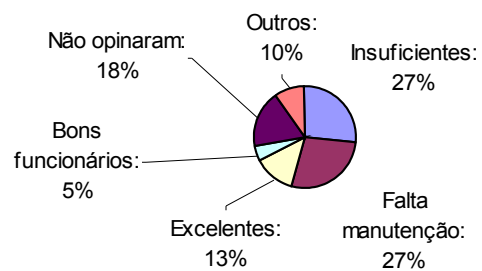
2.4 - Praças de esportes



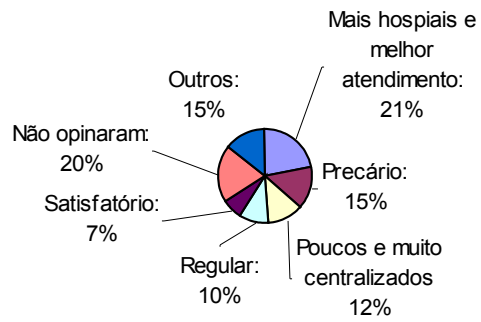
2.4 - Parques infantis



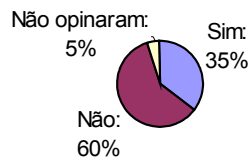
2.4 - Creches e berçários



2.4 - Hospital e pronto-socorro



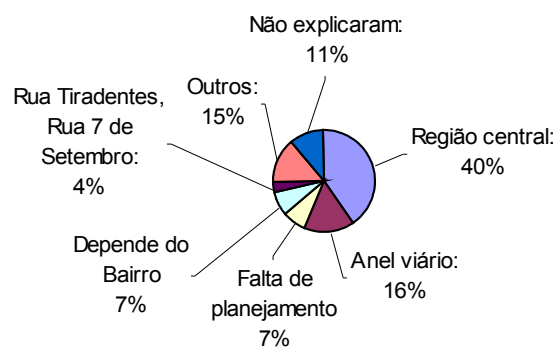
3.1 - O atual sistema viário urbano permite fácil acesso a qualquer ponto da cidade?



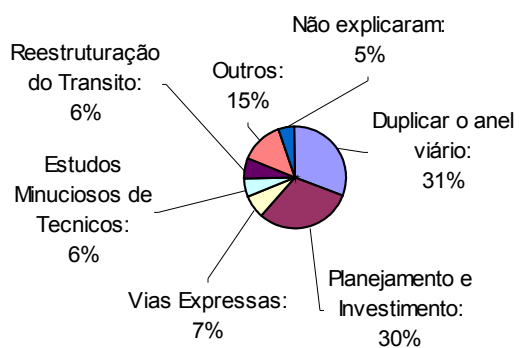
3.2 - As larguras das ruas são adequadas?



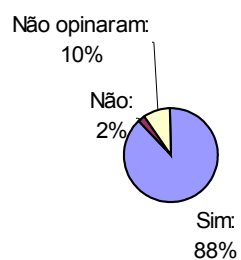
3.2 - Onde ocorrem ?

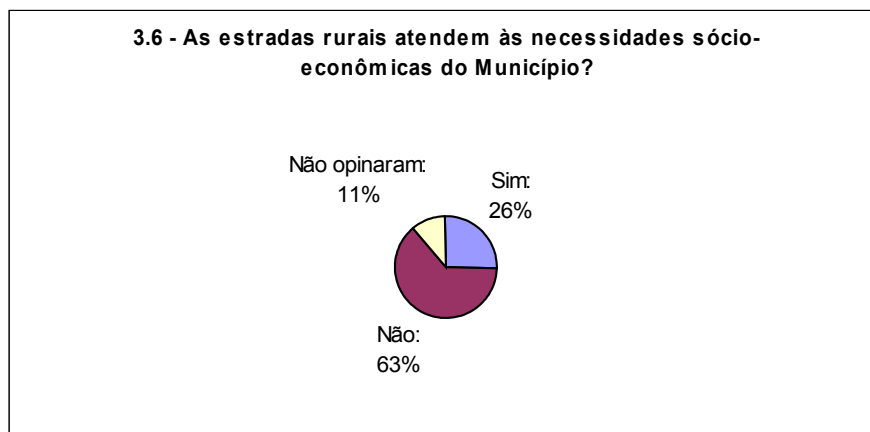
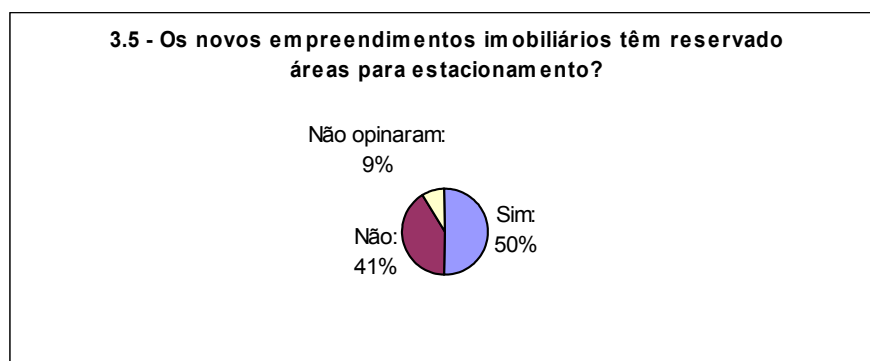
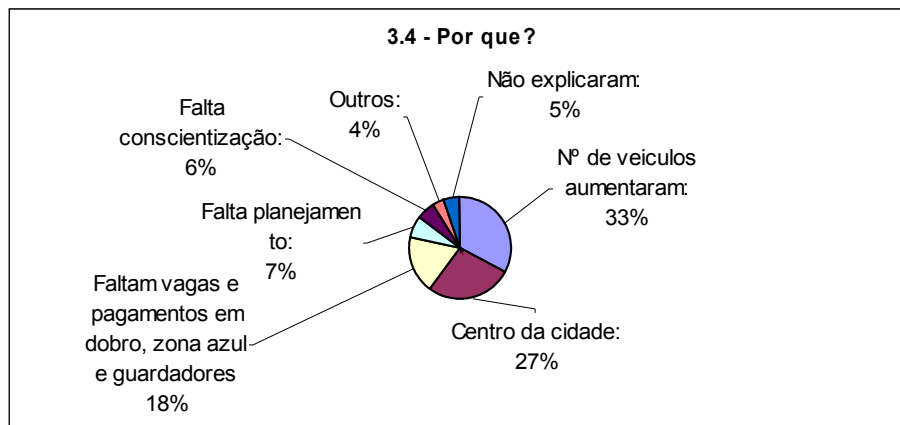


3.3 - Como melhorar o sistema viário urbano?

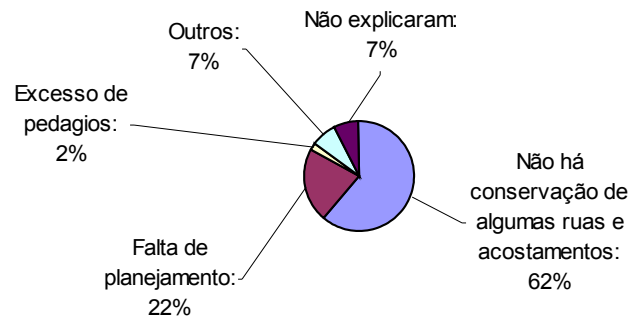


3.4 - Existem problemas de estacionamento?

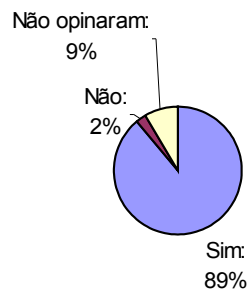




3.6 - Por que?



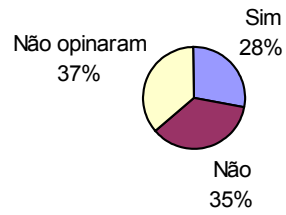
3.7 - É possível melhorar o sistema viário rural?



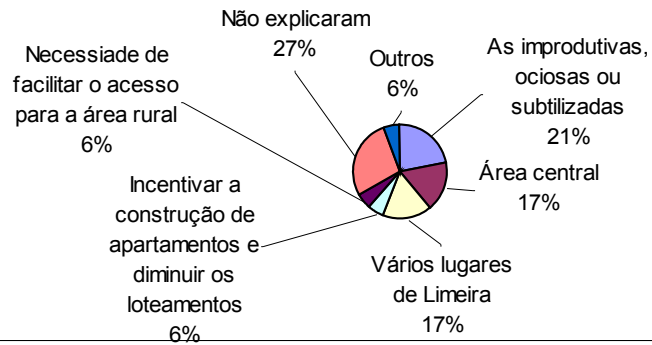
3.7 - Como?



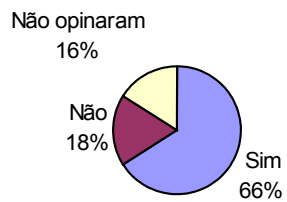
4.1 - Será conveniente o adensamento de determinadas áreas dentro do perímetro urbano:

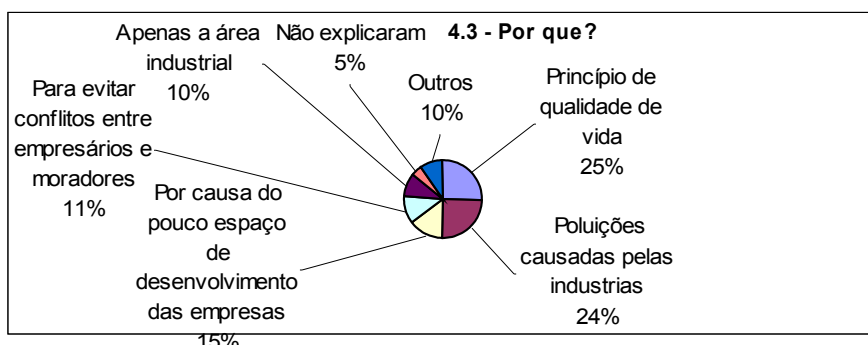
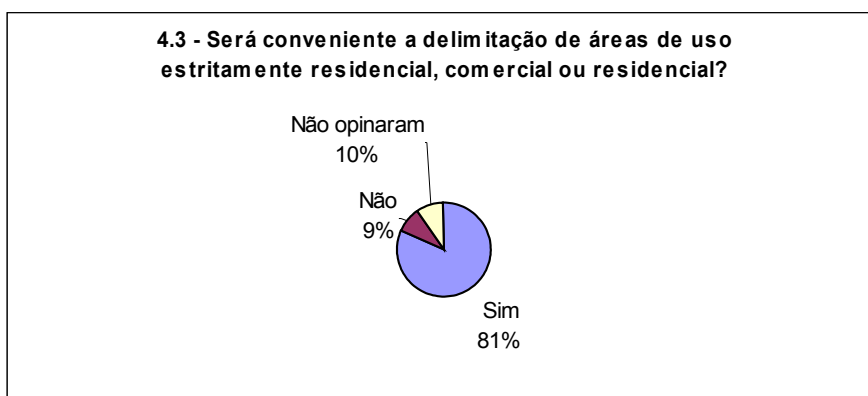
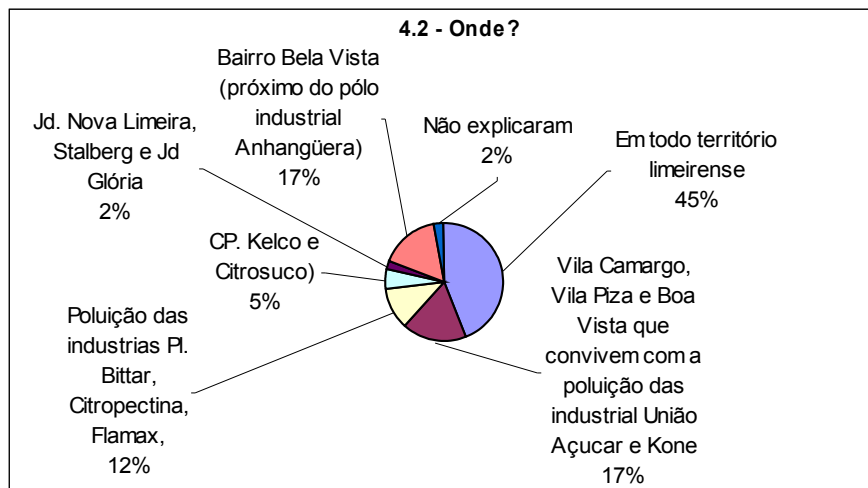


4.1 - Quais

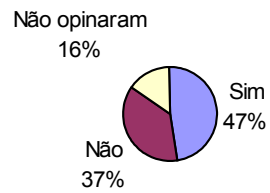


4.2 - Existe proximidade de usos incompatíveis como residencial e industrial?

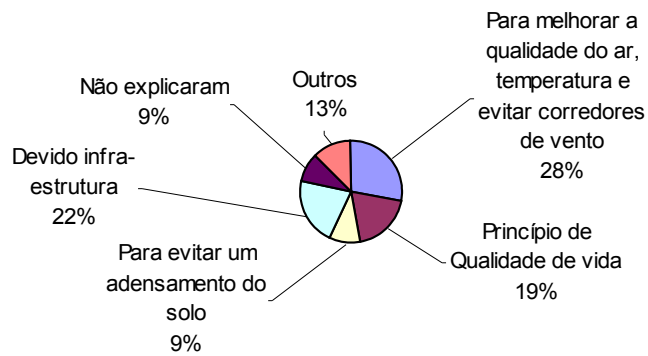




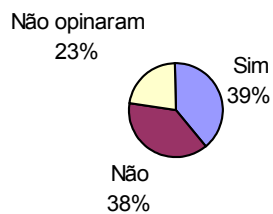
4.4 - Será conveniente restringir a altura dos edifícios em algumas áreas da cidade?

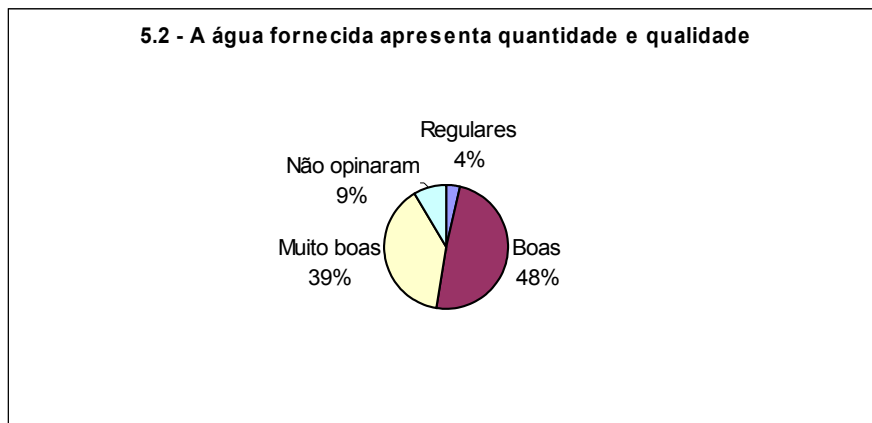
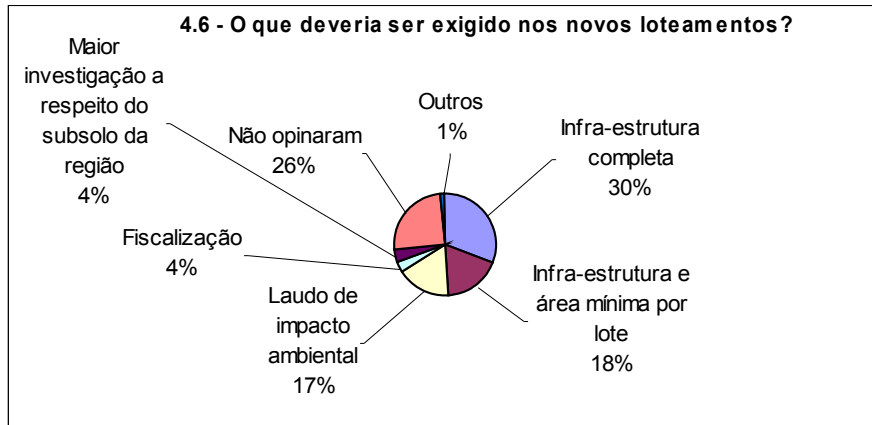
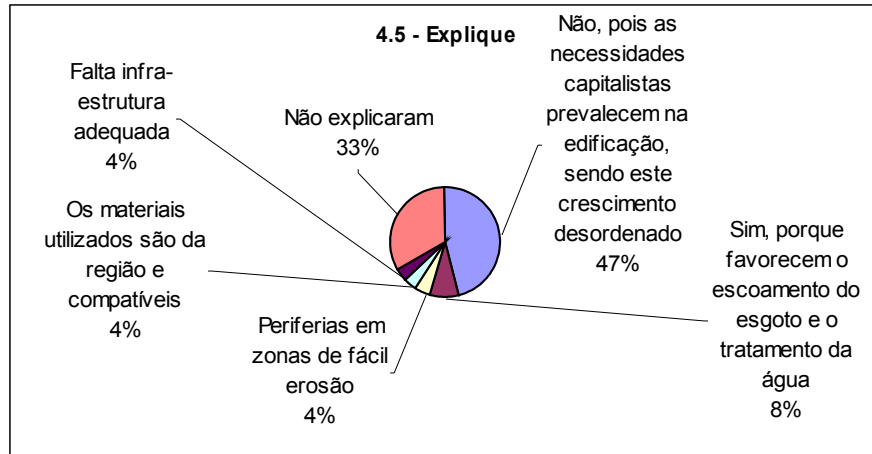


4.4 - Por que?

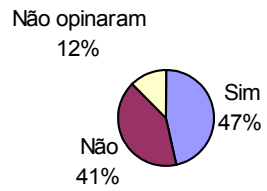


4.5 - As construções e respectivos loteamentos têm sido compatíveis com o clima e a topografia da cidade?

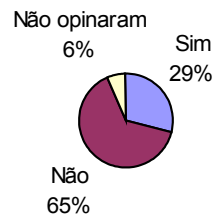




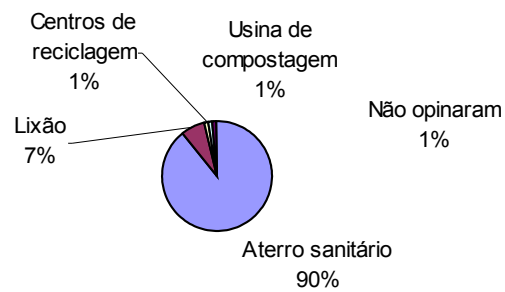
5.3 - A rede de esgoto atende toda a população?



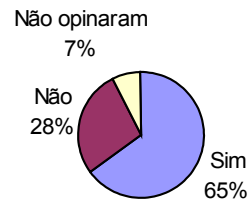
5.4 - O esgoto produzido pela cidade é tratado antes de ser lançado nos rios?



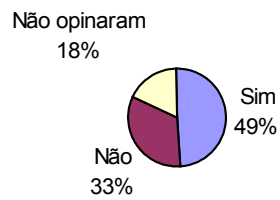
5.6 - Para onde é levado o lixo domiciliar coletado?



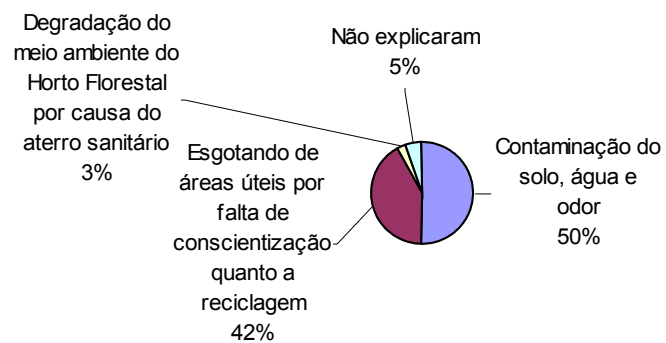
5.5 - O sistema de lixo atende as necessidades?



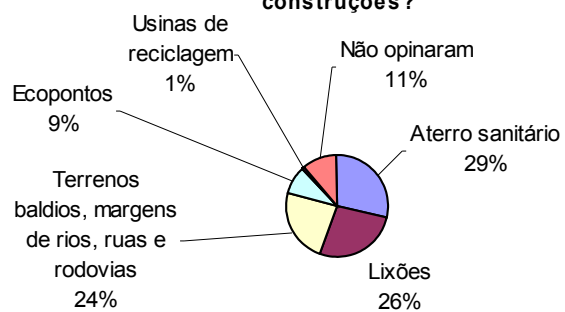
5.7 - Esse sistema apresenta algum inconveniente?



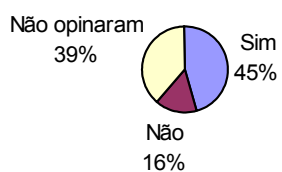
5.7 - Qual?



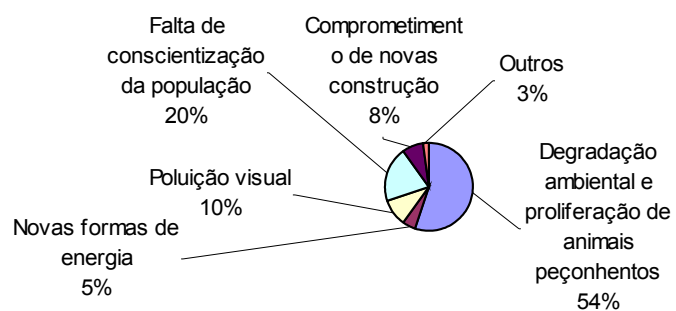
5.8 - Para onde são levados os entulhos provenientes de construções?



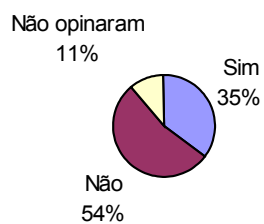
5.9 - Esse sistema apresenta algum inconveniente?



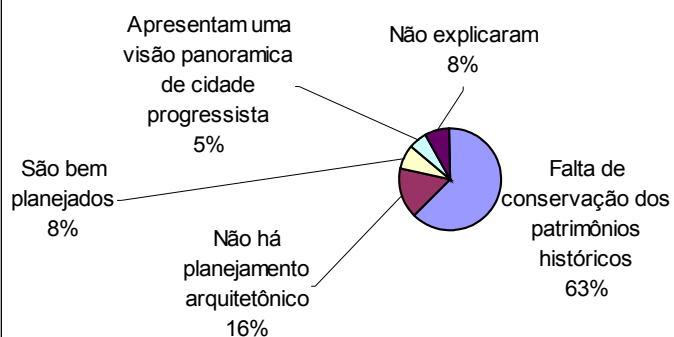
5.9 - Qual e por que?



6.1 - Atualmente as massas edificadas possuem aparência agradável?



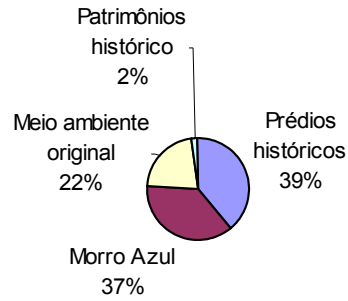
6.1 - Por que?



6.2 - Algumas paisagens ou vistas especiais, a partir da cidade, merecem ser preservadas?



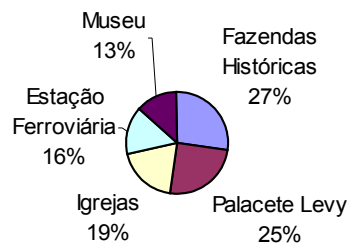
6.2 - Quais ?



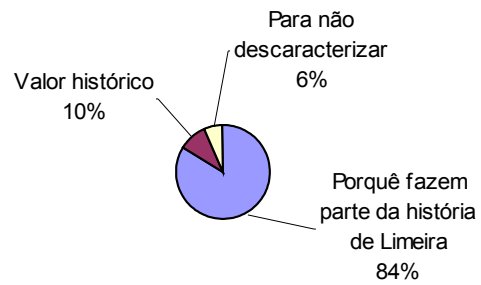
6.3 - Existem áreas ou construções de valor histórico, cultural ou turístico que devam ser preservadas ?



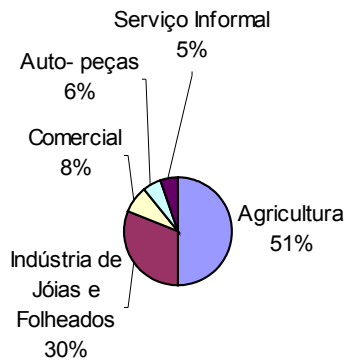
6.3 - Quais ?



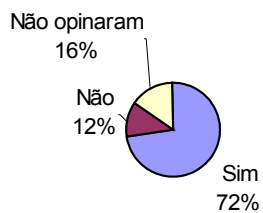
6.3 - Por que?



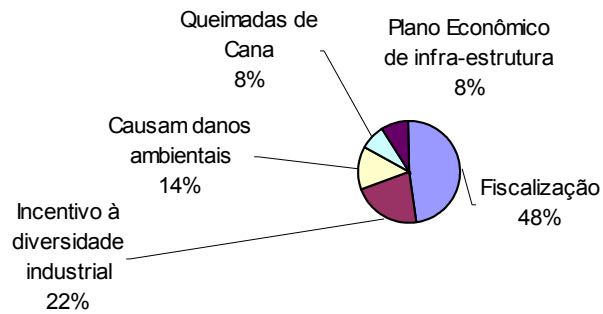
7.1 - Relacione as cinco principais atividades econômicas desenvolvidas no Município



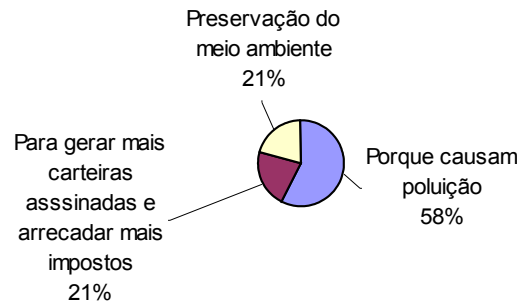
7.2 - É de interesse social e/ou ambiental que a Prefeitura apóie ou coloque restrições a algumas dessas atividades?



7.2 - Quais ?



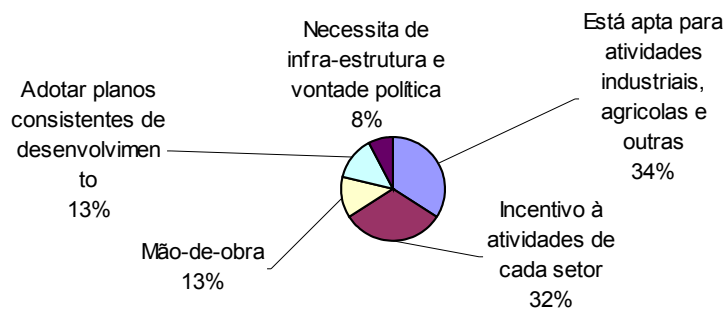
7.2 - Por que ?



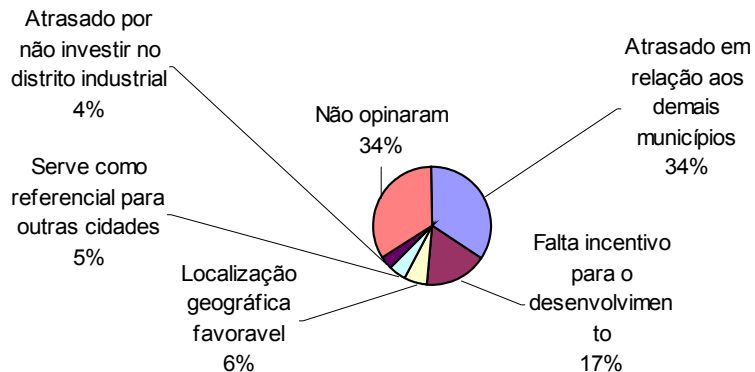
7.3 - O Município tem potencial para incrementar as atuais atividades econômicas ou para desenvolver novas atividades?



7.3 - Explique



7.4 - Como se situa o Município do ponto de vista do desenvolvimento regional?



PARTE 3:

LEITURA TÉCNICA

Trabalho elaborado com base em dados fornecidos pelas Secretarias Municipais e insumos de departamentos e órgãos governamentais estaduais e federais.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

1.1. ORIGENS DE LIMEIRA

As origens de Limeira remontam à abertura do caminho para Goiás que foi aberto pela primeira vez em 1682 por Bartolomeu Bueno da Silva - o Anhangüera - e reaberto em 1722 por seu filho e que ia de São Paulo às minas de Goiás. Como não havia estradas e as tropas se locomoviam a pé ou usando burros e mulas, um problema sério era a alimentação que em parte era fornecida pela própria mata, como caça e algumas frutas, mas para sanar essa questão geralmente um pequeno grupo partia antes, levando ramas de mandioca e grãos de milho, alimentos nativos já cultivados há séculos pelos índios, abriam uma clareira na mata em algumas paragens e plantavam uma pequena roça que forneceria o alimento para quando o grupo maior ali chegasse. Esses locais de roça, ao longo deste caminho, foram chamados de ranchos ou pousos. Um desses pousos era o "Rancho do Morro Azul", no sertão do Tathuiby, junto ao Ribeirão Tatu, que era um local perfeito para isso por possuir terras férteis ao seu redor e água, além de servir também de ponto de referência, pois era avistado de grandes distâncias.

Essas terras já eram conhecidas de tribos indígenas e de grupos caboclos que a exploravam cultivando pequenas roças, não permanecendo no mesmo local por um período maior que 6 ou 7 anos. Essa população cabocla era fruto da mistura de homens que haviam adentrado o sertão e acabaram vivendo junto aos indígenas, tendo filhos e formando pequenos grupos. Alguns deles haviam partido para o interior em busca de riquezas e escravos indígenas sem a permissão da Coroa e acabaram ficando; outros, como em casos registrados em Itu, haviam sido condenados por crimes e sua pena era "serem soltos na cabeceira do Rio Piracicaba e entrarem na mata". Provavelmente os juízes acreditavam que esses homens não iriam sobreviver, porém muitos o fizeram.

Em fins do século 18 e início do século 19, as terras do Tathuiby foram sendo ocupadas por posseiros vindos de povoados da região, que

diferentemente dos caboclos e indígenas, tinham a idéia de se fixarem nesse local. Nessa mesma época o governo passa a doar sesmarias e com a vinda dos agora “donos legais” das terras, muitos desses grupos acabaram sendo empurrados mais para o interior, após Rio Claro, que era o limite entre o “civilizado” e o “selvagem”.

As sesmarias acabaram sendo divididas e dando origem a várias fazendas e os primeiros fazendeiros, Capitão Luis Manoel da Cunha Bastos, Bento Manoel de Barros, José Ferraz de Campos, Nicolau de Campos Vergueiro e Manoel Rodrigues Jordão, entre outros, começaram, já ao redor de 1815, a plantar cana-de-açúcar para comercialização que precisava ser escoada. Portanto, em 1823 o governo provincial autorizou a abertura de uma estrada ligando o Morro Azul a Campinas, por intervenção do Senador Vergueiro. Junto à estrada foram sendo construídas estalagens para os tropeiros, casas e vendas e com a construção das pontes, em 1826 ela foi aberta, o Capitão Luiz Manoel da Cunha Bastos doou 112,5 alqueires para que fosse formado um povoado e que fosse construída ali uma capela para que seus moradores pudessem se reunir, rezar e ouvir missa.

A capela de Nossa Senhora das Dores do Tatuíbi, então, marca o ano de fundação da cidade.

Quanto à origem do nome LIMEIRA, não se pode precisar com certeza.

Conta a lenda que, durante as bandeiras, Frei João das Mercês, integrante das Bandieras, carregava um picuí cheio de limas e que, após comê-las e dormir, passou mal e morreu, sendo enterrado com seu picuí, pois se creditou seu falecimento às limas. Tempos depois, nesse lugar, os bandeirantes encontraram uma grande limeira que passou a denominar a região.

Por outro lado, nas correspondências da época, o que se percebe é que os nomes de Tatuíbi e Limeira eram ambos usados para se referir à

povoação.

As laranjas, limões e limas foram introduzidas em São Paulo pelos portugueses já em 1540, sendo que, documentos e livros que retratam o Brasil do início da colonização, citam a excelente adaptação climática das árvores cítricas na costa brasileira.

Na primeira metade do século XIX o Brasil foi alvo de grande interesse dos pesquisadores europeus, surgindo na época muitos estudos e livros sobre a flora brasileira. Não foram poucos os viajantes que mencionaram a existência de laranjeiras selvagens no interior do Brasil, levando muitos a acreditar que a laranja era uma fruta nativa.

Assim, pode-se dizer que na região do Morro Azul havia árvores cítricas, especialmente limas que, por serem frutas conhecidas dos europeus há muitos séculos, chamaram a atenção o suficiente a ponto de serem usadas para denominar o local.

BIBLIOGRAFIA

BUSCH, Reynaldo Kuntz. **História de Limeira**. Limeira: Sociedade pró Memória de Limeira, 3 ed., 2007.

CARITÁ, Wilson José. **A Igreja de Nossa Senhora das Dores de Limeira - 1º Volume**. Limeira, Sociedade Pró Memória de Limeira , 1998.

DEAN, Warren. **Rio Claro - Um Sistema Brasileiro de Grande lavoura 1820-1920**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

http://www.abecitrus.com.br/historia_br.html - Assoc. Bras. dos Exportadores de Cítricos.

1926 com a construção de duas pontes sobre os rios Jaguari e Atibaia.

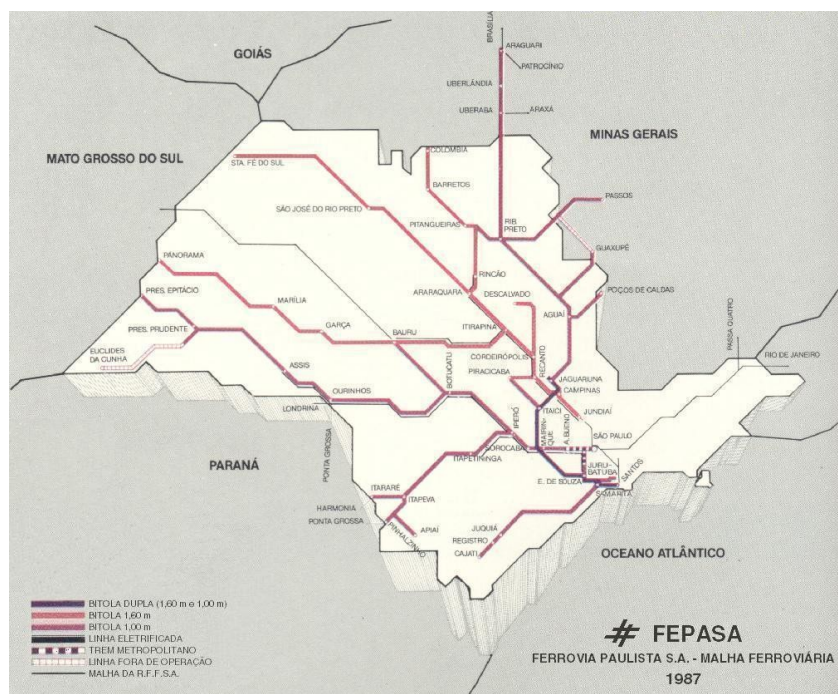
Em 1840, na Fazenda Ibicaba, localizada ao N, de propriedade do Senador Vergueiro, foi implantado sistema de parceria na lavoura, com participação de colonos portugueses e alemães.

A data de fundação da cidade é considerada como o ano de 1926 em que foi edificada a mencionada capela.

O desenvolvimento da região foi desencadeado em função da boa qualidade dos solos para a agricultura a partir da cana-de-açúcar e fortalecido e acelerado pelo café, cuja produção escoava por meio da então denominada Estrada de Ferro do Oeste, depois Companhia Paulista de Estradas de Ferro/FEPASA, e hoje pertencente à RFFSA⁴ com concessão de uso para América Latina Logística – ALL.

Na Figura 2 abaixo, pode-se verificar a importância da rede ferroviária no Estado de São Paulo, com trajetos muito bem distribuídos pelo território, possibilitando pioneiramente a comunicação entre as diversas regiões e a circulação de produtos e da população.

FIGURA 2 – Malha Ferroviária no Estado de São Paulo em 1987



Fonte: www.fepasa.sp.gov.br, acesso em 04/12/07, às 11h10min.

⁴ A partir de 1998, a FEPASA foi incorporada à RFFSA.

Este contexto de mobilidade é o responsável por ter acelerado, no início do século XX, a transformação do povoado em cidade a partir do crescimento populacional, do incremento das atividades econômicas e da economia de escala propiciada pela concentração populacional e, no segundo quartel desse século, pela intensificação da industrialização.

2. CONTEXTO GERAL

Limeira pertence à Região Administrativa de Campinas e localiza-se no interior do Estado, próxima à Piracicaba e Americana, em região interiorana consolidada de importância econômica e muito bem servida por rodovias e ferrovia (vide Mapa 1 anexo).

A Rodovia Anhangüera atravessa a cidade no sentido N-S (Mapa 2 anexo) e, assim como ocorreu nas demais cidades em seu trajeto, foi importante indutor de desenvolvimento do interior do Estado, desde meados do século XX, quando houve a substituição da então denominada Estrada da Boiada pelo novo traçado dessa rodovia, interligando São Paulo ao interior.

Destacam-se também a Rodovia dos Bandeirantes que se apresenta como rota alternativa e paralela à Rodovia Anhangüera, de Limeira a São Paulo, e a Rodovia Washington Luiz que propicia a ligação de Limeira com o interior chamado "oeste paulista" – Araraquara, Ribeirão Preto, São José do Rio Preto.

A ferrovia, importantíssimo eixo de mobilidade do século XIX, que propiciou a integração de Limeira no circuito do café e o escoamento da produção industrial do começo do século, além do transporte de passageiros, também atravessa Limeira no sentido N-S cortando toda a sua área urbanizada, através da qual, atualmente, circulam apenas trens de carga.

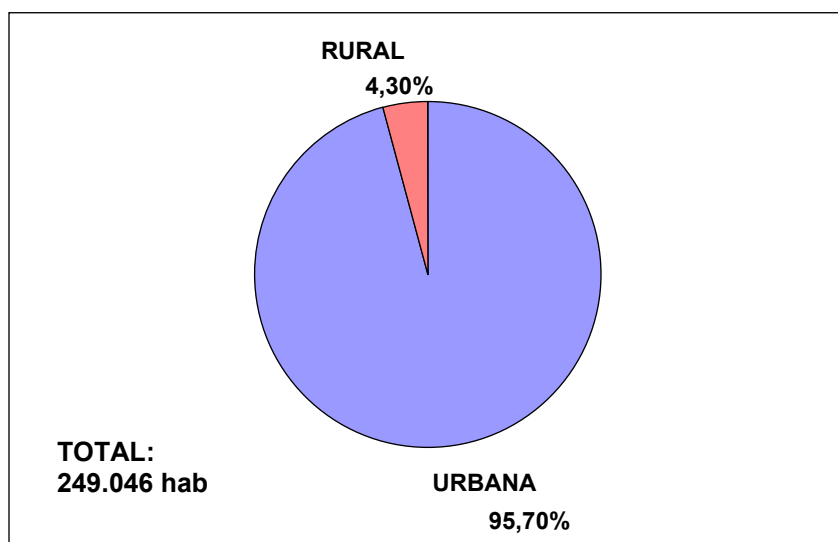
Sua economia tem como base atividades diversificadas - agricultura, indústria, comércio e serviços, constituindo muitas vezes, os APL's – arranjos produtivos locais - associadas às indústrias metalúrgica, de jóias e folheados e de derivados de citros.

3. POPULAÇÃO

A cidade é de médio porte, com população estimada em 272.734 habitantes e apresentando uma taxa estimada de crescimento de 2000 a 2007 de 1,31%⁵.

Na Figura 3 é possível verificar que a taxa de urbanização atinge 95,7%, também seguindo a tendência de urbanização brasileira, decorrente, numa primeira fase, da maior oferta de oportunidades na cidade e, numa segunda fase, da mecanização agrícola.

FIGURA 3 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO EM 2000



Fonte: FIBGE, Censo 2000.

Entretanto, a população na área rural ainda é expressiva, se proporcionalmente comparada ao índice de urbanização de outras cidades da região.

As áreas urbanas mais populosas estão localizadas a SE na região composta pelos Bairros Nova Suíça, Vista Alegre e a NW como a região composta pelos Bairros Nossa Senhora das Dores, Abílio Pedro e Belinha Ometto, conforme Mapa 03 anexo.

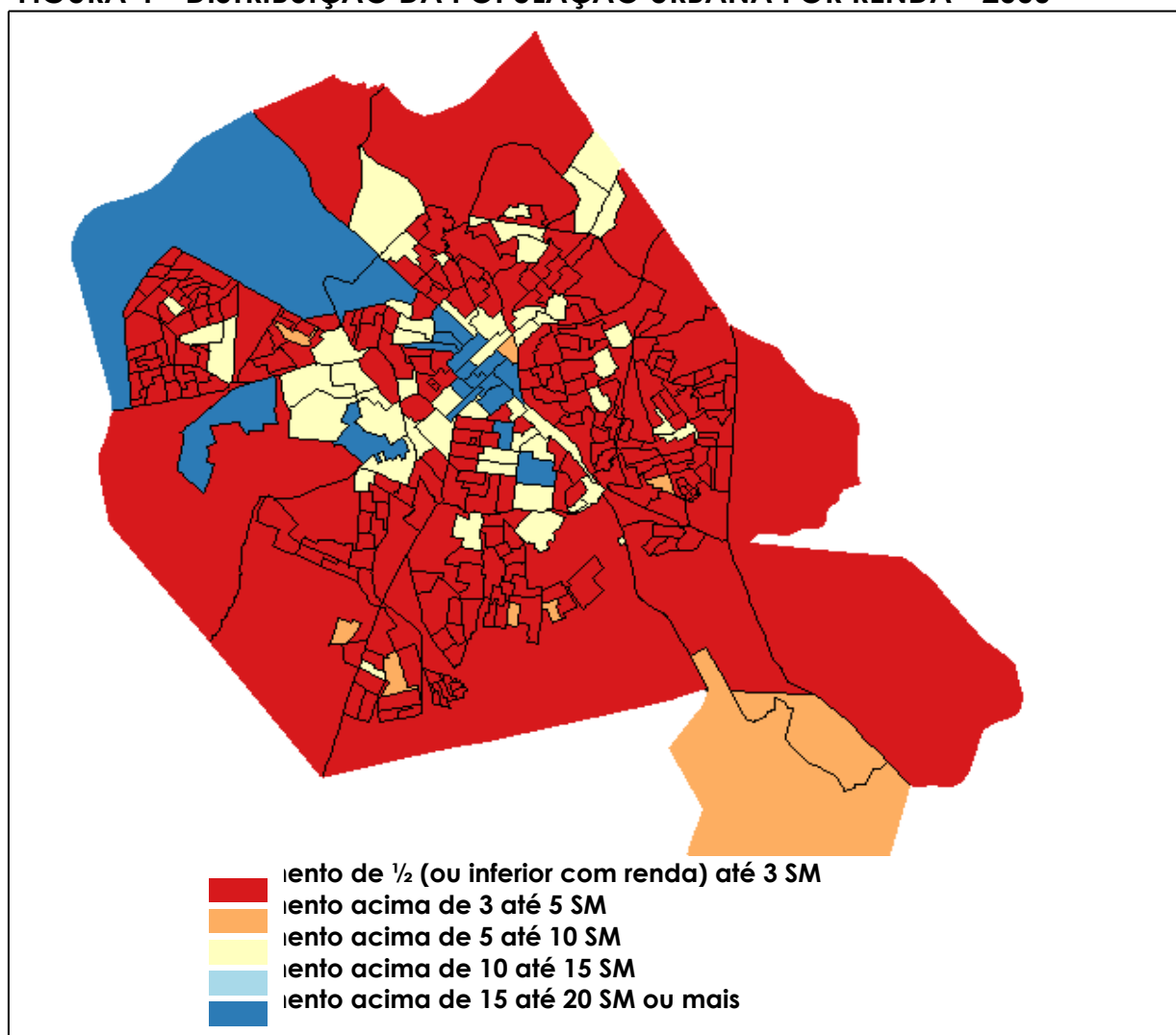
Em oposição, as áreas urbanas menos adensadas localizam-se na região dos Bairros Chácara da Graminha, Jardim Itapuã e Monte Carlo, havendo

⁵ FIBGE, Contagem da população 2007 e dados da agência Limeira. O último levantamento oficial - Censo 2000 indicava uma população de 249.046 hab.

ainda outra região nessas proximidades cujas densidades de ocupação ainda são médias como a região dos núcleos fechados – Residencial Parque Avenida, Alto da Capela, Residencial Flora, Terras de Santa Elisa, San Pietro.

A distribuição da população urbana no território por faixas de renda, constante da Figura 4 reflete, portanto, a tendência de expansão da mancha urbanizada por segmentos ou classes econômicas.

FIGURA 4 – DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO URBANA POR RENDA - 2000



Fonte: FIBGE, Censo 2000.

Uma vez que o que regula este sistema é o preço da terra que, inserido num contexto de supervalorização do capital, promove expoliação e segregação por classes, as camadas mais pobres são empurradas para as

periferias distantes da cidade consolidada, criando uma população excluída dos benefícios da urbanização e para a qual o poder público tem que dar atendimento prioritário já que faltam itens de infra-estrutura – drenagem, pavimentação - e de equipamentos urbanos – escolas, creches, postos de saúde, áreas de lazer e convivência.

Na área rural, a densidade populacional majoritariamente mantém-se entre 0,09 e 0,63 hab/Ha, com exceção do núcleo urbano do Bairro do Tatu, cuja densidade é de 7,11 hab/Ha, e da região do Bairro dos Pires de Baixo, cuja densidade é de 11,16 hab/Ha.

O índice do Bairro dos Pires de Baixo indica a desconfiguração espacial desta porção de área rural - em que o módulo mínimo estabelecido pelo INCRA é de 20.000m² - que ocorreu pela ocupação dispersa e acentuada de loteamentos clandestinos de chácaras de recreio que parcelaram, irregular e clandestinamente, a terra em módulos médios de 1000m². A procura por esta região foi motivada pela beleza de suas paisagens rurais e pela abundância de recursos hídricos.

4. MEIO FÍSICO

4.1. CLIMA

O clima é tropical chuvoso - Aw, com estação seca no inverno e chuvosa no verão, conforme classificação de Koeppen (Cepagri, 2007)⁶.

É durante o verão que ocorrem as precipitações mais intensas, e pelo grande volume de água, ocorrem inundações e podem ocorrer os processos erosivos. Os registros indicam a precipitação máxima de 1336mm no ano de 2006.

As temperaturas máximas ficam por volta dos 30°C no verão e as mínimas 10°C no inverno. As médias por volta entre 18 e 24°C, conforme se pode verificar no Quadro 1 abaixo.

QUADRO 1 - INFORMAÇÕES SOBRE CLIMA EM 2006

MÊS	TEMPERATURA DO AR (°C)			CHUVA (mm)
	Mín Média	Máx Média	Média	
Janeiro	18.8	30.1	24.5	222.2
Fevereiro	19.0	30.2	24.6	167.7
Março	18.2	29.9	24.1	167.3
Abril	15.6	28.2	21.9	67.4
Maio	12.9	26.2	19.6	60.4
Junho	11.5	25.1	18.3	41.3
Julho	10.9	25.3	18.1	28.3
Agosto	12.3	27.5	19.9	30.6
Setembro	14.3	28.4	21.4	71.1
Outubro	16.0	29.0	22.5	115.4
Novembro	16.9	29.5	23.2	148.8
dezembro	18.1	29.4	23.8	216.3
ANO	15.4	28.2	21.8	1336.8
Mínima	10.9	25.1	18.1	28.3
máxima	19.0	30.2	24.6	222.2

Fonte: Cepagri (www.cpa.unicamp.br/outras-informacoes/clima_muni_306.html, 11/12/07, 10:10h)

A umidade relativa média ficou em torno de 74,4%.

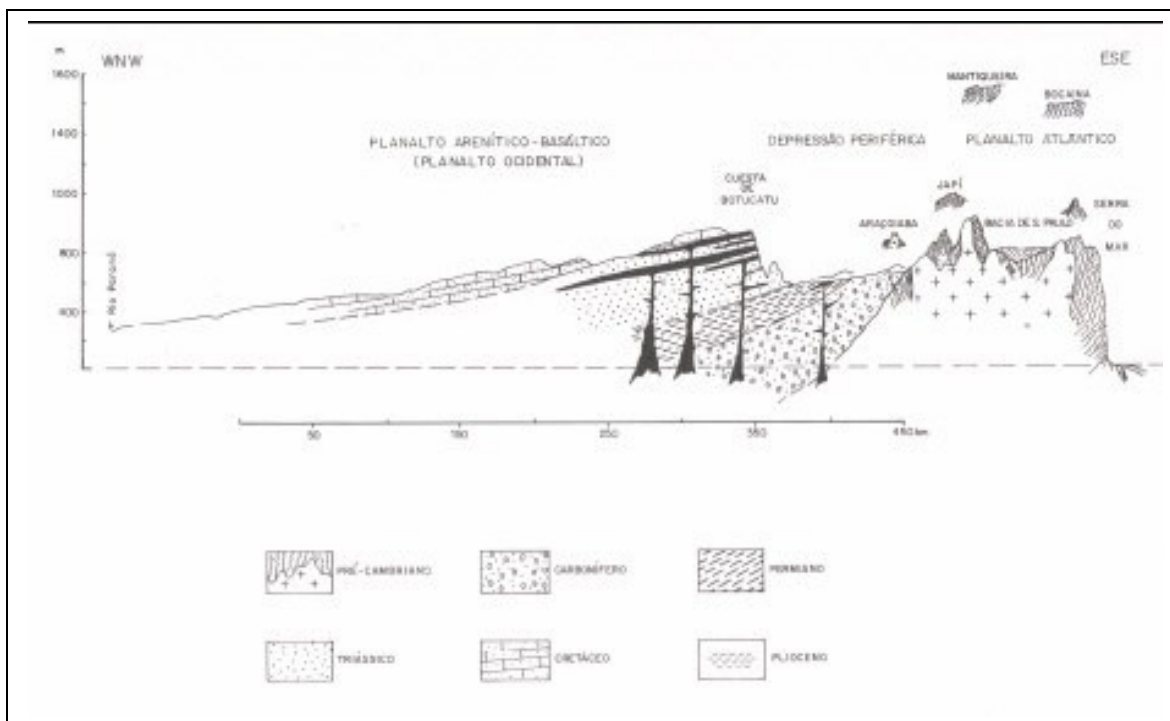
Os ventos predominantes são no sentido N-S de outubro a março e de SE-NW nos demais meses do ano.

4.2. GEOMORFOLOGIA

⁶ In www.cpa.unicamp.br/imagens/classkoeppensp2.gif, acesso em 11/12/07, às 10:12h

Geomorfologicamente, Limeira integra a Bacia Sedimentar do Paraná, situando-se na região denominada Depressão Periférica Paulista, sub-região do Médio Tietê (Almeida *apud* Rossini, 2001), que se apresenta como uma faixa deprimida entre as escarpas da Cuesta e o Planalto Atlântico, com topografia suavemente ondulada, conforme ilustra a Figura 5.

FIGURA 5 - ILUSTRAÇÃO GEOMORFOLÓGICA ESQUEMÁTICA



Fonte: Comitê PCJ. CD-ROM do Relatório

Na Depressão Periférica, predomina o relevo de colinas, com topos suaves e ligeiramente abaulados e, segundo classificação do IPT (1981), o sistema de relevo de maior expressão, que ocorre ao N e ao E, é o de Colinas Amplas com interflúvios de topos extensos e aplainados, vertentes com perfis retilíneos e convexos, drenagem de baixa densidade com padrão sub-dendrítico, vales abertos, planícies aluviais interiores restritas e presença eventual de lagoas perenes ou intermitentes, sendo predominante as baixas declividades até 15% e amplitudes locais inferiores a 100 metros.

Aparece ainda, a S e SE, uma faixa do sistema de Morrotes Alongados e Espigões com interflúvios de topos angulosos e achatados, vertentes

ravinadas com perfis retilíneos, drenagem de média a alta densidade com padrão dendrítico e vales fechados, onde predominam declividades médias a altas acima de 15% e amplitudes inferiores a 100 metros.

As maiores altitudes são encontradas a N e NW onde as colinas variam de 680 a 700 metros, destacando as escarpas do Morro Azul, ponto mais alto do Município, no extremo NW que, sustentadas por diabásio, atingem 780 metros.

As colinas são mais baixas ao S, apresentando cotas de 500 metros próximas ao vale do Rio Piracicaba, onde os interflúvios são menos amplos e fortemente convexizados, entalhados nas formações arenito-siltosas do Grupo Tubarão (Lorenzon Filho *apud* Rossini, *idem*).

Os Mapas 4 e 5, respectivamente de Hipsometria e de Declividade, apresentam o perfil do território, conforme descrito sucintamente acima.

O território da cidade é cortado centralmente, de N a S, pelo Ribeirão Tatu, apresentado a W relevo bastante suavizado e a E, encostas mais dissecadas com topos suavizados.

Quanto às unidades geológicas, afloram várias lito-estratigrafias, destacando-se, conforme Cardoso (1993), quatro tipos de formações indicadas no Mapa 6 anexo:

- do Grupo Tubarão: Sub-grupo Itararé e Formação Tatuí
- do Grupo Passa Dois: Formações Irati e Corumbataí;
- do Grupo São Bento: Formação Pirambóia;
- rochas intrusivas básicas associadas à Formação Serra Geral.

Os dados acima citados, dentre outros mais, inclusive de materiais inconsolidados, clima, recursos hídricos e uso geral do solo no município, foram analisados por Cardoso (1993), que produziu sua proposta de Zoneamento Geotécnico de Limeira na dissertação de mestrado apresentada à Escola de Engenharia de São Carlos da USP, constituindo-se na base que ora adotamos para o planejamento urbano ambiental e para o direcionamento do crescimento da mancha urbanizada.

Assim, a compartimentação por ela proposta objetivou identificar regiões ou zonas homogêneas quanto aos seguintes aspectos:

- adequabilidade a finalidades e usos
 - i. desenvolvimento urbano
 - ii. escavações
 - iii. deposição de rejeitos sépticos

- suscetibilidade a processos geodinâmicos:
 - i. erosão laminar
 - ii. ravinas e voçorocas.

O Mapa 7 anexo apresenta as 11 unidades geotécnicas subdivididas em 3 subgrupos. O primeiro subgrupo é o das dezenas 21, 22, 23 e 24 e caracteriza-se como terreno colinoso ou colinas amplas; o subgrupo das dezenas 31, 32, 33, 34, 35 e 36 caracteriza-se como morrotes alongados e espigões; o terceiro subgrupo, da dezena 41, corresponde aos chamados relevos residuais sustentados por litologias particulares.

Dessa proposta de Cardoso (1993) para o zoneamento geotécnico depreende-se que as unidades 36 e 41 apresentam a mais alta suscetibilidade à erosão laminar (antrópica), sendo extremamente problemáticas para qualquer tipo de uso.

Já as unidades 23 e 33 apresentam alta suscetibilidade a erosão por ravinas e voçorocas, devendo-se buscar o manejo do solo com técnicas conservacionistas em nível de microbacia ou de propriedade.

Nas unidades 21 e 31, moderadamente suscetíveis a ravinas e voçorocas, a situação pode ser bastante grave, considerando-se que a espessura dos materiais inconsolidados pode atingir 20 metros, o que facilita o aprofundamento da erosão ainda mais considerando-se que o nível d'água está a 15 metros de profundidade.

Entretanto, é na unidade 21 que se localizam as áreas mais adequadas para a deposição de rejeitos sépticos – aterro sanitário,

considerando-se a espessura e textura dos materiais inconsolidados (o substrato deve atingir 20 metros de profundidade e não ser argiloso), a declividade (que não pode ser alta) e o nível d'água (não pode se localizar em planície aluvionar).

A implantação de um novo aterro também pode ser estudada nas áreas da unidade 31, para a qual, entretanto, o trabalho de Cardoso(1993) não dispõe de informações sobre a profundidade do substrato.

Quanto à escavabilidade para obras de infra-estrutura sanitária e retirada de material para empréstimo, as melhores áreas estão localizadas nas unidades 21, 22, 31 e 32. As piores áreas para serem escavadas integram as unidades 36 e 41 por seus declives acentuados e afloramentos rochosos.

No aspecto de estabilidade de taludes, algumas considerações de Cardoso apontam como instáveis taludes na unidade 21, devido ao material inconsolidado arenoso, e nas unidades 35 e 36 por sua composição por rochas do tipo siltito (ltararé) que se altera formando blocos pequenos e médios (empastilhamento). Na unidade 36, há o risco de escorregamento por matacões em estradas onde haja corte de diamictito, com risco aos usuários.

Fontes:

ROSSINI, Denise. **Análise ambiental e do padrão espacial em áreas de expansão urbana de Limeira-SP**. Rio Claro: UNESP, Instituto de Geociências e Ciências Exatas, 2001. Dissertação de Mestrado.

CARDOSO, Ana B. F.. **Mapeamento Geotécnico do Município de Limeira – SP**. São Carlos: USP, Escola de Engenharia de São Carlos, Departamento de Geotécnica, 1993. Dissertação de Mestrado.

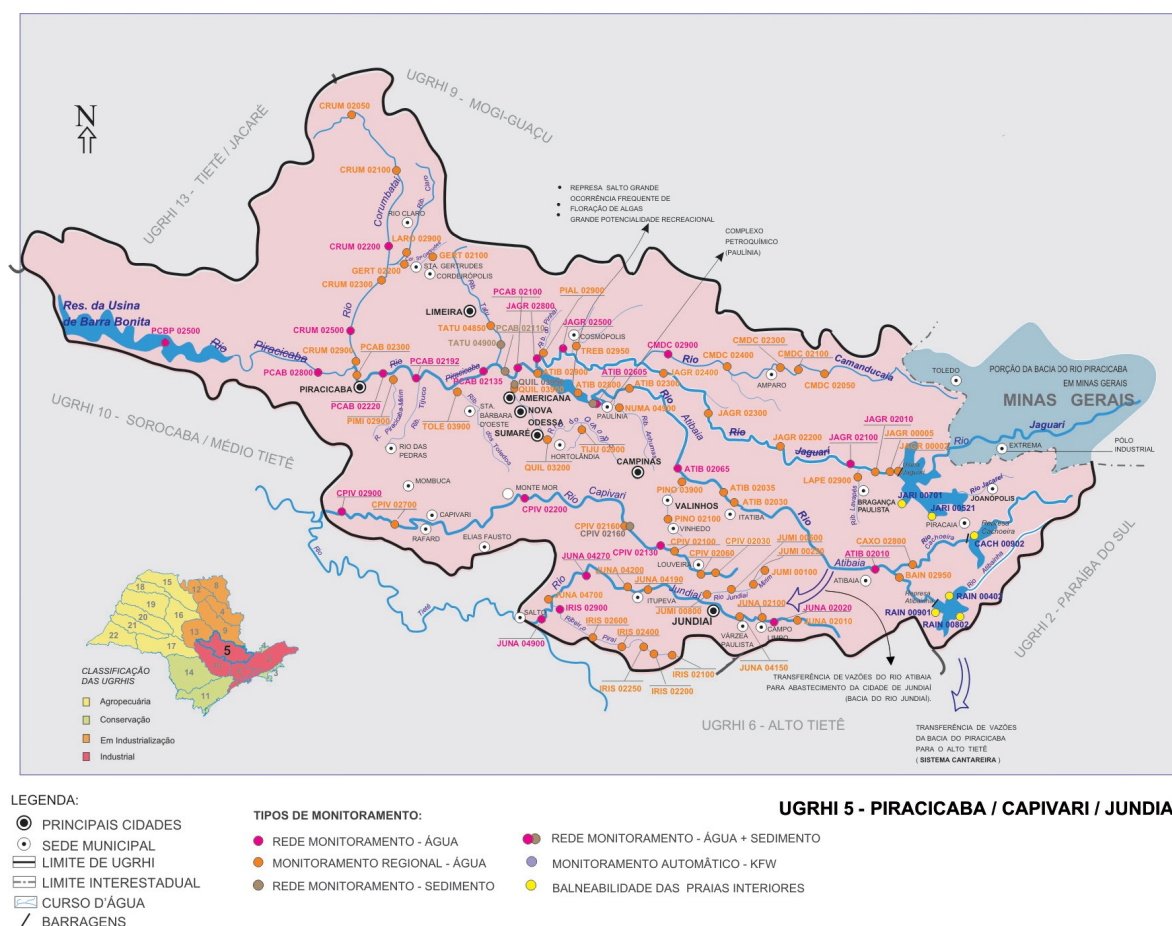
4.3. RECURSOS HÍDRICOS SUPERFICIAIS

4.3.1. A REGIÃO DA BACIA PCJ

Limeira situa-se na Unidade de Gerenciamento de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ) - UGRHI-5⁷, integrante da Bacia do Rio Tietê.

Conforme apontado no detalhe da Figura 6, esta UGRHI 5 está localizada em região de uso acentuadamente industrial, com grandes concentrações urbanas, implicando em grandes cargas de poluição hídrica por esgotos domésticos e industriais e tem sua gestão a cargo do Consórcio e Comitê PCJ.

FIGURA 6 - MUNICÍPIOS INTEGRANTES DA SUB-BACIA PCJ – UGRHI 5



⁷ A Lei Estadual 9.034/94 criou 22 UGRHIs no Estado de São Paulo para gerenciamento dos recursos hídricos a partir do conceito de bacia hidrográfica.

Sua área é de 15.303,67 km² e contém as bacias hidrográficas dos rios Piracicaba (incluindo as áreas de contribuição dos rios Camanducaia, Atibaia, Jaguari e Corumbataí), Capivari e Jundiá, sendo que 92,6% de sua área está localizada no Estado de São Paulo e 7,4%, no Estado de Minas Gerais. Sua extensão aproximada é de 300 km no sentido E-W e 100 km no sentido N-S. É integrada por 58 municípios.

No Estado de São Paulo, a bacia conjunta dos rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, todos afluentes do Médio Tietê, estende-se por 14.177,77 km², sendo 11.442,82 km² correspondentes à bacia do rio Piracicaba, 1.620,92 km², à bacia do rio Capivari e 1.114,03 km², à bacia do rio Jundiá.

A bacia do rio Piracicaba, na qual Limeira se insere, apresenta um desnível topográfico de cerca de 1.400 m em uma extensão da ordem de 370 km, desde suas cabeceiras na serra da Mantiqueira, em MG, até sua foz no rio Tietê. (CETEC, 2000).

Limeira situa-se na divisa a NW dessa bacia, conforme indica a Figura 6 acima.

Conforme dados dos pontos de monitoramento da Cetesb, a classificação das águas do Rio Piracicaba para abastecimento público é variável conforme o ponto, sendo a média anual assim considerada: 1 ponto apresentando “qualidade boa” (JAGR 02800), 1 ponto apresentando qualidade “regular” (PCAB 02135) e 3 pontos, qualidade ruim (vide Quadro 2 abaixo).

QUADRO 2 - QUALIDADE DE ÁGUA BRUTA PARA ABASTECIMENTO PÚBLICO - IAP

IAP - Índice de qualidade de água bruta para fins de abastecimento público														
Código do Ponto	Corpo de Água	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
JAGR 02100	Rio Jaguari	32	-	28	-	37	-	36	-	36	-	26	-	32
JAGR 02500	Rio Jaguari	21	-	-	-	-	-	34	-	-	-	22	-	26
JAGR 02800	Rio Jaguari	63	-	-	-	79	-	59	-	-	-	33	-	58
PCAB 02100	Rio Piracicaba	-	-	-	-	82	-	71	-	-	-	24	-	59
PCAB 02135	Rio Piracicaba	40	-	29	-	39	-	31	-	29	-	27	-	32
PCAB 02192	Rio Piracicaba	0	-	21	-	44	-	28	-	29	-	23	-	24
PCAB 02220	Rio Piracicaba	38	-	-	-	43	-	39	-	-	-	2	-	30
PCAB 02800	Rio Piracicaba	50	-	37	-	50	-	46	-	40	-	30	-	42
PCBP 02500	Braço - Piracicabacaba	60	-	58	-	64	-	80	-	84	-	76	-	71
		Ótima	Boa		Regular		Ruim		Péssima		-			

Ótima
Boa
Regular
Ruim
Péssima

Fonte: www.cetesb.sp.gov.br/

Contribuem para essa qualidade ruim, as descargas de poluentes e esgotos domésticos das cidades, inviabilizando, esporadicamente, a captação de água para abastecimento público.

Desde 1998, através da Lei Estadual nº 9.825⁸, existe restrição legal para utilização da Bacia do PCJ por algumas atividades industriais potencialmente poluidoras tais como fabricação de celulose, de solventes, de preparados para limpeza e polimento, de desinfetantes e assemelhados, de tintas e esmaltes e curtimento e preparações de couro e pele, dentre outros, objetivando controlar o grau de poluição de suas águas superficiais utilizadas para abastecimento das cidades.

4.3.2. TERRITÓRIO MUNICIPAL

Dentro do território municipal, podem ser identificadas 7 sub-bacias, conforme ilustra o Quadro 3 abaixo, todas de afluentes do Rio Piracicaba; este, por sua vez, localiza-se ao Sul, sendo o limite do território, nas divisas com Santa Bárbara d'Oeste e Americana.

O principal curso d'água é o Ribeirão Tatu que nasce em Cordeirópolis, atravessa a cidade no sentido N-S e deságua no Rio Piracicaba. É nessa sub-bacia que se concentra majoritariamente o tecido urbanizado. A urbanização também está localizada nas sub-bacias dos Ribeirões Água da Serra e Lagoa Nova, sendo esta última, a região para a qual mais tem sido estendido o tecido urbanizado.

QUADRO 3 - CARACTERIZAÇÃO DAS SUB-BACIAS

SUB-BACIA	ÁREA (km²)	CURSOS D'ÁGUA
Ribeirão da Graminha	58,0	Ribeirões Água da Serra, da Graminha, do Ambruster, Boa Esperança e Barra Verde
Ribeirão da Sepultura	44,3	Ribeirões da Sepultura, dos Coqueiros e da Balsa
Ribeirão da Lagoa Nova	67,0	Ribeirões do Bernardino, da Lagoa Nova, das Paulas e Barreiro
Ribeirão do Tatu	111,0	Ribeirão do Tatu e Córregos Granulfo, Barroca Funda e São Francisco
Ribeirão dos Pires	54,5	Ribeirão dos Pires

⁸ Alterada pela Lei 10.400/99 e considerados os demais dispositivos de enquadramento nela previstos.

Ribeirão do Pinhal	143,2	Ribeirão do Pinhal e Córregos da Corredeira, Bonito, da Água Clara, do Pinhalzinho e Fazenda Barreiro
Ribeirão do Tabajara	69,0	Ribeirão Tabajara e Córregos da Laranja Azeda, São Bento, Santa Helena e Fazenda São Jerônimo

Fonte: Relatório Final do Plano Diretor de 1998.

A sub-bacia do Ribeirão do Pinhal, com 266,7km², corresponde a aproximadamente 44,67% do território, e é a fonte alternativa de abastecimento público de água, já que a principal captação é feita do Rio Jaguari. Porém, como tem sido muito difícil, nos últimos anos, a captação de água para abastecimento público do Rio Jaguari, em função de seu alto grau de poluição, é a sub-bacia do Pinhal que tem praticamente abastecido a cidade nos últimos 2 anos.

É por este motivo que a região dessa bacia é estratégica e de extrema importância, o que significa que as ações devem ser sempre no sentido de protegê-la, preservá-la e requalificá-la.

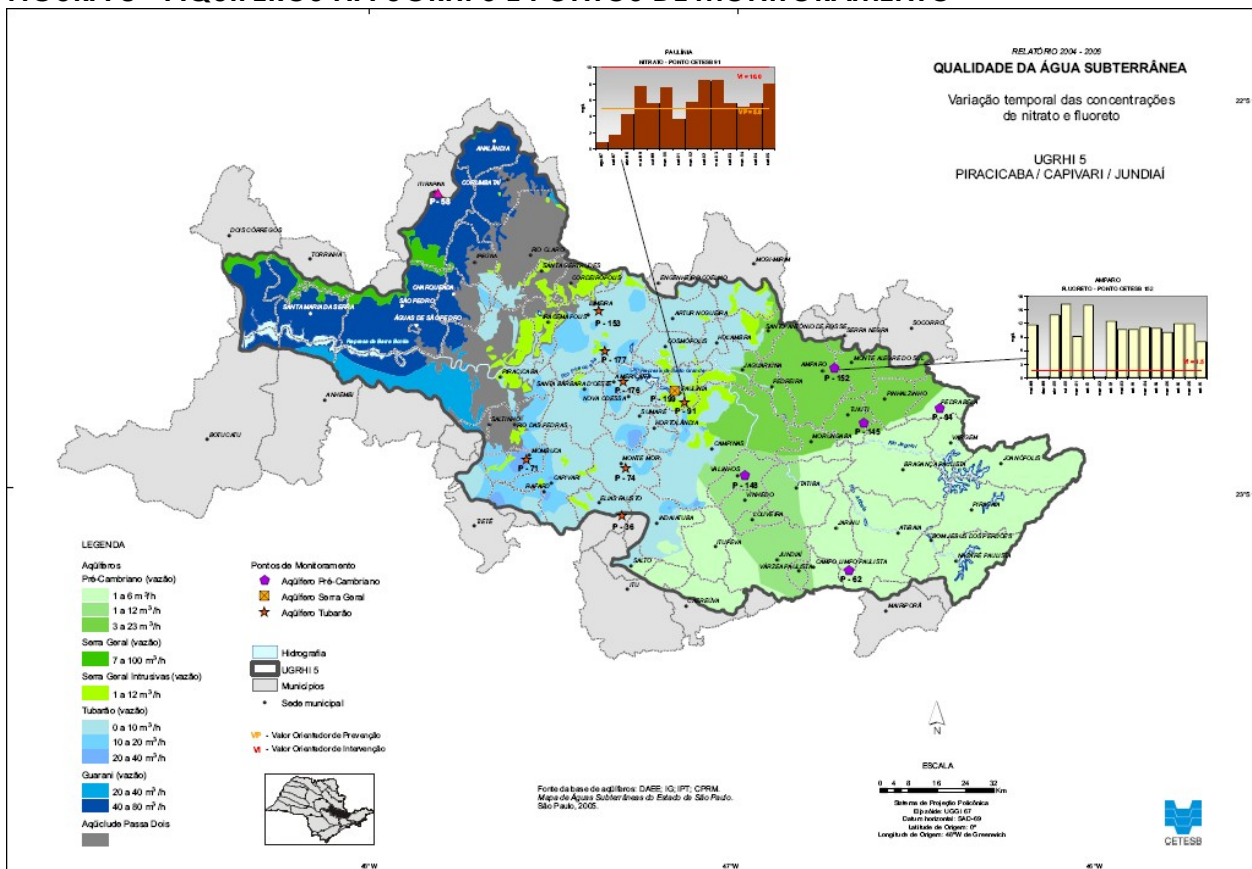
A maioria dos principais cursos d'água da cidade está poluída, pois têm recebido esgoto *in natura* e despejos clandestinos de efluentes líquidos industriais, muitos provenientes de banhos em peças metálicas, além de carreamento de resíduos de agrotóxicos, como nos Ribeirões Tatu, do Pinhal e no dos Pires.

4.3.3. ÁGUAS SUBTERRÂNEAS

A composição geológica do território paulista gerou os aquíferos indicados no detalhe da Figura 7 abaixo, destacando-se no território municipal o Aquífero Tubarão – faixa em azul claro que corta o Estado de São Paulo no sentido N-S em formato de “meia lua”.

FIGURA 7 - CONFORMAÇÃO DOS AQUÍFEROS NO ESTADO DE SÃO PAULO

FIGURA 8 - AQÜÍFEROS NA UGRHI 5 E PONTOS DE MONITORAMENTO



Fonte: Irrigart. CD-Rom do Relatório de "Situação dos Recursos Hídricos" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2002/2003).

A publicação "Mapa de Águas Subterrâneas da Cetesb – 2007" aponta que a demanda por utilização de águas subterrâneas na UGRHI 5 é da ordem de 4,03 m³/s sendo a reserva explotável de 24,00 m³/s, o que representa 16,79% de utilização.

É um índice de utilização muito baixo, entretanto, a partir da análise da Figura 8 acima, onde estão indicadas as vazões estimadas potenciais de disponibilidade dos diversos aquíferos no Estado de São Paulo, depreende-se que para a maior parte do território de Limeira, a vazão estimada é da ordem de 0 a 10 m³/h e em pequenos trechos pode atingir 10 a 20 m³/h.

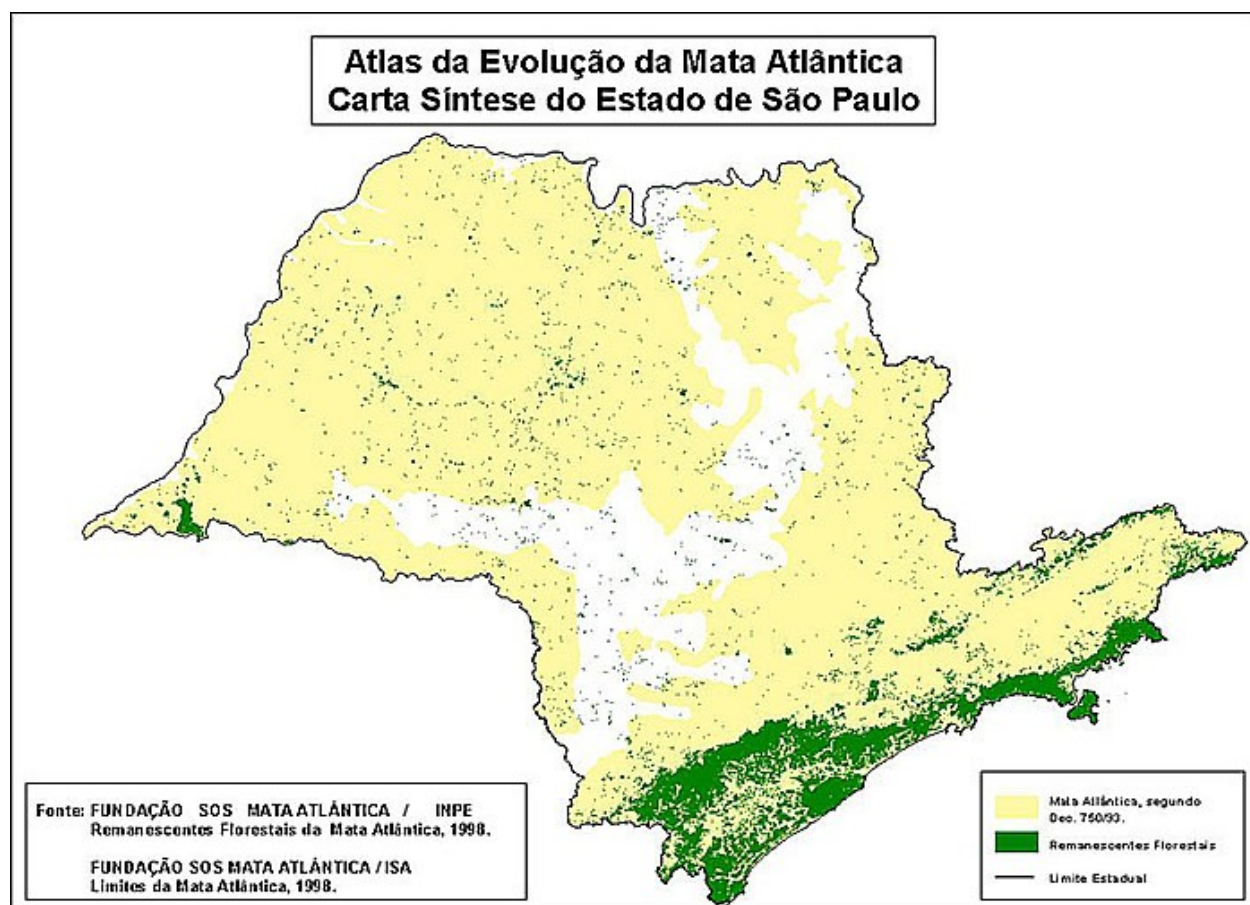
Assim e considerando o já exposto quanto à heterogeneidade do aquífero, estudos gerais indicam que não há segurança quanto à possibilidade de utilização de águas subterrâneas para o abastecimento público, demandando-se para isso um estudo mais profundo.

4.4. FLORA

Conforme o Decreto Federal nº 750/93, o território estadual era majoritariamente coberto por mata atlântica, mas com o desmatamento gerado por todos os ciclos econômicos predominantemente agrícolas e o crescimento das cidades e a conseqüente impermeabilização do solo, restaram poucos e pequenos remanescentes dessa mata nativa.

Esses remanescentes localizam-se de forma esparsa em geral e de forma bem concentrada na região litorânea e serras, conforme ilustra a Figura 9 abaixo.

FIGURA 9 - EVOLUÇÃO DA MATA ATLÂNTICA NO ESTADO DE SÃO PAULO

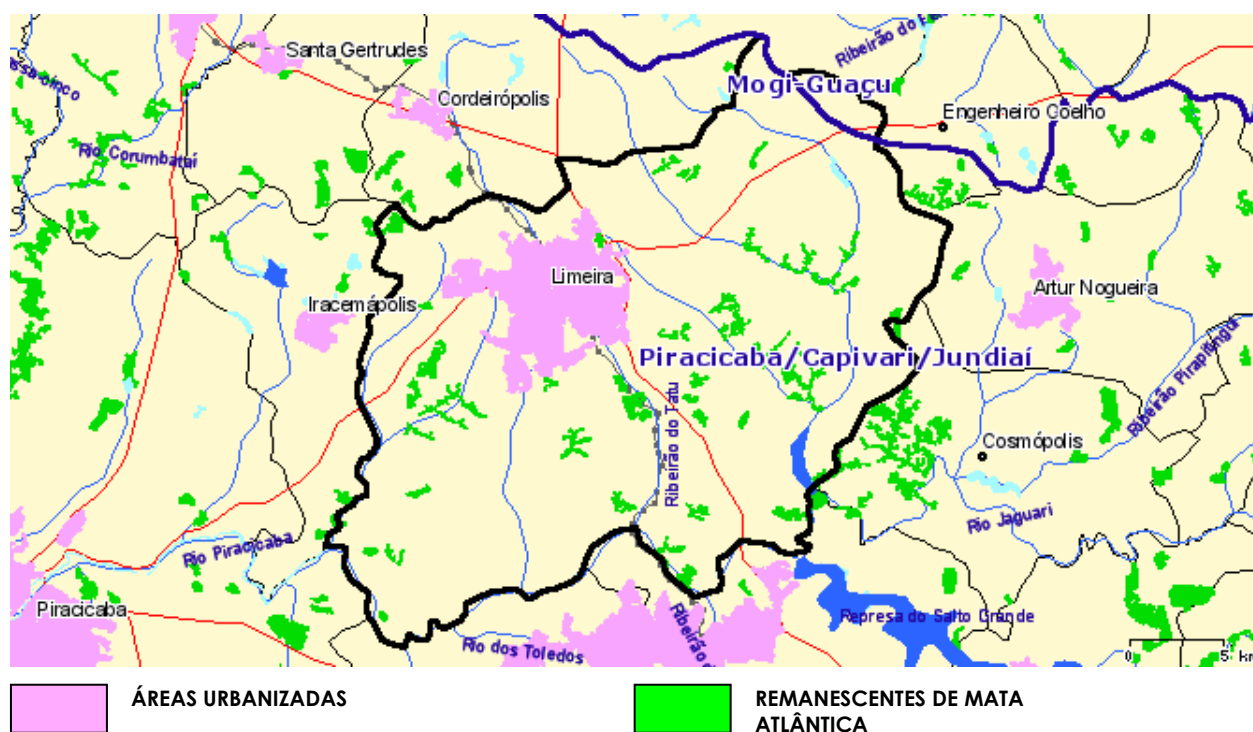


Fonte: Fundação SOS Mata Atlântica/INPE *apud* www.biota.org.br/info/saopaulo/index.

Os ecossistemas da Mata Atlântica do Estado de São Paulo podem ser classificados como Florestas Estacionais Deciduais e Semideciduais, ou seja de folhas caducas ou semi-caducas no outono.

Em Limeira, os pequenos remanescentes correspondem à vegetação ciliar existente nas margens dos cursos d'água, tanto na área urbana quanto rural, como se pode verificar na Figura 10 abaixo.

FIGURA 10 - REMANESCENTES DE MATA ATLÂNTICA EM LIMEIRA



Fonte: www.rededasaguas.org.br/comite/comite_04.asp, acesso em 03/01/08 às 11h40min.

4.5. FAUNA

Como não há remanescentes significativos de mata atlântica, que constituam grandes maciços florestais, não há biomas expressivos que propiciem a ocorrência de grande variedade de espécies de fauna.

As espécies mais comuns encontradas na zona urbana são de avifauna, além de mamíferos, alguns ameaçados de extinção tais como o lobo-guará, jaguatirica, gato do mato e lontra, e répteis⁹.

⁹ Informação da Bióloga Ana Cláudia de Abreu Sorg, Funcionária do Zoológico Municipal, da então SAMA, Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Recursos Hídricos e Meio Ambiente.

5. ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

A estruturação espacial é a forma como as diversas funções se distribuem e se articulam pelo território da cidade.

As grandes funções estruturadoras do espaço da cidade são circular e recrear por serem espaços públicos de usos coletivos.

Apesar de haver um articulador do tecido urbano da cidade, o centro, não há uma estruturação espacial equilibrada, já que a mobilidade – função circular – não é garantida nem há uma distribuição eqüitativa da função recrear – as áreas verdes e de lazer.

O território limeirense caracteriza-se por um tecido urbano concentrado, havendo um centro, o histórico-comercial, que articula toda a cidade e a partir do qual a urbanização se iniciou e se mantém.

Apesar disso, nos últimos 20 anos, como se verá adiante, foram criados clandestina ou irregularmente, na área rural, pequenos núcleos, de forma dispersa pelo território da cidade e em grande quantidade, de chácaras de recreio – propriedades que tem, em média, 1.000m², que ajudam a desestruturar o espaço rural, inserindo novas dinâmicas.

A falta de estruturação espacial é decorrente do modelo de crescimento urbano da cidade, como se verá no decorrer deste capítulo.

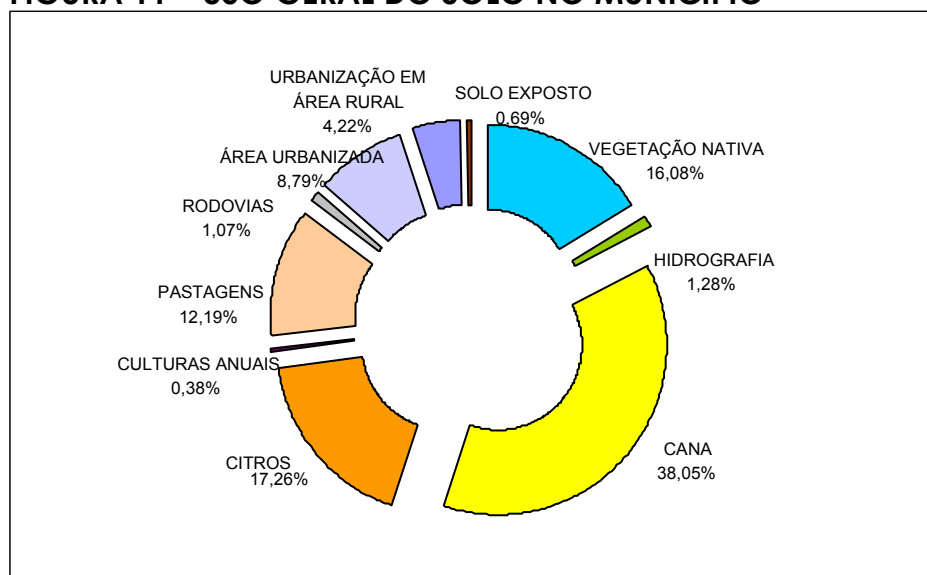
5.1. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Quanto ao uso geral do solo no Município, verifica-se que as porções urbanizadas representam, conforme dados obtidos de interpretação da imagem de satélite¹⁰ (ver Mapa 8 anexo), 5.198,16 Ha de terras em área urbana mais 2.493,72 Ha de terras em área rural.

Na Figura 11 a seguir, pode-se ver a forma de uso geral do solo no município. A área urbanizada, apesar de classificar a cidade como de porte médio, é de pequena monta frente a sua extensão territorial – somente 13,01%, o que vem confirmar a importância da produção agropecuária para a manutenção do equilíbrio das atividades econômicas.

¹⁰ Imagem do satélite CBERS 2, datada de 10/04/05, composição 4-2-3, única sem nuvens que viabilizou o trabalho com mais acuidade visual.

FIGURA 11 – USO GERAL DO SOLO NO MUNICÍPIO



Fonte: Leitura de Imagem do Satélite CBERS 2, de 10/04/05, composição 4-2-3 - SEPLAN.

5.2. EVOLUÇÃO URBANA

O Mapa 09 anexo de Evolução Urbana explicita como a malha urbanizada foi crescendo no território ao longo do tempo, a partir do centro, em eixos de penetração tais como a Rodovia SP-137, no trecho que liga Limeira a Piracicaba, a Avenida Rio Claro/Avenida Maria Tereza Silveira de Barros Camargo e a Avenida Major José Levy Sobrinho.

Entretanto, o mesmo mapa nos indica que muitos bairros foram criados distantes do núcleo urbanizado, sem contigüidade entre seus limites e os dos bairros já instalados, e providos apenas por acessos – ruas ou estradas, destacando-se especialmente os loteamentos e conjuntos para atendimento à população de baixa renda.

Isto propiciou a criação de grandes extensões de terras - os vazios urbanos - que, assim induzidos, foram posteriormente ocupados.

Na década de 50, foram criados, distante da malha urbanizada, o Jardim São Pedro, o Jardim Santa Luzia, a Vila Independência e a Vila Conceição.

Na década de 60, os bairros assim criados foram: Jardim Morro Azul, Jardim Esmeralda, Parque Novo Mundo, Jardim Anhangüera, Jardim Olga Veroni, Jardim Barão de Limeira, Jardim Maria Helena, Jardim São Luiz, Jardim Alvorada,

Jardim Boa Vista e Jardim São Rafael além do Jardim Nova Europa, Jardim Glória e Jardim Santo André.

Nesta mesma década, o loteamento Chácara Boa Vista da Graminha destaca-se como núcleo urbanizado criado para propiciar chácaras de recreio, razão por que se situava distante, fazendo um diálogo entre vida urbana e vida rural.

Já na década de 70, os núcleos mais distantes constituídos foram o Jardim Aeroporto, o Jardim Residencial Village e o Jardim Nova Limeira, localizado à margem da Via Anhangüera oposta à cidade, constituindo um núcleo urbano isolado.

Ressalte-se que nesta mesma década, começaram a surgir os loteamentos clandestinos de chácaras de recreio como a Estância Eldorado e a Estância Montreal (1981), conforme se pode verificar no Mapa 8 anexo de Assentamentos Clandestinos e Irregulares.

Isto é explicado pelo fato de que, conforme a tendência do interior do Estado de São Paulo¹¹, a sociedade buscava um contraponto à explosão demográfica que passou a acumular nas cidades uma população sem precedentes¹², quando começaram a surgir densidades mais altas e expressões físicas da exclusão social, como as favelas, já que a terra urbana é muito cara para os migrantes pobres provenientes tanto da área rural de Limeira como de outras regiões do país, como Paraná e Minas Gerais, que vieram em busca de mais oportunidades.

Este complexo sistema de relações que é a cidade passa a despertar o desejo da retomada do campo como ideal de fuga buscado através das chácaras de recreio.

Alguns desses núcleos, constituídos na zona rural, foram aprovados: Vale Verde, Chácara Santa Paula, Beira Rio, Monte Verde, Morro Alto, Novo México e Santa Helena.

¹¹ A industrialização do interior ocorreu em fase posterior à da industrialização da região Metropolitana de São Paulo.

¹² Milton Santos (1982), A Urbanização Brasileira

5.3. OCUPAÇÃO DA ÁREA URBANA

Nos dias atuais, a cidade apresenta-se construída de forma horizontal, com verticalização concentrada na região Central, estando alguns conjuntos de edificações verticais de 4 pavimentos dispersos nas regiões dos Bairros Boa Vista, Vila Independência, Jardim Piratininga e Vila Brasil, conforme indicados no Mapa 10 anexo.

Verifica-se também uma grande concentração de núcleos fechados residenciais na porção SW da mancha urbana, constituído majoritariamente por loteamentos fechados, conforme se pode ver no Mapa 11 anexo.

Esta concentração propiciou a criação de uma barreira quanto à mobilidade, pois suas grandes dimensões reduzem as áreas de circulação viária que ficam inseridas dentro do fechamento.

Além disso, se auto segregam urbanisticamente em relação à cidade já que voltam as costas a ela, impondo-lhe extensos muros que tornam a vizinhança inóspita e insegura, já que não há fluxo constante de pessoas, comércio e serviços, apenas fluxo de veículos de passagem.

Já os condomínios residenciais são em pequeno número, com dimensões menores e dispersos pelo tecido da cidade.

Quanto à regularidade do tecido urbano, verifica-se que o grande problema da cidade é a existência dos loteamentos de chácara de recreio implantados clandestinamente (ver Mapa 12 anexo) e que a partir da Lei 357/05, poderão ser regularizados desde que atendam aos seus requisitos, ressaltando-se que estão em área rural e serão tratados mais à frente neste documento (item 5.5).

Existem também alguns conjuntos habitacionais, promovidos pela CDHU e Prefeitura, que não estão registrados, por diversos fatores, entre eles titularidade dos imóveis, mas atualmente estão em processo de regularização.

Destacam-se também, em pequena quantidade, áreas de cortiços ou ocupações precárias bem dispersas no tecido, apontadas no Mapa 13 anexo, caracterizadas como moradia de população de baixa renda, sendo já tratados socialmente pelo CEPROSOM, não podendo ser consideradas como distorções de impacto no tecido urbano.

Quanto aos vazios urbanos, assim entendidos como as áreas intersticiais existentes dentro e ao redor da mancha efetivamente urbanizada, foi encontrada grande quantidade deles, majoritariamente de pequeno porte e algumas de médio porte, indicadas no Mapa 14 anexo.

No Mapa 14 acima mencionado, pode-se verificar que, apesar de esses vazios urbanos estarem propícios para serem utilizados, a cidade continua se expandindo na porção S sem utilizá-los, haja vista os pedidos de diretrizes, pré-análise e aprovação de loteamentos em andamento, por não haver mecanismo de indução para sua ocupação.

A inexistência de mecanismo ou instrumento que induza a ocupação desses vazios urbanos, favorece a especulação imobiliária na medida os proprietários desses vazios aguardam a valorização decorrente da urbanização do entorno para parcelarem suas glebas, vendendo seus lotes com preços comparáveis aos já valorizados.

5.4. USOS DA ÁREA URBANA

Apesar do centro único, articulador do tecido urbano, tradicionalmente consolidado como centro comercial, outros núcleos já se consolidaram para usos comerciais e de serviços, caracterizando-se, entretanto, não como regiões, mas, a partir de vias coletoras ou arteriais, como ruas corredores indutoras de desenvolvimento de diversas regiões da cidade.

Como se pode verificar no Mapa 15 anexo, destacam-se a Rua Luiz Pantano na região do Parque Residencial Víctor D' Andréa e Jardim Novo Mundo, a Rua Pedro Elias na região dos Jardim São Luiz, Jardim Barão de Limeira e Jardim Vista Alegre e a Avenida Nelson Nascimento na região dos Jardim Vitória

Lucato e Jardim da Graminha, grandes expoentes junto a bairros mais adensados ou populosos.

Além disso, destacam-se também a Av. Eduardo Peixoto, no Jardim Nova Europa, a Avenida Santa Bárbara, na região das Vila Esteves, Vila Cristovam e Vila Santa Rosália e a Avenida Fabrício Vampré, na região dos Jardim Piratininga, Jardim Nova Itália e Jardim Santa Luzia.

Quanto às regiões industriais, algumas surgiram nos mesmos padrões das áreas comerciais e de serviços, ou seja, a partir de vias estratégicas quanto à circulação de veículos como a Via Anhangüera, em quadras do Jardim Glória na Avenida Marechal Arthur da Costa e Silva e nos bairros Jardim Olga Veroni, Jardim Anhangüera e Parque Egisto Ragazzo, ou em glebas mais distantes da mancha urbanizada, em razão do grande porte requerido por algumas das indústrias, tais como as que se situam na região da Invicta e Fumagalli, ou ainda em função da proximidade de recursos hídricos abundantes, como é o caso da Ripasa e da Ajinomoto na beira do Rio Piracicaba.

Além disso, próximas ao centro, encontram-se ainda grandes áreas e galpões de indústrias subutilizadas e até não utilizadas por conta da dificuldade de circulação de mercadorias decorrente do adensamento populacional do entorno, de caráter predominantemente residencial, que foi encostando nas indústrias instaladas previamente.

Este é o caso da antiga Máchina São Paulo, a 1ª indústria de Limeira, que fabricava armamentos bélicos, situada na Avenida Campinas¹³, da Machinas D' Andréa, situada no início da Avenida Laranjeiras, da Matisa, da Calçados Buzolin, Machinas Zacaria, Indústrias Rocco, Fumagalli e Lucato.

Como os imóveis têm dificuldade para serem reutilizados – por venda ou locação – para fins industriais mais incômodos ou poluentes, inclusive por restrições da lei de uso e ocupação do solo vigente, algumas estão fechadas.

Há que se ressaltar que desde 98, com as Leis Complementares nºs 199/98 e 212/99, o uso do solo é misto na maior parte do território, exceto pelas regiões classificadas como Z5, que se constituem por loteamentos e condomínios

¹³ Atualmente é de propriedade da Prefeitura Municipal de Limeira e foi requalificada como Escola do Trabalho.

estritamente residenciais e pelas classificadas como Z6, que se constituem por regiões de usos mais incômodos nas quais não se admitem residências.

A maioria dos bairros classificados como Z5 é fechada ou de acesso controlado, tais como o Jardim Aquarius, o Parque São Bento, o Jardim Monsenhor Rossi, o Jardim Florença, a região dos bairros Portal das Rosas, Chácaras Boa Vista da Graminha e Residencial Ilha de Bali, o Jardim Colina Verde, com exceção do Jardim Mercedes e da Vila Paraíso que são núcleos abertos.

O fechamento de núcleos estritamente residenciais é explicado pela busca por segurança decorrente dos altos índices de violência social como também pelo status que confere ao seu morador.

Entretanto, constituem-se em grandes áreas fechadas que bloqueiam a circulação equilibrada de veículos e pedestres pelo território, sobrecarregando as vias adjacentes com veículos e dificultando a circulação de pedestres, como se pode verificar no Mapa 11 anexo.

Além disso, não se integram paisagisticamente com a cidade, pois, em sua maioria, são cercados por muros altos em toda a sua extensão, sem qualquer conexão de vida comunitária com a cidade, exceto por portarias de entrada e saída.

5.5. USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL

A área rural é extremamente extensa, com aproximadamente 500 km², o que corresponde a 85% da território do Município.

A vocação de usos agrícolas foi histórica e economicamente marcante. Os primeiros registros indicam as fazendas de café, depois os pomares de laranja e a produção de derivados (pectina), a cana e mais recentemente, a produção de mudas, sendo ainda hoje de extrema importância econômica e para a sustentabilidade do município.

Para análise da ocupação do solo rural, foram utilizados e compilados os dados fornecidos pela Casa de Agricultura – CATI / EDR Limeira, a partir do Levantamento de Unidades de Produção Agropecuária - LUPA,

coletados nos anos de 1997 a 2006, sendo uma boa parte desses dados, portanto, um pouco defasada.

Eles totalizam aproximadamente 2.100 unidades de produção, que foram localizadas pelas coordenadas geográficas, compondo 6 grandes quadrantes de análise.

Os quadrantes são assim constituídos pelos bairros rurais:

- 1 – Região a NW: Bairros Morro Azul, Geada e Parronchi;
- 2 – Região Centro/Norte: mancha urbana e Bairros Pinhalzinho e dos Pires;
- 3 – Região NE: Bairros Pinhal, Jerônimo, Tabajara, Laranja Azeda, Água Espaiada e Frades;
- 4 – Região SW: Bairros São João, Barra Verde, Graminha, Lageado e Paulas;
- 5 – Região S: Bairros Itaipu, Sertãozinho, Lagoa Nova, Areias e Tatu;
- 6 – Região SE: Bairros Pires do Meio, Pires de Baixo, Loiolas, Lopes e Jaguari.

O resultado está expresso nos Mapas 16 e 17 anexos.

O Mapa 16 mostra a forma de ocupação do território pelas propriedades rurais, indicando que a média dos menores módulos agrícolas – 5 a 10 ha - encontra-se nos quadrantes 2, 3 e 6, sendo estes dois últimos na ZPM, justamente a sub-bacia que se deve preservar para abastecimento público.

É também nesta região que se encontra a maior parte dos loteamentos clandestinos e irregulares que não constam do LUPA.

Na grande porção compreendida ao S, SW e W do perímetro urbano, a média dos módulos encontrados é maior, variando de 10 a 20 ha.

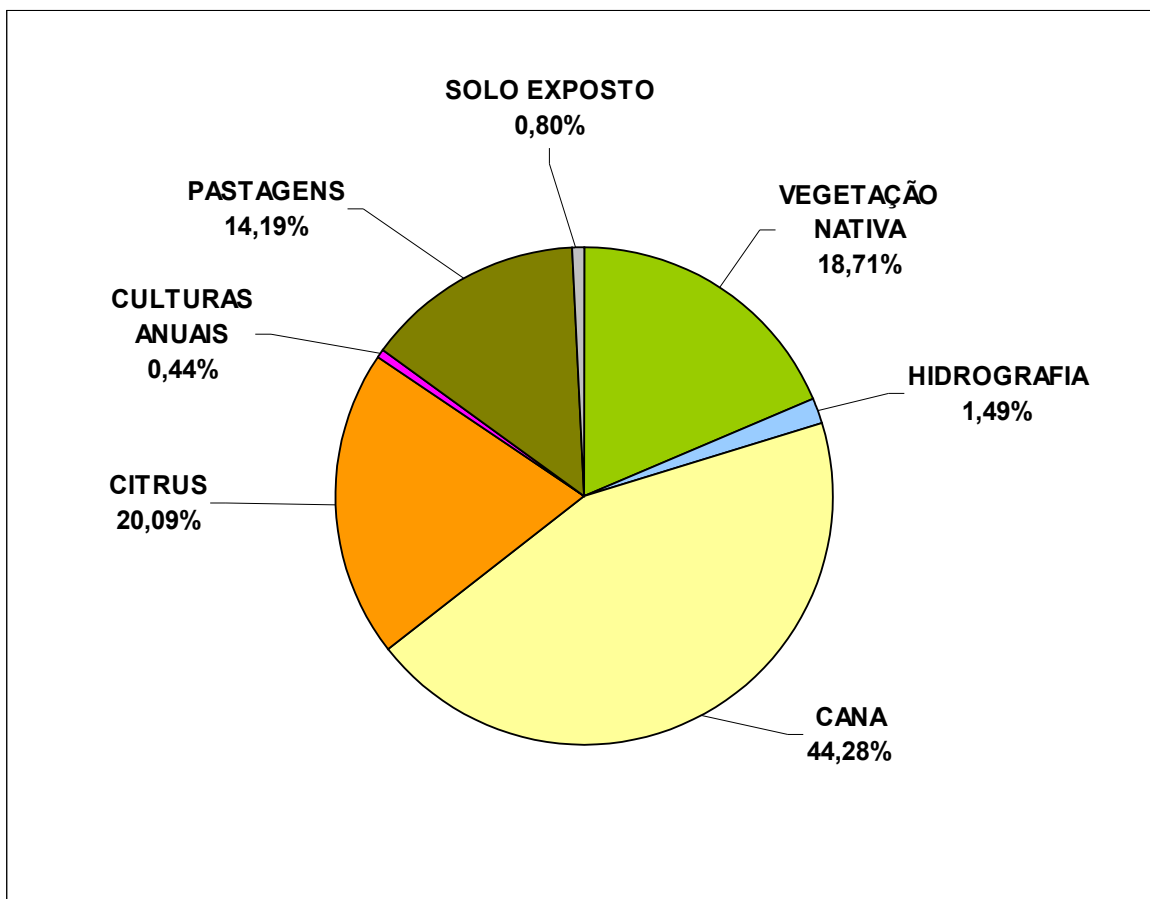
Quanto os usos do solo para culturas agrícolas, foi produzido o Mapa 17, considerando-se a unidade produtora, e não a área ocupada pelas diversas culturas.

Verifica-se a predominância de propriedades produtoras de cana-de-açúcar nos quadrantes 1, 5 e 6 e de citros nos quadrantes 2, 3 e 4, o que poderia sugerir equilíbrio no uso do solo.

Entretanto, como as propriedades que cultivam cana-de-açúcar são maiores, as áreas desta cultura são predominantes no território municipal. É o que se verifica no já mencionada Mapa 08 de Uso do Solo Geral.

A Figura 12 abaixo indica que a cana-de-açúcar ocupa 44,28% do território rural, citros, 20,09% e pastagens, 14,19%. As culturas anuais representam apenas 0,44%.

FIGURA 12 - USO DO SOLO RURAL



Fonte: Leitura de Imagem do Satélite CBERS 2, de 10/04/05, composição 4-2-3 - SEPLAN.

Em muitos pontos da área rural, houve distorções de uso e ocupação agrícola, com a implantação de chácaras de recreio cujos parcelamentos variam de 1.000 a 2.000m², impondo densidades bem mais altas relativamente às da ocupação rural, cujos módulos mínimos são de 20.000m².

As densidades desses núcleos de chácaras de recreio são próprias das zonas urbanas.

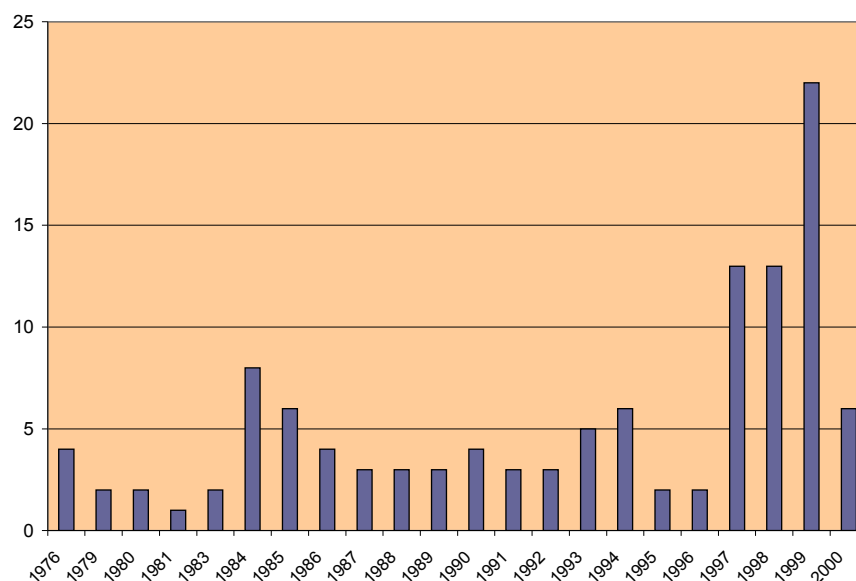
Constituem-se por 7 loteamentos regularmente aprovados conforme a legislação vigente à época - Chácaras Santa Helena, Beira Rio,

Monte Verde, Vale Verde, Morro Alto, Novo México e Santa Paula – e aproximadamente 129 loteamentos instaladas clandestina e irregularmente.

Esses loteamentos irregulares geram aproximadamente 5.000 chácaras¹⁴ que não dispõem de infra-estrutura básica de saneamento, utilizam-se de águas subterrâneas para abastecimento e fossas negras para esgotamento sanitário e criam linhas de erosão por conta do escoamento superficial decorrente das impermeabilizações.

Conseqüentemente degradam o ambiente e modificam, sem critério, o balanço hídrico natural, pois interferem em áreas de preservação permanente e retiram águas subterrâneas necessárias à reposição do lençol freático.

FIGURA 13 – EVOLUÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DE LOTEAMENTOS DE CHÁCARAS DE RECREIO



Fonte: Deplan/Seplan, 2007.

Na Figura 13 acima, estão indicadas as quantidades de núcleos clandestinos de chácaras implantados na área rural, por ano, mostrando a

¹⁴ A média de lotes por loteamento é de 36 unidades. Ainda existem outros fracionamentos e parcelamentos não cadastrados na Seplan, porém não há indicação de quantidade ou localização deles.

evolução e a explosão delas nos anos de 1997 a 1999, no bojo da valorização imobiliária urbana.¹⁵

Esta situação expõe a fragilidade de controle e fiscalização da área rural pelos órgãos competentes: INCRA, CATI e SAMA.

Esta fragilidade é resultado do conflito decorrente da competência exclusiva da União, até 2001, para legislar sobre o solo rural contra a atribuição de gestão do território pelo próprio município.

Somente com a corroboração dada pelo Estatuto da Cidade em 2001 à atribuição de gestão municipal do território em sua totalidade¹⁶, incluindo a área rural, e com a possibilidade de instituir convênio com a União para “municipalizar” a gestão do território rural, é que se caminhará para a minimização desse conflito.

5.6. PAISAGEM

5.6.1. ÁREA URBANA

A paisagem urbana da cidade é característica da urbanização brasileira; não há uma homogeneidade ou harmonia de ocupação, refletindo a falta de controle e de planejamento nos últimos 20 anos.

Há muitas edificações construídas até o alinhamento frontal e lateral em desacordo com as leis que vigiram ao lado de edificações que respeitaram os recuos legais. São normalmente as vagas descobertas que se transformaram em garagens. Não há assim um padrão de ocupação como também não há um padrão de execução de calçadas ou arborização que seja obedecido pelos habitantes.

Como a responsabilidade pela execução das calçadas é dos proprietários dos lotes (artigo 5.3.1.06 da Lei 1763/81) e não há definição, para grande porção do território da cidade, do tipo de revestimento, estas se apresentam das mais variadas formas: com ou sem trechos ajardinados;

¹⁵ O homem que recebe um imóvel rural por herança pode não ter a mesma vocação paterna para a atividade agrícola, sendo, por isso, mais fácil e rendoso parcelá-lo em pequenas porções e vendê-las.

¹⁶ Inciso IV do artigo 2º.

descontínuos, com degraus (ver Figura 14 abaixo); com piso cerâmico, mosaico português, cimentado rústico ou pedras diversas; de cores variadas.

FIGURA 14 - CALÇADA COM DEGRAUS



Fonte: Deplan/Seplan, 2006.

A arborização urbana nos bairros mais antigos preserva ainda um pouco de sua harmonia, com árvores de grande porte como a sibipiruna, de médio porte como a bahuínia (pata de vaca) e de pequeno porte como a falsa murta. Porém nos bairros mais novos não há um programa de arborização e onde há árvores, elas foram plantadas pelos moradores, aleatoriamente.

Além disso, verificou-se que não há uma preocupação com o mobiliário urbano: nunca houve padronização de pontos de ônibus, lixeiras, bancos, telefones públicos, encontrando-os das mais variadas concepções e materiais.

O emplantamento padronizado de ruas (associado à indicação das 5 grandes regiões: Centro, N, S, W, E) foi iniciado pela Emdel em 2002, porém não foi concluído para a cidade toda.

Entretanto, a iniciativa é de pequena consequência já que as placas de publicidade em grande quantidade, distribuídas sem qualquer critério, avançando sobre passeios públicos e das mais variadas cores sobressaem a qualquer elemento da paisagem da cidade contribuindo muito negativamente para sua degradação.

Mais recentemente, nos últimos 10 anos, a paisagem da cidade tem sido modificada maciçamente com a implantação de condomínios ou loteamentos fechados residenciais de médio e alto padrão que voltam as costas à cidade, criando pequenas comunidades em busca de "segurança".

A configuração desses condomínios altera as relações de vizinhança, pois as ruas que os circundam "perdem vida" com a construção de muros e cercamentos ao longo dos limites dessas propriedades. Ou seja, os imóveis não tem mais frente para vias públicas, sendo a portaria sua única conexão com a vida da urbe.

Constituem não lugares, desertos e sem referências, como se pode verificar na Figura 15.

Além disso, ressalte-se que suas grandes dimensões criam tecidos urbanos que não permitem o trânsito de veículos e pedestres, obrigando-os a grandes voltas que, por aumentar seus percursos, sobrecarregam as demais vias públicas do entorno, prejudicam a acessibilidade e a fluidez dos veículos e pedestre e aumentam os tempos gastos com a mobilidade.

FIGURA 15 - MOSAICO DE IMAGENS DA RELAÇÃO CONDOMÍNIO-CIDADE



Fonte: Deplan/Seplan, 2006.

Quanto à paisagem, destacam-se ainda os bairros mais novos nos quais as construções não foram ainda finalizadas e as áreas públicas não foram urbanizadas, resultando em paisagens a que não se atribui identidade (Figura 16).

Carecem, emergencialmente, de ações de melhoria que envolvam toda a comunidade para viabilizar, além de requalificação ambiental, educação social.

FIGURA 16 _ MOSAICO DE IMAGENS DE LOCAIS DE EMERGÊNCIA URBANÍSTICA



Fonte: Deplan/Seplan, 2006.

5.6.2. PAISAGEM DA ÁREA RURAL

A paisagem rural é marcada pela exuberância verde especialmente na região dos Bairros dos Pires, Pinhal e Jaguari onde pequenas e médias plantações (de citros) se harmonizam com a vegetação nativa que ainda resta ao longo dos cursos d'água.

Entretanto, os loteamentos clandestinos de chácaras de recreio desconfiguraram um pouco a região, alterando a harmonia da paisagem, pois se impõem como pequenos núcleos adensados, em contraponto à dispersão de

ocupação característica da área rural, cercados com grandes muros, constituindo-se, assim, em paisagens típicas da área urbana. As fotos a seguir (Figura 17) ilustram as interferências paisagísticas.

FIGURA 17 - MOSAICO DE IMAGENS DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS NA ÁREA RURAL





Fonte: Seplan e Ana Cláudia Trefft, 2006.

Nas regiões dos Bairros do Tatu, Lagoa Nova e São João onde as propriedades são maiores, há o predomínio do cultivo da cana-de-açúcar e as estradas de terra que caracterizam a típica paisagem rural brasileira.

Estas paisagens rurais têm interferências pontuais de degradação nas áreas utilizadas para exploração mineral de pedras e areia de cava e de fundição e nas áreas destinadas a aterros, conforme se poderá verificar no item 5.5 adiante e nas fotos da Figura 18.

FIGURA 18 - MOSAICO DE IMAGENS DE DEGRADAÇÃO AMBIENTAL RURAL





Fonte: J. Marco A. Pareja Cobo, 2006.

5.6.3. PAISAGENS CULTURAIS

Paisagem cultural é o termo cunhado recentemente para denominar um determinado ambiente, que importa preservar, conservar e requalificar, resultante da atuação do homem sobre o meio nos quais se marquem processos, modos de viver e fazer e culturas ocorridas ao longo do tempo, caracterizando uma época.

As ações vividas e a cultura desenvolvida num espaço são paisagens a serem preservadas ou requalificadas para que testemunhem a

história do passado e a façam nova no presente, reforçando a identidade de um povo.

Pois, um povo, ao reconhecer um território, apropriando-se de sua história, sente-se parte dele, desenvolve um sentido coletivo de comunidade e então ajuda a conservá-lo, contribuindo para difundi-lo como de interesse turístico incrementando uma vertente do desenvolvimento econômico.

A cidade tem paisagens culturais identificadas na área urbana como a região central, onde existem edificações exemplares do fim do século XIX e início do século XX, e especialmente a região mais próxima à Estação Ferroviária doravante denominada “Baixo Centro” (Figura 19) que inclui a Rua Barão de Cascalho, marcando um grande período de desenvolvimento econômico de Limeira quando a ferrovia propiciou o escoamento da produção de café, além do transporte de passageiros.

FIGURA 19 - MOSAICO DAS EDIFICAÇÕES DE INTERESSE HISTÓRICO: BAIXO CENTRO



Fonte: Seplan, 2005.

Vinculado a esse período, destaca-se o núcleo urbano do Bairro Rural do Tatu onde os registros indicam estar uma das primeiras casas do então povoado inicial de Limeira.

Ainda, isoladamente, encontramos inúmeras construções de interesse histórico-cultural, especialmente no centro, porém não há ainda inventário sobre elas.

As principais construções isoladas de uso coletivo são: a igreja de Nossa Senhora da Boa Morte e Assunção, a Capela do Cubatão, a Catedral Nossa Senhora das Dores, a Escola Coronel Flaminio (hoje museu e biblioteca), as escolas estaduais Grupo Brasil, Castelo Branco e Trajano Camargo, o Palacete Levy, o Paço Municipal Prefeito Waldemar Mattos Silveira (antiga Indústria de Chapéus Prada), o Prédio da Cesp, o Teatro Vitória e a Gruta e o antigo Arquivo Municipal, Igreja Lutheran do Bairro dos Pires, o Casarão da Fazenda Duas Barras, Capela Santo Antonio, Usina Tabajara, Prédio Nossa Caixa Nosso Banco à Pça. Toledo Barros n.120.

Também destacam-se como paisagem cultural os complexos Cemitério Municipal da Saudades I e Complexo Cemitério dos Pires.

A Figura 20 a seguir apresenta pequeno mosaico de imagens das edificações históricas de uso restrito – particulares – destacando-se: Casa dos azulejos, localizada à Rua Tiradentes nº 211, Casarão à Praça Toledo Barros nº 97, Casarão à rua Barão de Campinas (nº 740) esquina com Praça Dr. Luciano Esteves (nº160), Casa a Rua Barão de Cascalho nº19, Casarão à Rua 11 de junho, nº 241.

FIGURA 20 - MOSAICO DE IMAGENS DE CONSTRUÇÕES ISOLADAS DE INTERESSE HISTÓRICO



Fonte: Juliana Binotti Pereira Scariato, 2005.

Na área rural, compondo um importante pólo de paisagens culturais da época do ciclo cafeeiro, são identificadas as Fazendas de Café Itapema e Quilombo no território de Limeira; na região de entorno, as Fazendas Ibicaba, Morro Azul, Santa Gertrudes que pertencem a outros municípios (vide imagens nas Figuras 20 e 21 a seguir).

FIGURA 21 - MOSAICO DAS FAZENDAS HISTÓRICAS DE LIMEIRA



Fonte: Juliana Binotti Pereira Scariato, 2005.

FIGURA 22 - MOSAICO DAS FAZENDAS HISTÓRICAS DA REGIÃO DE LIMEIRA



Fonte: Juliana Binotti Pereira Scariato, 2005.

5.7. DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A degradação ambiental é verificada de diversas formas no território.

Conforme já exposto neste documento – item 5.6.2 acima, uma das formas ocorre nas áreas utilizadas para exploração mineral, indicadas no Mapa 18 anexo, que aponta maior quantidade de áreas exploradas na porção S/SW e em processo de requalificação as áreas destinadas a aterros – o aterro sanitário municipal, o da TRW e o da Vicunha, este em fase de reflorestamento.

As áreas resultantes tornam-se áridas, inférteis ou de difícil implantação de construções ou de culturas agrícolas, relegando-as à inutilização e ao abandono.

As chácaras de recreio clandestinas na zona rural são outra forma de degradação, pois além das questões paisagísticas, seus efeitos danosos são sentidos na poluição do solo e subsolo pelas fossas negras ou sépticas sem qualquer controle, pela exploração ou poluição de águas superficiais e subterrâneas, pelas intervenções em áreas de preservação permanente (APP).

FIGURA 23 - MOSAICO DE IMAGENS DE INTERVENÇÕES EM APP



Fonte: Ana Cláudia Trefft, 2006.

Existe também outra forma de degradação ambiental, resultante das indústrias que utilizam banhos em peças metálicas, cujos efeitos não são aparentes na paisagem, mas danosos aos recursos hídricos, pela poluição, e às

redes de esgotos e galerias de águas pluviais pela corrosão de suas paredes ou acúmulo de resíduos ou concentração de odores tóxicos.

E ainda a degradação causada pelo acúmulo de entulhos de construção civil despejados irregularmente em áreas localizadas principalmente às margens de cursos d'água (APP's) como indica o Mapa 22 anexo, cujo assunto será tratado no item 6.4 mais à frente.

6. INFRA-ESTRUTURA

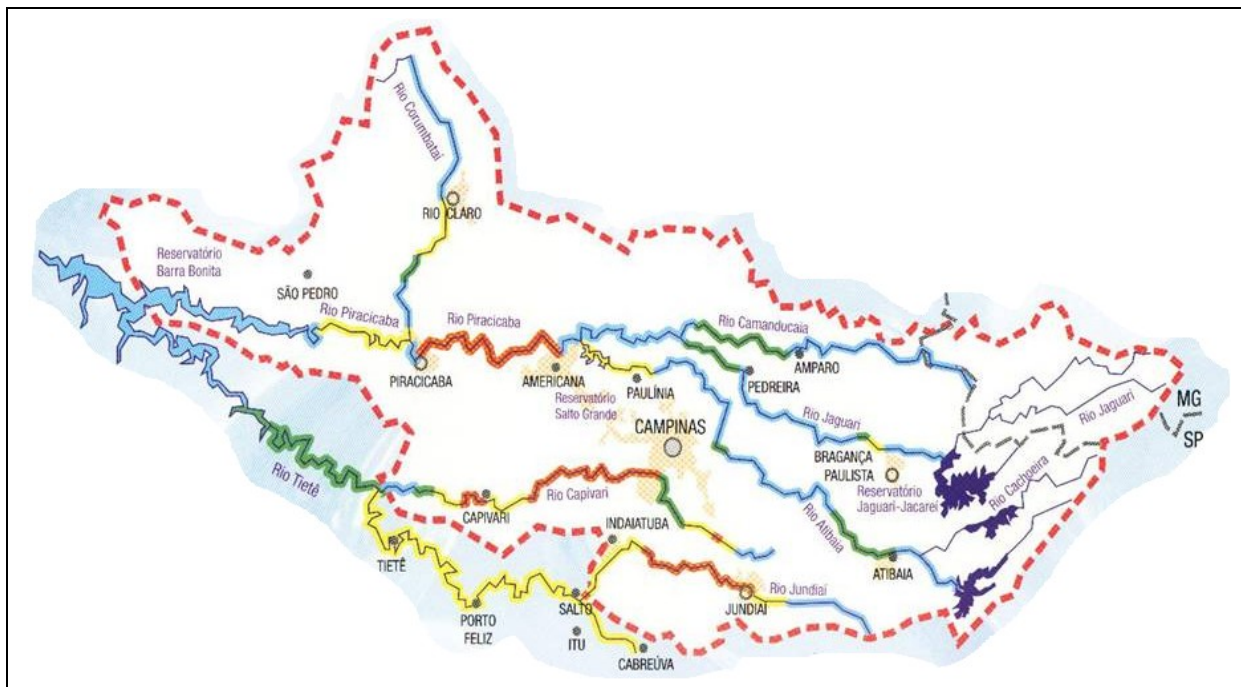
6.1. ABASTECIMENTO DE ÁGUA¹⁷

As 2 fontes de abastecimento de água potável para o Município são:

I - o Rio Jaguari : manancial principal - nasce na Serra da Mantiqueira, em Minas Gerais, passa pela grande São Paulo e vem para o interior passando por Jaguariúna, Bragança Paulista e Pedreira até chegar na Estação de Captação Jaguari, que fica entre os municípios de Cosmópolis e Americana; depois da Captação, o Jaguari encontra-se com o Rio Atibaia, formando assim o Rio Piracicaba;

II - a Sub-Bacia do Ribeirão do Pinhal: manancial alternativo - nasce na divisa de Araras com Limeira onde é formado pelos Ribeirões Barreiro, Tabajara e Pires. Após a sua formação, ele passa pelo Bairro do Pinhal e vai se juntar ao Jaguari em Cosmópolis / Americana, na Estação de Captação.

FIGURA 24 - CLASSIFICAÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA



Fonte: Palestra de Luiz Roberto Moretti/Comitê PCJ. CD-Rom da VIII Jornada Técnica Águas de Limeira, 2004.

¹⁷ www.aguasdelimeira.com.br/tratamento_agua1.asp, acesso em 07/01/08, 11h20min

Segundo a classificação dos cursos d'água do Consórcio PCJ¹⁸, os Rios Jaguari e Piracicaba apresentam-se com trechos de qualidade ruim, inclusive na divisa do território limeirense, conforme ilustra a Figura 24 acima.

Para isso contribuem o lançamento de esgoto das diversas cidades da bacia como Cosmópolis, Limeira, Americana, Santa Bárbara d'Oeste.

Os dados de monitoramento da Cetesb, em 2006, para o ponto de captação I indicam qualidade média boa, porém foram coletados dados apenas de 4 meses do ano, conforme se pode verificar no quadro abaixo, não podendo, portanto, ser admitido como critério.

Assim, em razão da alta poluição do Rio Jaguari, nos últimos 2 anos não tem sido possível a captação de água deste manancial, tendo a concessionária operadora dos serviços optado por captar água da Sub-Bacia do Pinhal que apresenta águas mais limpas.

Entretanto, apesar de ser fonte importantíssima de água para abastecimento público, a sub-bacia do Pinhal tem recebido cargas de efluentes líquidos de atividades urbanas instaladas de há muito tempo ou recentemente de forma irregular, sendo, portanto, de extrema importância sua preservação e proteção.

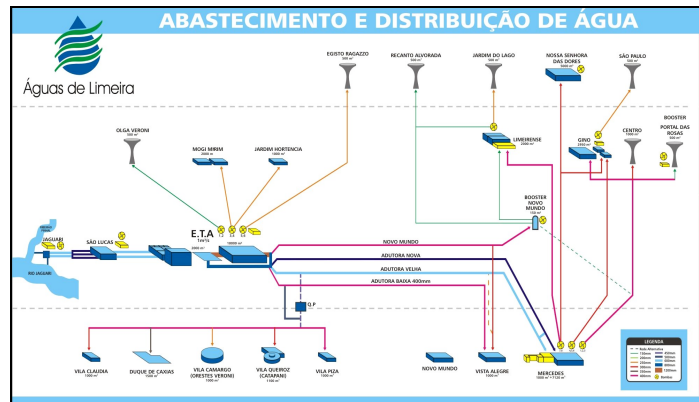
Relativamente à distribuição, 100% da área urbana recebem água tratada, sendo que o índice de perdas totais (físicas e comerciais) é de apenas 16% contra uma média nacional de 40%.

A Figura 25 apresenta croqui esquemático do sistema urbano de abastecimento de água potável mantido pela Concessionária Águas de Limeira.

Na área rural, o abastecimento de água é feito por meio de unidades isoladas – poços artesianos e semi-artesianos, não havendo controle pelos órgãos licenciadores.

¹⁸ In CD-ROM do Relatório de "Situação dos Recursos Hídricos" das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá (2002/2003) e CD-ROM da VIII Jornada Técnica Águas de Limeira 2004, palestra de Eng. Luiz Roberto Moretti.

FIGURA 25 - SISTEMA URBANO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



Fonte: Rodrigo Alves Dias. CD-Rom VIII Jornada Técnica Águas de Limeira, 2004.

6.2. ESGOTAMENTO E TRATAMENTO SANITÁRIO

O sistema de esgotamento sanitário da área urbana consiste na coleta, afastamento ou condução e tratamento de esgotos, sendo, conforme informações da concessionária¹⁹:

- 851 mil metros de redes coletoras de esgoto;
- 65 mil metros de emissários, interceptores e coletores troncos;
- 9 elevatórias (EE);
- 3 Estações de Tratamento (ETE).

As ETE's - Estações de Tratamento de Esgoto em atividade são:

- ETE Tatu, a maior delas, localizada na via Jurandyr da Paixão Campos Freire, próximo ao Horto Florestal;
- ETE Lopes, localizada no Bairro do Tatu, próximo à linha do trem;
- ETE Graminha, localizada na continuação da Via Guilherme Dibbern.

Além disso, está em construção a ETE Água da Serra, localizada às margens da Rodovia Limeira-Iracemápolis, cuja capacidade de remoção de carga prevista será de aproximadamente 96%.

Em 1995, o índice de esgoto urbano tratado era de 2% em relação ao coletado. Atualmente esse índice passou para 70%, com 100% do esgoto coletado.

¹⁹ “Águas de Limeira”, concessionária dos serviços de água e esgoto.

Porém, o que se tem buscado juntamente entre SAAE e Cetesb é o aumento da eficiência do tratamento, pois a carga orgânica retirada é pequena, girando em torno de 30%

Na área rural, o esgotamento sanitário é feito por meio de unidades isoladas - fossas sépticas ou negras, não havendo controle de órgãos licenciadores.

6.3. DRENAGEM PLUVIAL

A área urbana encontra-se situada majoritariamente na sub-bacia do Ribeirão Tatu, bem como nas sub-bacias do Ribeirão da Graminha e do Córrego Lagoa Nova.

A **micro-drenagem**, que é o sistema local composto pelas sarjetas (superficial) e galerias (subterrâneo), apresenta-se deficitário especialmente na região da Vila São Cristovam, Vila Cláudia, Cidade Jardim, Jardim Mercedes, gerando grandes volumes de águas pluviais drenadas superficialmente.

Esses grandes volumes atingem altas velocidades e ao chegarem à Avenida Campinas, como não há captação suficiente, não são rapidamente distribuídos, gerando inundações e alagamentos.

O Mapa 19 anexo indica a localização das galerias de maior vazão demonstrando o exposto.

Quanto à **macro-drenagem urbana**, sistema composto de grandes dispositivos de drenagem – canais, ribeirões, lagoas, verificou-se que há diversos pontos de inundação:

- passagem sob a ferrovia, na Rua do Rosário (abaixo do nível do canal)
- passagem sob a ferrovia, na Av. Campinas (abaixo do nível do canal)
- Rua Constante Ometto - Jd. São Paulo
- baixada do Mercado Municipal
- Rua Antonio de Campos - Vila Bull
- Avenida Laranjeiras - rotatória
- Praça Dr. Milton Silveira - Jd. Nova Itália

- Rua Alfredo Sthalberg - Jd. Santo André
- fim da Av. Eduardo Peixoto, próximo ao córrego - Jd. Nova Europa
- Av. Campinas com Rua dos Filtros - Vila Kühn
- Rua Arthur Voigt com Av. Antonio Eugênio Lucato - Vila Cavinato
- rotatória da SP 147 com Anel Viário (hípica).

Eles indicam a necessidade de se implantar bacias de contenção de enchentes. Para isso já foi elaborado Plano Diretor de Macrodrenagem, através do SAAE²⁰, prevendo-se a criação de 20 áreas de contenção, conforme indicado no Mapa 20 anexo, especialmente em afluentes do Ribeirão Tatu e no córrego Barroca Funda.

Além disso, foi verificada a existência de áreas de risco ambiental urbano nas margens de alguns cursos d'água em razão de alagamentos e transbordamentos de águas e deslizamento de terras, especialmente nos córregos Santa Cruz, do Varga e Granja Machado, conforme indicado no Mapa 21 anexo.

Na área rural, a drenagem das estradas está muito comprometida em razão da inexistência de dispositivos de escoamento superficial, causando muita erosão em suas margens.

Verifica-se também erosão nas propriedades a jusante, indicando a necessidade de implantação de bacias de contenção ou detenção.

6.4. COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS

A coleta de **resíduos sólidos domiciliares** atende a praticamente 100% da população. Na área urbana, é realizada 3 vezes por semana com a coleta percorrendo todas as ruas. Na área rural, é realizada 1 vez por semana, sendo que a população deve levar o lixo a determinados pontos de coleta, em razão da ocupação de baixíssima densidade o que demandaria trajetos muitos longos e impraticáveis para se coletar de "casa em casa".

²⁰ Elaborado pela empresa Etep – Consultoria, gerenciamento e Serviços, em julho/2003, composto por 3 volumes: 0735.RT.01.H.0002/00, 0735.RT.01.H.0001/00 – ANEXO I e 0735.RT.01.H.0001/00–ANEXO II.

A **coleta de resíduos hospitalares** também atende a 100% dos estabelecimentos hospitalares, sendo a destinação para aterro específico na cidade de Paulínia.

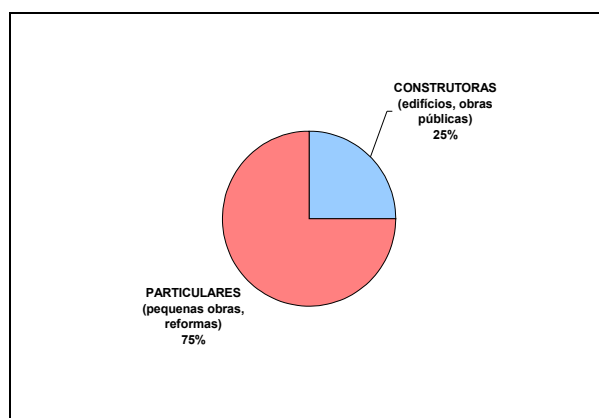
Ambas formas de coleta são terceirizadas.

O volume diário de resíduos domiciliares é da ordem de 4.500 ton/mês, porém não há programa para coleta seletiva nem para reciclagem. Existe apenas um pequeno programa social piloto instituído em 2001 criando uma cooperativa de reciclagem com famílias carentes no Jardim Aeroporto sob a supervisão do Ceprosom. A coleta é feita de forma artesanal e é de pequena abrangência. Outras tentativas como essa foram feitas, porém sem sucesso.

Resíduos **industriais classe II e III** são recebidos também no aterro cuja licença inclui esta finalidade.

Os **resíduos de construção e demolição - RCD**²¹ estavam sem qualquer tipo de tratamento - coleta e destinação - até 2005, quando foi iniciado um projeto piloto a cargo do Engenheiro Nadyr Arruda de Paula Eduardo Jr. para instalação de eco-pontos em regiões da cidade, que seriam locais de depósito e separação para atender especialmente a carroceiros e pequenas construções, que geram o maior volume, conforme ilustra a Figura 26 abaixo.

FIGURA 26 - ORIGEM DE RCD



Fonte: Secretaria de Obras e Transportes, 2005.

²¹ Materiais inorgânicos e provenientes de podas de árvore.

As construtoras e empreiteiros continuam encaminhando os resíduos para o aterro sanitário municipal.

O objetivo é contribuir para a requalificação de áreas degradadas por resíduos de construção, já que carroceiros utilizam-se de áreas públicas não urbanizadas ou não utilizadas para descarte, inclusive em áreas de preservação permanente – APP's.

Pretende-se ainda implantar uma usina de reciclagem para separação, moagem e reutilização do produto como matéria-prima de acordo com resistência verificada no lote.

Esse programa está agora sob os cuidados da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos e já estão sendo finalizadas as estruturas para mais 4 eco-pontos.

O Mapa 22 anexo, já mencionado, indica os locais onde há deposição irregular de RCD (entulho).

O volume geral de lixo e resíduos gerados é assim constituído:

QUADRO 4 – VOLUME MENSAL RESÍDUOS SÓLIDOS

Tipo de resíduo	Volume (ton/mês)
Domiciliares	4.500
Podas de árvores	50
Hospitalares	22
Industriais - classe III	500
Industriais - classe II	4.000
Entulhos/RCD	10.500

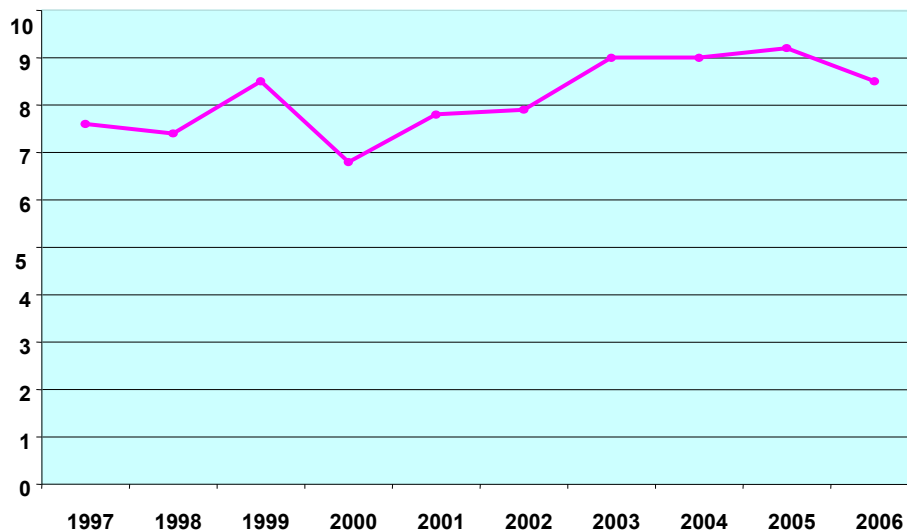
Fonte: Secretaria de Obras e Transportes, 2006.

Para a **disposição e tratamento dos resíduos sólidos domiciliares e industriais**, atualmente a cidade dispõe de um aterro sanitário municipal cuja vida útil já foi prolongada por 2 vezes, com anuência da Cetesb, estando nos meses finais de utilização.

Conforme análise da Cetesb, constante do Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares de 2006, o aterro existente tem boa avaliação, com o Índice de Qualidade do Aterro-IQR = 8,5 em 2006 e condição geral Adequada – A.

A Figura 27 abaixo apresenta a evolução, nos últimos 10 anos, do IQR do aterro sanitário de Limeira, indicando que em 2000 houve uma queda no índice, com subsequente melhora nos anos seguintes até 2005, tendo novamente apresentado pequena queda em 2006.

FIGURA 27 - EVOLUÇÃO DO IQR – ÍNDICE DE QUALIDADE DO ATERRO



Fonte: Cetesb, Inventário Estadual de Resíduos Sólidos Domiciliares de 2006

Chama a atenção a inexistência de coleta seletiva e reciclagem fazendo com que o volume destinado ao aterro seja muito maior, diminuindo, portanto, sua vida útil.

A **disposição dos RCD** também é realizada na área do aterro, porém segue sem tratamento até o momento.

Antes do início dos trabalhos para elaboração do novo Plano Diretor, já estava em processo de licenciamento ambiental, o projeto para implantação de novo **aterro sanitário** em área localizada às margens da Rodovia

Prefeito Jurandyr da Paixão de Campos Freire, praticamente defronte ao atual aterro, pertencente ao conjunto Horto Florestal de propriedade da Rede Ferroviária Federal Sociedade Anônima - RFFSA.

Em não ocorrendo o competente licenciamento nesse local, sugere-se a utilização dos critérios constantes do item 4.2, que trata do zoneamento geotécnico, bem como a implantação definitiva de coleta seletiva.

6.5. MOBILIDADE

A mobilidade na cidade foi analisada sob os seguintes aspectos:

- sistema viário intra-municipal para automóveis e pedestres
- sistema viário intermunicipal para automóveis
- transporte coletivo de passageiros por ônibus
- transporte ferroviário
- transporte aéreo.

6.5.1. SISTEMA VIÁRIO

O **sistema viário intra-municipal** compõe-se de formas de circulação diferentes - por veículos motorizados ou não e pedestres - e apresenta-se com traçados, finalidades e demandas distintos conforme sua localização na área urbana ou na rural.

O **sistema viário urbano** caracteriza-se basicamente pela não hierarquização das vias: o tráfego flui por vias que se articulam por necessidade prática, sem planejamento (loteamentos implantados quase que de forma independente onde seus traçados viários não tiveram prosseguimento entre si), implicando em estreitamentos e traçados inseguros e desconfortáveis (como "S" e curvas fechadas), avenidas não conectadas, grandes núcleos fechados truncando as circulações, não graduação do volume de tráfego (de forma lógica: das menos solicitadas, como as vias locais, para as mais utilizadas, como as coletoras ou arteriais).

Como identificado no "Relatório Final do Plano Diretor de Limeira 1998" (p. 35), o que se verifica na mobilidade são os "percursos arteriais", nos quais, à falta de avenidas conectadas, foram sendo forjados ou estabelecidos binários de mão de direção opostas a partir de vias paralelas ou próximas, tais como:

I – Av. Campinas e Rua Dr. Trajano de Barros Camargo / Ruas Boa Morte, João Guilherme e Ceci Neves Stefano,

II – Rua Treze de Maio e Avenida Piracicaba / Ruas Santa Josefa e Duque de Caxias;

III – Ruas 25 de março / Rua Augusto Jorge;

IV – Rua Presidente Roosevelt / Rua Sete de Setembro.

Muitos leitos carroçáveis de avenidas refletem a falta de capacidade para atendimento da demanda, pois têm 7m de largura, não admitindo mais que 1 faixa de rolamento e 1 faixa de estacionamento.

É o caso de algumas vias centrais, como a Presidente Roosevelt, a Conselheiro Saraiva e Barão de Cascalho, bem como das vias locais de bairros periféricos de interesse social, como o Parque Nossa Senhora das Dores, Parque Residencial Belinha Ometto, Parque Residencial Abílio Pedro, Jardim Morro Azul, Conjunto Residencial Victor D'Andréa, Jardim Santana Paroli Pecinini, Jardim Gustavo Pecinini, Residencial Regina Basteli, Jardim Santa Amália.

Por outro lado, o único sistema arterial perimetral planejado, o Anel Viário, projetado para ser o anel de contorno da área urbana, já não atende sua função original, tanto pela expansão da urbanização, que ultrapassou seu traçado em direção às periferias, quanto por estar implantado parcialmente - em muitos trechos com apenas uma pista com 2 mãos de direção.

Atualmente ele é utilizado como via arterial de ligação entre bairros e também por grande quantidade de caminhões, que fazem dele rota de desvio de pedágio da Rodovia Anhangüera, indicando a necessidade de se planejar um anel de contorno da cidade.

Além disso, foram verificados diversos pontos de acúmulo de veículos, que não chegam a ser congestionamentos, principalmente na área central – Rua Tiradentes, Ruas Sete de Setembro - e nas seguintes vias coletoras ou arteriais – Rotatórias do Posto Três Avenidas, Rotatória Avenida Laranjeiras com Via Francisco D'Andréa, Avenida Auro Corrêa da Silva na travessia do córrego Barroca Funda, Avenida Gumercindo Araújo com SP 147 que demonstram que a capacidade de atendimento do sistema viário atual é deficitária.

Quanto à **mobilidade de pedestres**, além do já exposto anteriormente - calçadas descontínuas, com degraus, revestidas com pisos escorregadios - também se verifica que não há qualquer preocupação com a acessibilidade geral e irrestrita, com um desenho universal que possibilite a

mobilidade das pessoas deficientes e idosos, inclusive na área central onde existem rampas nas faixas de pedestres que, entretanto, estão em desacordo com as normas vigentes, não atendendo às dimensões, revestimento e sinalização inclusive para deficientes visuais, gerando insegurança.

O **sistema viário rural** compõe-se de rodovias municipais, cujas larguras são variáveis entre 5 e 10m, sem pavimentação havendo, entretanto, algumas asfaltadas como Lim 340 -Via Martinho Lutero, a Lim 249 – Rodovia José Santa Rosa, a Lim 320 - Centro Rural do Pinhal, a Lim 010 – Via Prefeito Jurandyr da Paixão de Campos Freire, a Limeira-Artur Nogueira, a Limeira Cordeirópolis.

Não há uma hierarquia planejada, mas as vias asfaltadas caracterizam-se como arteriais já que são os eixos principais de conexão e se articulam às demais. Elas têm larguras variáveis entre 10 e 15 metros, com pista única de 2 mãos de direção, e praticamente sem acostamento.

Como a área rural da cidade é bem grande, as vias não são asfaltadas, em sua grande maioria, dispondo de pontes de madeira em situação precária, sendo a manutenção e conservação deficitárias. Isto aliado à inexistência de política para implantação de bacias de retenção ou contenção de águas de chuva nas propriedades rurais implica em erosões mais ou menos severas das margens dos leitos carroçáveis e conseqüentemente, assoreamento dos cursos d'água.

Com a previsão de eventuais alargamentos dessas vias, a legislação atual dispõe sobre a obrigatoriedade de se reservar, a partir de seu eixo central, 20m para cada lado como faixas não edificáveis.

O **sistema viário intermunicipal** é composto por rodovias estaduais e rodovias municipais, Limeira-Artur Nogueira.

As rodovias estaduais Anhangüera, Bandeirantes e Piracicaba-Mogi Mirim têm pistas duplas e, juntamente com a sinalização, estão em bom estado de conservação por ter sua administração terceirizada e com a cobrança de pedágios.

Ressalte-se que foram registrados, por conta da falta de critérios municipais de graduação e mitigação de impacto, muitos problemas decorrentes da implantação da Rodovia dos Bandeirantes nas propriedades lindeiras tais como interferências nos cursos d'água, represamento, má execução de drenagem, desmoronamento de pontes.

As demais rodovias estaduais Lim 050 - Limeira-Cosmópolis e Lim 151 -Limeira-Iracemápolis têm pista única com 2 mãos de direção, com acostamento em terra e administração municipal

6.5.2. TRANSPORTES

O **transporte coletivo intra-municipal** de passageiros por ônibus, também chamado de transporte coletivo urbano, é um serviço terceirizado que abrange as áreas urbana e rural.

Seu modelo de atendimento é radioconcêntrico, ou seja, todos os percursos convergem para o centro da cidade, sobrecarregando essa região cujo sistema viário é deficitário e que não dispõe de local adequado para o embarque desembarque, sendo os pontos finais localizados na Praça do Museu que é edificação de interesse histórico em processo de tombamento.

Em razão do uso atual como terminal de ônibus, existem atividades ali desenvolvidas que não são compatíveis com a preservação e conservação de seu entorno imediato como os ambulantes e quiosques que interferem na paisagem degradando-a e poluindo-a.

O **transporte ferroviário** em um meio utilizado apenas para cargas, em razão da desativação do transporte de passageiros realizada pela FEPASA em 2000.

O trajeto utilizado é o do início do século que atravessa a cidade no sentido N-S passando por toda a área urbanizada, inclusive o centro da cidade, gerando muita insegurança por transportar cargas perigosas e cruzar regiões bastante adensadas.

Esta análise sugeriu a proposta de mudar o trajeto das cargas criando-se uma alternativa próxima a via Anhangüera, na bacia do Ribeirão Tatu,

mantendo-se o leito existente para transporte de passageiros e implantação de trem turístico.

Quanto ao **transporte aéreo**, quando foram iniciados os trabalhos para revisão do Plano Diretor vigente em 2006, já havia um projeto que estava sendo colocado em prática desde 2004 para a implantação de um aeroporto de âmbito regional para cargas e passageiros em área distante da mancha urbana, porém na Área de Proteção e Recuperação de Mananciais/APRM do Pinhal, o que gerou muita polêmica e opiniões contrárias por alguns segmentos da sociedade.

O **transporte hidroviário** é uma alternativa que vem sendo estudada em nível regional para intervenção no Rio Piracicaba, inclusive por meio de eclusa, para torná-lo navegável. Pensando, então, nesta possibilidade é necessário prever a integração de Limeira neste sistema.

No contexto apresentado, verificou-se a necessidade mais premente de se criar:

- 1 terminal intermodal de cargas associando-se inicialmente o transporte rodoviário e o ferroviário e posteriormente o aéreo e, se viabilizado tecnicamente, o hidroviário em local estratégico de fácil acesso;
- 1 terminal intermodal de passageiros associando-se o transporte rodoviário, o ferroviário e intra-municipal (urbano) em área situada próxima aoanel viário junto

7. EQUIPAMENTOS URBANOS COMUNITÁRIOS

Os equipamentos urbanos comunitários são as edificações localizadas tanto na área urbana quanto rural nos quais a Municipalidade oferece à população os serviços de saúde, educação, esportes, cultura e lazer.

Devem ser implantados em áreas públicas institucionais preferencialmente, excluindo-se em áreas verdes ou praças e sistemas de recreação ou lazer.

Existem no Município diversos equipamentos comunitários implantados em áreas de praças ou sistemas de recreação ou lazer e também em áreas dominiais, em razão da não disponibilidade de áreas institucionais, já que até 1999, as leis municipais não exigiam a doação de áreas para essa finalidade quando da aprovação de loteamentos, mas apenas áreas verdes ou de lazer.

O Mapa 23 anexo corrobora o exposto quanto à localização das áreas institucionais no tecido urbano de forma mais concentrada nas regiões S e W, que são partes mais recentes do território – loteamentos mais novos, pontuando a inexistência de áreas para esta finalidade na região mais próxima ao centro da cidade.

Esse Mapa demonstra também que a maioria dessas áreas já é utilizada por equipamentos urbanos, havendo ainda algumas áreas disponíveis.

7.1. EDUCAÇÃO

7.1.1. ZONA URBANA

A análise dos equipamentos urbanos de uso educacional foi elaborada a partir do cruzamento de informações do IBGE – Censo 2000 - para os setores censitários e por faixas etárias pertinentes e a oferta de vagas nas unidades existentes, considerando-se tematicamente os diversos níveis – educação infantil, ensino fundamental e ensino médio.

Para a **Educação Infantil**, o raio de atendimento de uma unidade escolar urbana recomendado por Moretti (1995) e adotada para este trabalho é de 500m como uma distância que uma criança de até 6 anos pode percorrer a

pé. Verificou-se (Mapa 24 anexo) que, para a região de atendimento das unidades existentes, faltam vagas nas regiões dos bairros:

I - Parque Hyppólito, Jardim Vista Alegre, Jardim Nova Suíssa e Jardim Anhangüera;

II – Jardim Novo Horizonte;

III – Jardim Odécio Degan;

IV – Pq. Nossa Senhora das Dores, Parque Abílio Pedro e Parque Belinha Ometto;

V – Jardim Anavec, Jardim Bela Vista e Teixeira Marques;

VI – Jardim Brasil, Jardim Santo André e Vila Santana.

Além disso, há outras regiões deficitárias em função de não existirem unidades escolares para seu atendimento que são:

I – a região dos bairros Lagoa Nova, Nobreville, Las Palmas e Condomínio Alexandre Janoski Filho;

II – a região dos bairros Jardim Odécio Degan, Conjunto Manoel Simão de Barros Levy, Jardim São Lourenço e Jardim Morada das Acácias;

III – Jardim Ernesto Kühl;

IV – Jardim Campo Belo;

Jardim José Cortez;

VI – a região dos bairros Jardim Vitório Lucato e Jardim da Graminha;

VII – a região dos bairros Residencial Village, Jardim Águas da Serra e Jardim Santa Adélia;

VIII – Jardim Boa Esperança;

IX – Jardim Pisa.

Para o **Ensino Fundamental**, o raio de atendimento de uma unidade escolar urbana recomendado por Moretti (1995) e adotada para este trabalho também é de 500m. Entretanto, o ensino fundamental tem uma peculiaridade: por ser dividido em 2 ciclos, tem o 1º ciclo municipalizado e o 2º, sob a responsabilidade do Estado.

Assim, apesar de muitas unidades serem deficitárias para atendimento da população em seu raio de abrangência, através do transporte escolar, as crianças e adolescentes são levadas para unidades em sobram vagas (oferta é maior que a demanda em seu raio), conforme ilustra o Mapa 25 anexo.

Para o **Ensino Médio**, o raio de atendimento de uma unidade escolar recomendado por Moretti (1995) e adotada para este trabalho é de 800m.

Há muitas unidades localizadas na região mais central da área urbana, e algumas regiões parcialmente atendidas (faltam vagas) como a da região A e compreendida pelos bairros Vila Santa Lúcia, Jardim Nova Suíça, Parque Hyppólito, Jd. Olga Veroni, Jardim Anhangüera, Jd. São Luiz e Jardim São Pedro, Vila Independência, Vila Conceição, Jardim São Roque e Jardim Montezuma e ainda a região do bairro Parque Residencial Victor D'Andréa, do bairro Parque Nossa Senhora das Dores e do bairro Belinha Ometto (ver Mapa 26 anexo).

As demais regiões da cidade são deficitárias, sendo que as crianças e adolescentes de todas as faixas etárias residentes nessas regiões são transportadas pela Secretaria Municipal de Educação diariamente para unidades com sobras de vagas.

Obviamente que os resultados acima devem ser cruzados com as necessidades sentidas nas unidades escolares quanto à procura e evasão, já que os dados populacionais são referentes a 2000 e as faixas etárias já apresentam variação, além de eventuais ampliações em algumas unidades.

Além disso, deve-se considerar a faixa de renda apontada pelo IBGE para os diversos setores censitários que indicará regiões com população de média e alta renda que não procuram serviços públicos de educação.

7.1.2. UNIDADES ESCOLARES NA ZONA RURAL

Com respeito a distâncias para atendimento à educação para a zona rural, considerando-se que a ocupação é muito mais rarefeita, há a

necessidade de se utilizar transporte escolar para atendimento dessa população, ressaltando-se as unidades existentes nos núcleos rurais.

Os núcleos mais populosos, localizados nos Bairros do Tatu, do Pinhal, dos Pires, do São João, dos Lopes, do Jaguari e do Parronchi, possuem unidades escolares de educação infantil e do 1º ciclo do ensino fundamental.

7.2. SAÚDE

O sistema público municipal de saúde dispõe da seguinte estrutura para atendimento:

- as unidades básicas de saúde - UBS, que prestam atendimento básico de consultas por agendamento e algumas dispõem de unidades de pronto-atendimento;
- os postos de saúde da família – PSF, que prestam atendimento de orientação e prevenção, normalmente localizados em imóveis alugados nos bairros mais populosos;
- demais unidades de atendimento específico tais como laboratório de patologia, centros de especialidades e diagnóstico, ambulatório DST/AIDS, centro especializado para autismo, departamento de saúde mental e departamento de vigilância em saúde.

Considerando-se que os PSF têm o caráter de prevenção sem instalações específicas para o desenvolvimento de suas atividades e considerando-se que as demais unidades específicas prestam atendimento à toda a população de forma centralizada²², fez-se neste trabalho a análise das UBS, sua localização e raio de atendimento, pois que são as unidades básicas que devem ser descentralizadas.

Para a **Unidade Básica de Saúde**, localizada em **área urbana**, o raio de atendimento recomendado por Moretti (1995) e adotado neste trabalho

²² Em razão de a população ser de médio porte e da otimização dos serviços, ambientes e estrutura funcional.

é de 2000m para uma área de terreno de 1.200 m² com o objetivo de garantir o atendimento à população residente dentro deste raio virtual.

Para este raio de atendimento, em razão de estarem implantados em áreas de terrenos menores que os 1.200m² (não comportam a população), estão desconformes as unidades da Boa Vista, do Jardim Planalto, do Jardim Nova Europa, do Jardim, Vista Alegre, do Jardim Nossa Senhora do Amparo,.

Entretanto, considerando-se a sobreposição de raios de atendimento das diversas unidades, como ilustra o Mapa 27 anexo, a análise final indica que, para as UBS's instaladas, apenas a região dos bairros Jardim Novo Horizonte e Jardim Residencial José Cortez é deficitária, pois está situada em raio de UBS desconforme, a do Jardim Vista Alegre.

Além disso, há ainda outras 4 regiões na cidade que não são abrangidas pelo atendimento de nenhuma UBS, sendo também deficitárias. São elas:

I - Jardim Lagoa Nova, Residencial Las Palmas, Condomínio Residencial Alexandre Janoski Filho e residencial Nobreville;

II – Jardim Santa Eulália, Jardim Residencial Antonio Simonetti I, II e III;

III – região desde o Jardim Vanessa, Jardim São Rafael, Glebas São Pedro, Jardim das Laranjeiras, Jardim Santo André, Vila Ferreira e Jardim Santana;

IV – Jardim Nova Limeira.

Para atendimento à saúde básica para a **zona rural**, como a ocupação é rarefeita, a análise se deu em função da concentração populacional em núcleos rurais. Os mais populosos localizam-se nos Bairros do Tatu, do Pinhal, dos Pires, do São João, dos Lopes, do Jaguari e do Parronchi.

Considerando-se que existem UBS's nos bairros do Tatu, Pinhal e dos Lopes, pode-se afirmar que os demais núcleos rurais são deficitários no atendimento à saúde, devendo-se, entretanto salientar que estudos para implantação de novas unidades nestes bairros devem considerar a população a ser atendida de forma a dimensionar corretamente a estrutura de ambientes e funcional.

7.3. CULTURA E LAZER

Os programas atualmente desenvolvidos pela Secretaria da Cultura são:

- Cursos de Artes Cênicas nos bairros Santa Eulália, Nossa Senhora de Fátima e Nova Suíça.

Atualmente atinge cerca de 50 pessoas

- Aulas de Dança – Jardim INOCOOP

Atualmente atinge cerca de 50 pessoas

- Bandas Henrique Marques e Arthur Giambelli

Diversos Bairros de Limeira e Praça Toledo Barros

- Escola EMCEA – Escola Municipal de Cultura e Artes – Centro

Atualmente atinge cerca de 1200 pessoas

- Escola Municipal de Música – para crianças carentes – Centro

Atualmente atinge cerca de 300 pessoas

- Teatro de Rua – Espetáculos de outras regiões participantes do Festival Nacional de Limeira, bairros: Parque Nossa Senhora das Dores e Boa Vista

Atualmente atinge cerca de 500 pessoas

Também está prevista a expansão dos projetos com a implantação de Centro Cultural no Parque Nossa Senhora das Dores, que oferecerá as atividades de oficinas de teatro, dança, música e artes plásticas.

7.4. ESPORTES

Os espaços destinados à prática esportiva estão implantados nos centros comunitários e em praças esportivas, além das escolas onde são realizadas atividades orientadas por profissionais especializados, técnicos esportivos, professores e estagiários.

Como os centros comunitários e praças esportivas se encontram deteriorados, pois a maioria é bastante antiga, há a necessidade premente de reformá-los.

A prática de atividade esportiva desenvolvida nos Centros Comunitários, de responsabilidade da Secretaria Municipal de Esportes, ocorre na seguinte conformidade:

QUADRO 5 - PRÁTICA ESPORTIVA NOS CENTROS COMUNITÁRIOS

IDENT.	LOCAL	ATIVIDADES DESENVOLVIDAS	ATENDIMENTO APROXIMADO
CC 3.	Centro Comunitário "João Mofatto" – Parque Hipólito	Futebol; futsal; natação de sobrevivência; basquete, xadrez, dama, natação para adultos e crianças; hidroginástica; vôlei e vôlei adaptado para melhor idade	500 – comun. 448 - crianças da EMEIEF José Paulino
CC 2.	Centro Comunitário "Profº Ari Bagnolli" – Jardim Boa Vista	Handball; base motora; futsal; vôlei e ginástica para adultos.	300 – comun.
CC 4.	Centro Comunitário "Belmiro Fanelli" – Jd. Glória	Base motora; xadrez; dama; vôlei; futsal e ginástica para adultos	300 – comun.
CC 6.	Centro Comunitário "Sebastião Fumagalli" – Jardim Ouro Verde	Dama; tênis; futsal; vôlei; handball; basquete; xadrez; damas; natação de sobrevivência; natação para adultos; natação; hidroginástica; vôlei adaptado para melhor idade	500 – comun.
CC 13.	Centro Comunitário N. Sra. Das Dores 1ª Etapa	Judô; Futsal e Dama	200 – comun.
CC 12.	Centro Comunitário do Jd. Morro Branco	Basquete; vôlei; futsal e futebol	120 – comun.
CC 8.	Centro Comunitário do Jd. Morro Azul	Basquete; vôlei; futsal e dança	120 – comun. 320 - crianças

			da EMEIEF Aldo José Kühl
CC 11.	Centro Comunitário "Ernesto Kuhl"	Futebol; tênis de mesa; dama; xadrez e lutas	200 – comun.
CC 5.	Centro Comunitário do Pq. Victor D'Andréa	Handball; base motora; futsal; futebol; natação de sobrevivência e hidroginástica	200 – comun. 300 crianças do CEPROSOM
CC 10.	Centro Comunitário "Francisco Dragone" – Vila Teixeira Marques	Natação de sobrevivência; base motora; hidroginástica e natação.	200 – comun. 120 - crianças do CEPROSOM
CC 7.	Centro Comunitário "Dr. Pedro Moraes Siqueira" – Jd. N. Sra. Amparo	Natação de sobrevivência; dama; tênis de mesa; xadrez; natação; hidroginástica; futsal; ginástica; vôlei adaptado para melhor idade e ginástica artística	320 – comum. 330 - crianças do CEPROSOM
CC 9.	Ginásio de Esportes Domingos de Felice – Santo André	Judô; base motora; dança; ginástica; futsal; vôlei; handball e kung fu	120 – comum. 80 – SEME 80 - atletas
CC 1.	Centro Aquático Alberto Savoi – Jd. Mercedes	Basquete; handball; damas; vôlei; natação de sobrevivência; natação escola; equipes de treinamentos; hidroginástica e tênis de mesa.	2000 – comun.
CC 14.	Centro de Atendimento Integrado à Criança – Pq. N. Sra. das Dores IV (escola, creche, c.comun.)	Dama; Basquete; Atletismo; vôlei e base motora	120 – comun. 300 - alunos da EMEIEF D ^a Marizinha

Fonte: Secretaria de Esportes, 2008.

O Mapa 28 anexo indica a localização e distribuição no território da cidade.

Além disso, existem outras áreas públicas para a prática esportiva que são as Praças Esportivas (PE), também indicadas no mencionado Mapa 19, na seguinte conformidade:

QUADRO 6 - PRAÇAS ESPORTIVAS

IDENT.	LOCAL	INFRA-ESTRUTURA DISPONÍVEL
PE 18.	Praça Antonio Rigui - Pq. Abílio Pedro	Play ground, caixa de areia, quadra vôlei de areia, mesas com bancos, calçada
PE 4.	Praça Nelson Camargo de Barros – Jardim São Paulo	Play ground, caixa de areia, quadra vôlei de areia, mesas com bancos, campo futebol grama, mini-quadra basquete, equipamentos

		de ginástica, pista skate e pista de caminhada
PE 3.	Praça Maestro Antonio Pelegrini – Jardim Santa Fé	Quadra vôlei areia, campo futebol grama, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 13.	Praça de Esporte e Lazer Francisco de Paulo Lopes – Resid. Olindo de Lucca	Equipamentos de ginástica, pista de caminhada
PE 2.	Praça 15 de Setembro – Pq. Nações	Quadra vôlei areia, campo futebol areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 1.	Praça Itália – Jardim Montezuma	Quadra vôlei areia, caixa de areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 5.	Praça Dr. Milton Silveira – Jd. Nova Itália	Quadra vôlei areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 9.	Praça Major José Levy Sobrinho – Estádio Limeirão	Quadra vôlei areia, campo futebol areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 11.	Praça das Rosas – Pq. Hippolyto	Campo futebol areia, campo de malha, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 10.	Praça das Flores – pq. Hippolyto	Campo futebol areia, equipamentos ginástica
PE 14.	Praça Esportes Eduardo Basso - CECAP	Quadra vôlei areia, campo futebol grama com arquibancada, campo futebol areia, mini-quadra basquete, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 16.	Praça Júlio Berto – Pq. N. Sra. Dores	Quadra vôlei areia, campo futebol areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada, play ground, caixa de areia
PE 17.	Praça de Esportes e Lazer Carlos Augusto Catapani – Jd. Caieira	Pista de bicicross oficial, pista de skate e campo de futebol areia
PE 19.	Praça da Paz – Resid. Belinha Ometto	Play ground, equipamentos ginástica, área para capoeira
PE 7.	Praça de Esportes e Lazer Ver. Dr. Luiz Gothardo Bueno de Oliveira – Jd. Anavec	Quadra vôlei areia, campo futebol areia, equipamentos ginástica, pista de caminhada
PE 8.	Área de Esportes e Lazer do Jd. Planalto	Campo futebol areia, campo de malha
PE 12.	Quadra Vista Alegre	Quadra poliesportiva
PE 15.	Centro Esportivo Jd.	Piscina e campo de areia

	Esmeralda	
PE 6.	Praça de Esportes D. Maria Irene Gomes Bortolan	Piscina e quadra poliesportiva

Fonte: Secretaria de Esportes, 2008.

8. ÁREAS VERDES

As áreas verdes compreendem as praças, sistemas ou áreas de lazer ou de recreio, que contenham ou não APP's (áreas de preservação permanente), não significando áreas exclusivas de equilíbrio ambiental natural, mas também as áreas de lazer, convívio, prática esportiva, contemplação ou embelezamento paisagístico.

Sua distribuição pelo território urbano é mais homogênea exceto pelo entorno imediato do centro, constituído até os anos 70 pelos bairros: Jardim Piratininga, Vila Paraíso, Vila Leitão, Vila Maria Helena, Vila Esteves, Vila Cristóvam, Jardim Santa Lina, Vila São Manoel, Jardim Santa Lúcia, Vilas Cláudia I e II, Vila Lúcia Helena, Jardim São Luiz, Jardim Santana, Vila São Geraldo, Vila Queiroz, Boa Vista, Vila Castelar, Vila Tatuíbi, Chácara Gava e Bairro Bom Jesus.

Havia a condição expressa na Lei Municipal 1.096/69 de se obedecer ao traçados da Prefeitura com relação à reserva de áreas para equipamentos urbanos de infra-estrutura, equipamentos comunitários e áreas florestadas ou para reflorestamento.

Entretanto, como essa obrigação não se fez acompanhar por planos específicos, como dispunha a lei, não houve planejamento de médio e longo prazos, fazendo com que esses bairros próximos ao centro tivessem extrema facilidade de conexão para utilizar equipamentos e praças centrais.

Urbanização é a ação de tornar a área pública provida de infra-estrutura e equipamentos tais como áreas de convívio e circulação pavimentadas, canteiros de vegetação rasteira, arbustiva e arbórea, iluminação, *play grounds*, campos ou quadras para prática esportiva, pontos de abastecimento de água, bancos, mesas e lixeiras.

A urbanização, entretanto, não deve ocorrer nas APP's que integrem as áreas verdes.

A leitura técnica apontou que as áreas verdes urbanizadas são, portanto, muito poucas frente às não urbanizadas.

Como reforço dessa situação, ressalte-se que a manutenção ao longo do tempo tem sido insuficiente para preservar obras e vegetação que

eventualmente tenham sido efetuadas nas diversas áreas, conforme informou o Departamento de Áreas Verdes.

9. ECONOMIA

A abordagem econômica deste relatório teve o objetivo de delinear o perfil de atividades praticadas na cidade, sem o enfoque específico sobre o desenvolvimento econômico, pois este deve necessariamente ser objeto de plano próprio, dirigido por técnicos especializados em economia.

Tem, portanto, uma análise mais relacionada às formas, expressões e inter-relacionamentos físico-territoriais das atividades no ambiente, já mencionadas no capítulo 4 de uso e ocupação do solo, diferentemente do trabalho elaborada pela Serpla em 1968 quando, então, se fez uma análise muito mais profunda das realidades encontradas dentro das empresas, desde sua forma de organização e administração a aspectos de ocupação de suas áreas particulares.

Assim, a análise que se fez sobre aspectos econômicos²³ teve como objetivo caracterizar superficialmente os setores da economia.

A base econômica de Limeira é de atividades diversificadas - agricultura, comércio e serviços, e indústria, que fomenta pólos atratores e/ou aglutinadores de outras atividades, destacando-se nos dias atuais os APL's - arranjos produtivos locais associadas às indústrias metalúrgica e de jóias e folheados e à agricultura, especialmente da laranja desde o cultivo até a industrialização.

De acordo com dados do IBGE para 2005, Limeira é a 25ª maior economia do Estado, 74ª do país, com PIB da ordem de R\$ 4.171.000.000 (quatro bilhões, cento e setenta e um milhões de reais).

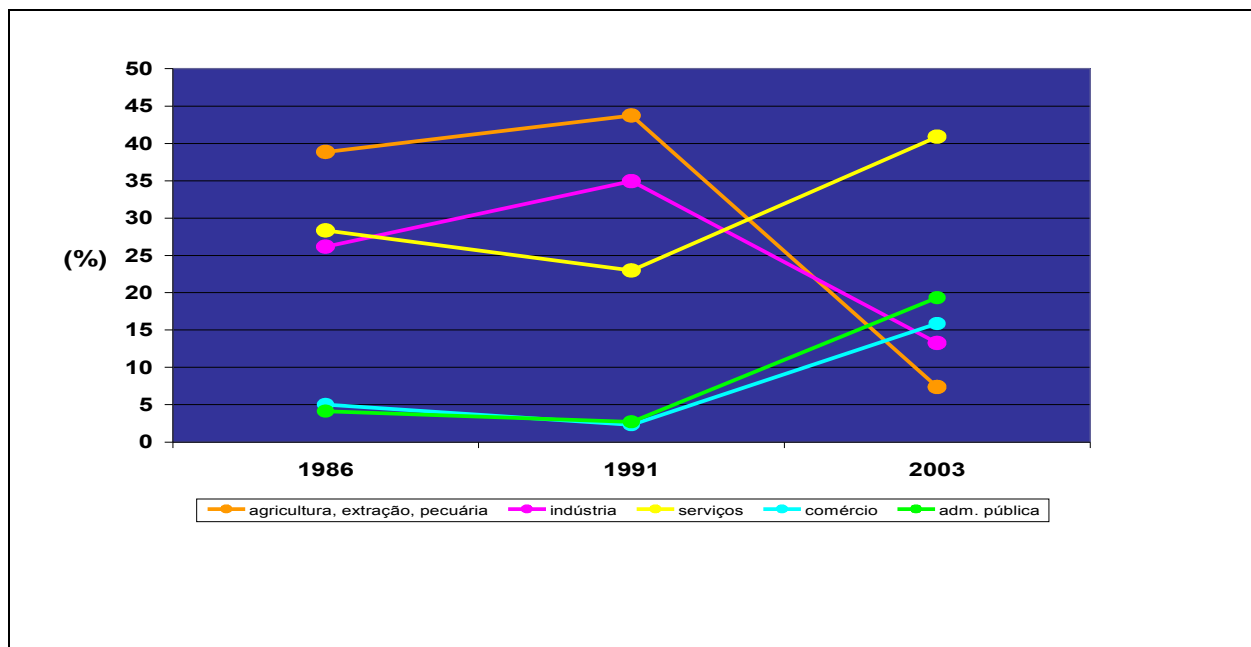
Quanto aos postos de trabalho, a figura abaixo, composta por 3 gráficos, ilustra a evolução de 1986 a 2003, do número de pessoal ocupado por tipo de atividade econômica. Ressalte-se que os dados são do IBGE, que, ao longo dos anos, modificou as variáveis, não sendo possível uma comparação direta entre eles, mas por analogia.

Até 1991, os postos de trabalho da atividade agrícola respondiam por aproximadamente 40%, caindo a 7% em 2003.

²³ Ver breve histórico econômico da cidade no Relatório Final do Plano Diretor de Limeira de 1998.

A indústria respondia por aproximadamente 26% dos postos de trabalho em 1986, passando a 35% em 1991 e decrescendo para 14%.

FIGURA 28 - PESSOAL OCUPADO EM LIMEIRA



FONTE: FIBGE, Censos Demográficos 1986, 1991 e 2003, in www.ibge.cidades.org.br.

Já as atividades de serviço, comércio e administração pública tiveram ligeiro decréscimo em 1991 e aumento em 2003, ressaltando-se que uma parcela considerada como comércio em 2003 – 12,58% - têm o caráter de prestação de serviços associada a comércio²⁴.

Isto quer dizer que os postos de trabalho em serviços cresceram significativamente, tanto pelas alterações nas formas de contratação quanto pela tendência de autonomia por parte dos antigos funcionários que abrem pequenas empresas para prestar serviços para indústrias pólo, contribuindo, assim, para instituir arranjos produtivos locais – APL's.

Esses APL's são verificados especialmente na produção de jóias e folheados, na indústria de auto-peças e na produção de suco de laranja e

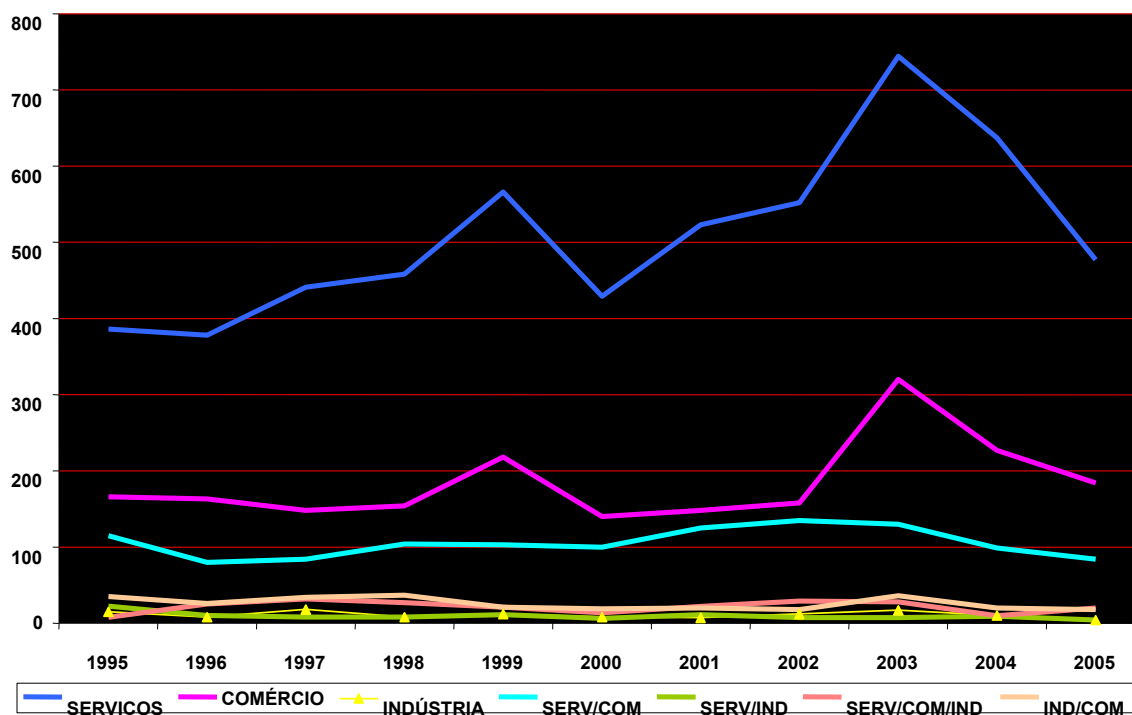
²⁴ FIBGE, Censo 2003.

pectina, não se refletindo, entretanto, esses arranjos no território, conforme ilustra o Mapa 29 anexo quanto a APL de jóias e folheados.

Quanto ao número de empresas por tipo de atividade, a Figura 29 demonstra que as empresas de prestação de serviços ativas têm sido predominantes, no período estudado, com picos de crescimento nos anos de 1999 e 2003, assim como o comércio, 2ª atividade em número de empresas ativas.

Já o número de empresas ativas industriais e daquelas em que há associação de 2 ou mais tipos de atividades sendo uma delas a indústria, não apresentou crescimento no período estudado (1995-2005).

FIGURA 29 : EMPRESAS ATIVAS



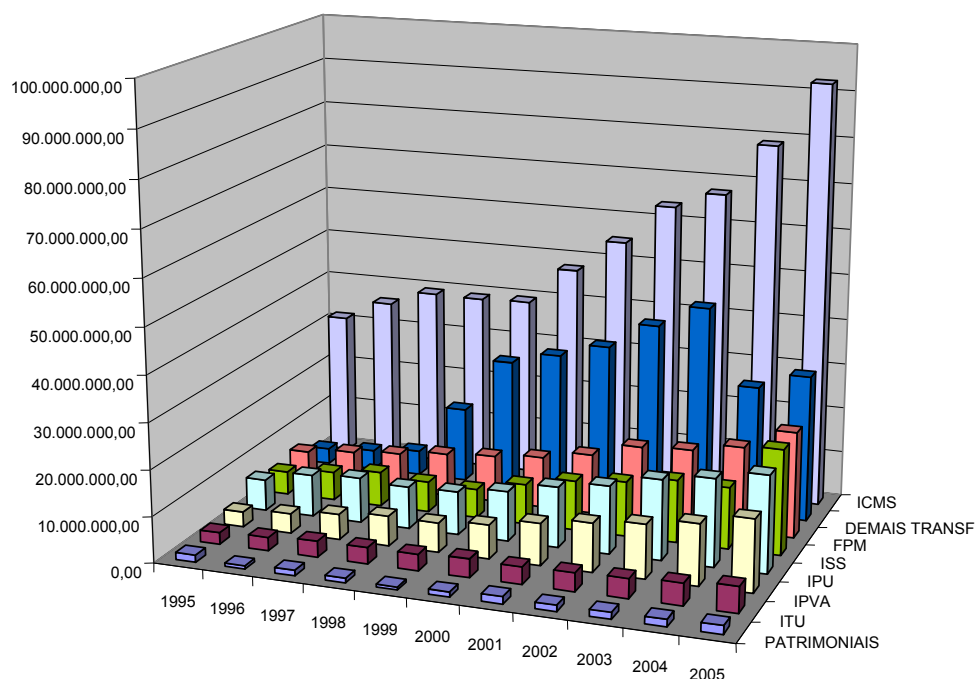
Fonte: Secretaria da Fazenda, 2005.

Por outro lado, a evolução das receitas municipais por origem apresentada na Figura 30 demonstra que, contrariamente aos postos de trabalho e números de empresas, as receitas decorrentes da atividade de prestação de serviços – ISS (Imposto Sobre Serviços) são bem menores relativamente às receitas provenientes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços), do FPM (Fundo de Participação dos Municípios) e das Demais Transferências.

Verifica-se também que, à exceção das receitas patrimoniais, todas apresentaram crescimento ao longo dos anos acompanhando o crescimento populacional.

Entretanto, o FPM apresentou maior crescimento em relação aos demais a partir de 1998.

FIGURA 30 - EVOLUÇÃO DAS RECEITAS MUNICIPAIS POR ORIGEM



Fonte: Secretaria da Fazenda, 2005.

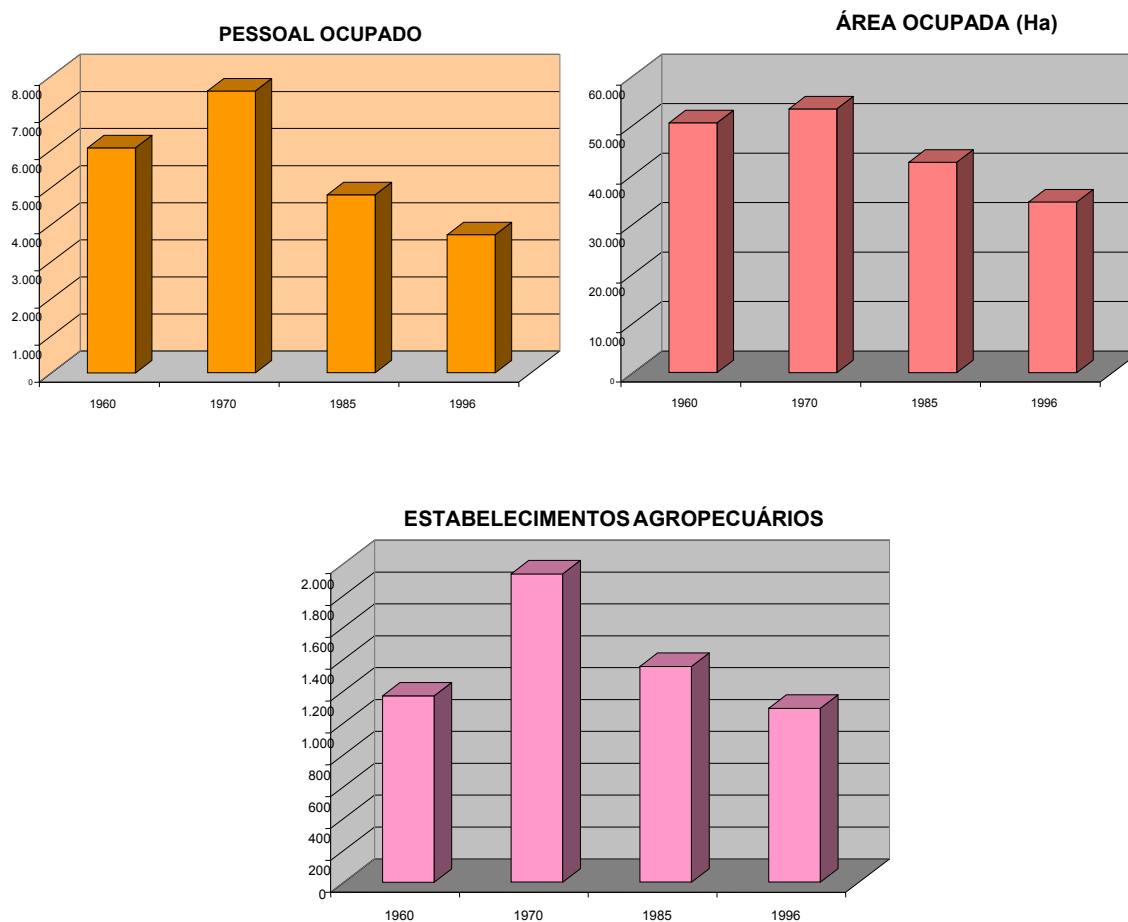
9.1. AGRICULTURA

Verificou-se que, em área ocupada, a laranja até 1996 era majoritária, sendo desde então paulatinamente substituída pela cana-de-açúcar que hoje representa 40% da área cultivada, conforme já mencionado no item 4.

A Figura 31 a seguir apresenta a evolução da agricultura sob os aspectos de pessoal ocupado, área ocupada e quantidade de

estabelecimentos agropecuários, apontando, para todos, crescimento em 1970 e o decréscimo até 96.

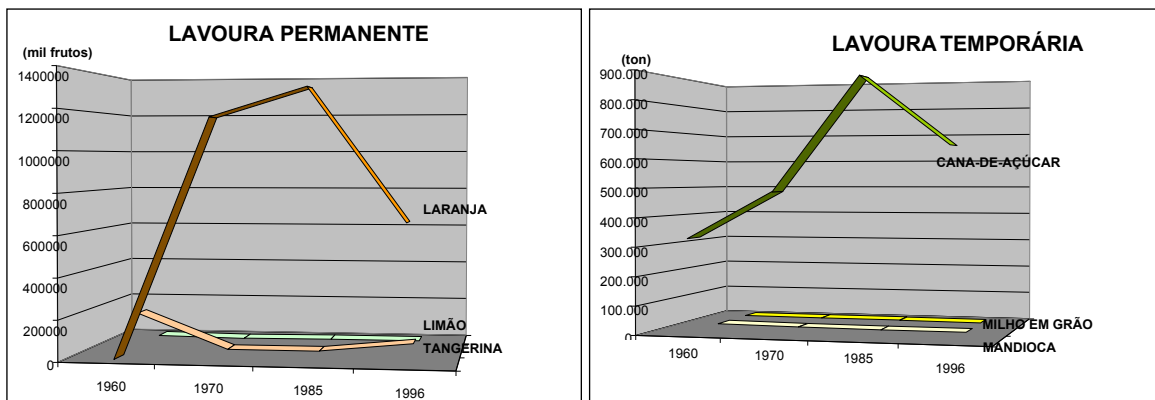
FIGURA 31 - INDICADORES AGRÍCOLAS



FONTE: FIBGE. Censos Agropecuários 1960, 1970, 1985, 1996.

Quanto às culturas, a produção tanto das lavouras permanentes – laranja, limão, tangerina - quanto as temporárias – cana, milho e mandioca – apresentou queda no mesmo período de 1985 para 1996, como ilustra a Figura 32 abaixo.

FIGURA 32 – EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO AGRÍCOLA



FONTE: FIBGE. Censos Agropecuários 1960, 1970, 1985, 1996.

Como não há dados disponíveis do IBGE que permitam verificar a evolução da atividade agropecuária até os dias atuais e os dados da CATI/EDR Limeira não estão atualizados, o presente estudo fica prejudicado.

Porém, o que se pôde perceber como tendência, na interpretação da imagem de satélite, já apontada nos itens 4 e 4.3, foi a substituição gradativa de muitas áreas de cultivo de citros para o de cana-de-açúcar.

9.2. INDÚSTRIA

A indústria de Limeira sempre foi destaque paulista, tendo sido grande alavanca de desenvolvimento, datando suas primeiras indústrias do século XIX.

Destacam-se especialmente as de metalurgia, de máquinas e automotivas, de celulose, papel e papelão e de jóias e folheados, como já exposto acima.

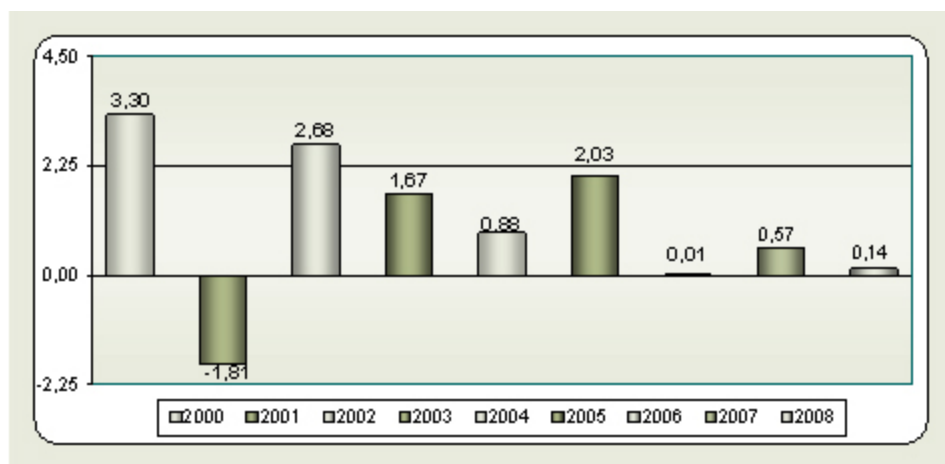
Atualmente, segundo o Ministério do Trabalho, existem 1.370 estabelecimentos cadastrados no Município.

O índice de emprego industrial, conforme informações da Diretoria Regional do CIESP em Limeira, sofreu variações positivas dos setores de Máquinas e Equipamentos (0,54%) e Indústrias Diversas (0,41%), que são setores predominantes na região por número de empregados, isto é, os que mais influenciam na ponderação do cálculo do índice total.

Ainda segundo o CIESP, o resultado só não foi melhor devido as variações negativas dos setores de Metalurgia (-,64%) e Celulose, Papel e Papelão (-0,62%), que também são setores predominantes na região.

A Figura 33 abaixo mostra os resultados comparativos da Diretoria Regional dos meses de fevereiro, nos anos 2000 a 2008.

FIGURA 33 - EVOLUÇÃO DO CRESCIMENTO DO EMPREGO INDUSTRIAL



Fonte: CIESP/Limeira, 2008.

Ressalte-se a existência de Incubadoras de empresas buscando o progresso tecnológico e o amparo em estágios iniciais, contemplando tanto a indústria como os agronegócios, mantidos através de parcerias entre a PREFEITURA, a FIESP e o SEBRAE.

9.3. COMÉRCIO E SERVIÇOS

O comércio é dinâmico, devido ao potencial econômico e à diversificação de seu parque industrial consolidado que proporciona renda estável e oportunidades nas áreas do comércio e prestação de serviços.

Conforme dados de 2008 do Ministério do Trabalho, o número de estabelecimentos cadastrados nas atividades de comércio é de 8.584 e o de serviços, 12.244.

A maior concentração localiza-se a partir do Centro histórico, contando com Mercado Municipal, tendo, nos últimos anos, crescido na direção SW, criando o chamado Centro Acima, com lojas mais elitizadas em relação ao centro tradicional, que é mais heterogêneo.

É nessa região que se implantou o atual único shopping de Limeira, haja vista que o primeiro shopping, localizado às margens da Rodovia Anhangüera no Pq. Egisto Ragazzo, foi desativado.

9.4. TURISMO

O Turismo é uma atividade de extrema importância econômica que funciona como alavanca para comércio e outros serviços, além de reforçar peculiaridades de um local e identidade de uma comunidade.

Limeira se constitui numa cidade reconhecida pelo Governo do Estado de São Paulo e pela Embratur como Município Turístico - Selo de Município Turístico conquistado em 1998.

No Turismo de recepção destaca-se a visita às Fazendas Históricas; o Turismo de Negócios, Turismo Religiosos e decorrentes de promoções e festejos como é o caso da Festa do Peão, FACIL - Feira Agro-Científica Comercial e Industrial de Limeira, e Festa das Nações, esta recentemente reeditada.

Limeira possui como peculiaridades as fazendas históricas da época do café, a tradição agrícola e a Fazenda Citra, pioneira em mudas de citros, a cultura dos imigrantes alemães e italianos e seus núcleos territoriais,

respectivamente Bairro dos Pires e Bairro do Tatu, além do Morro Azul e de construções históricas isoladas.

9.5. ATIVIDADES DE ENSINO SUPERIOR

O ambiente cultural de ensino e pesquisa é fator importantíssimo de desenvolvimento econômico e social de uma comunidade que tem essas instituições.

Assim, outras potencialidades marcantes que logo incrementarão os aspectos econômicos e sociais dizem respeito às possibilidades decorrentes das atividades de ensino superior e pesquisa de grandes universidades e centros universitários.

As grandes instituições em Limeira são a UNICAMP, que tem um campus em funcionamento e o outro em construção, o ISCA, as Faculdades Einstein e a UNIP, também com campus em construção.

Complementam esse grande sistema a FAC e a FAAL.

PARTE 4:

ELABORAÇÃO

DA PROPOSTA

O PROCESSO DE DEFINIÇÃO DAS DIRETRIZES

Como já exposto na Parte 1, o cruzamento das leituras técnica e comunitária e das propostas e diretrizes tanto de técnicos da Prefeitura como da sociedade, através das oficinas e dos questionários, resultou nas diretrizes que compõem majoritariamente a proposta final. As alterações foram surgindo ao longo do processo.

Apresenta-se, a seguir, breve resumo das alterações realizadas nas diversas etapas de elaboração do projeto de lei.

A proposta original elaborada a partir da integração das duas leituras da cidade, denominada Revisão 1 (também chamada de “espinha dorsal” pelo Secretário) foi submetida à apreciação do Comitê Gestor, tendo surgido então, após amplos debates e por votação, alterações mais radicais que dizem respeito a índices urbanísticos relativos à construção, tais como recuos frontal e lateral, coeficiente de aproveitamento, afastamento entre edificações.

Nesta etapa, surgiram também muitas polêmicas em torno dos instrumentos urbanísticos e financeiros, que após votação, foram mantidos.

Foi, então, produzida a proposta denominada Revisão 2 com as alterações aprovadas pelo Comitê Gestor englobando:

- as sugestões encaminhadas pela sociedade – individual ou coletivamente como organização social - de forma geral e irrestrita, através de emendas e de solicitações feitas durante as Audiências Públicas Regionais, e votadas como pertinentes, e

- as decorrentes de discussões nas reuniões (relativas à Revisão 1).

A proposta denominada Revisão 2 foi distribuída aos Delegados e apresentada tematicamente nas Pré-Conferências, oportunidades essas em que os Delegados presentes puderam protocolar propostas de alteração por artigos, por conceitos, por mapas ou por tabelas. Essas propostas de alteração foram apresentadas, debatidas e votadas na Conferência Final sendo aceitas, reescritas ou reprovadas.

Relata-se, a seguir, breve resumo de todas as alterações da incorporadas à proposta inicial, decorrentes de todo o amplo processo, que agora constam do Projeto de Lei em análise pela Câmara Municipal:

- 1 - criar corredores de desenvolvimento regional na zona rural;
- 2 - aumentar de 2 para 6 o coeficiente de aproveitamento dos imóveis compreendidos entre a Rótula e o Anel Viário;
- 3 - retirar o ante-projeto de duplicação da Avenida Campinas, trecho da principal rota de ligação do sentido N-S;
- 4 – aumentar o perímetro da ZC – Zona Central;
- 5 – excluir zonas de predomínio residencial e zona industriais de baixa densidade, as então denominadas ZCPR3 e ZPI3.

AS NOVIDADES EM RELAÇÃO À LEGISLAÇÃO ATUAL

As grandes alterações propostas em relação ao Plano Diretor e leis de uso e ocupação e de parcelamento do solo são:

- o enfoque territorial ambiental da proposta obviamente integrado às demais políticas setoriais;
- a estruturação do Plano Diretor em estratégias de atuação conforme os grandes eixos de produção da cidade, relatadas a seguir;
- o conceito de que as regras de uso e ocupação e de parcelamento do solo são parte integrante do Plano Diretor como forma de disciplinar o crescimento e desenvolvimento do território, estabelecendo inclusive estratégias pontuais de atuação através de instrumentos urbanísticos e financeiros;
- o ante-projeto de Requalificação Urbana do Baixo Centro;
- a implementação do plano pela administração municipal através de programas e planos já delineados com diretrizes e prazo de elaboração e responsabilização de todas as Secretarias envolvidas;
- a imediata criação e funcionamento do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Urbana – COMPLAN como fiscalizador social da implementação do Plano Diretor e para continuidade das políticas do Sistema de Planejamento – SISPLAN;

- novo conceito e novas regras para os processos de urbanização, entendidos como loteamentos, desmembramentos e condomínios estabelecendo especialmente:

- . as áreas máximas a serem fechadas de forma a que não sejam obstáculos à mobilidade urbana,
- . a indicação pela Prefeitura (nas diretrizes) da localização de áreas não residenciais no contorno do núcleo fechado para se evitar grandes extensões de muro que desconectam o bairro do restante da cidade,
- . a concepção como núcleos urbanos completos e heterogêneos compreendendo habitação e atividades econômicas e, em boa parte do território, havendo uma cota mínima para habitação de interesse social,
- . aumento de áreas de destinação públicas, especialmente para áreas dominiais e áreas verdes proporcionais à densidade,
- . a possibilidade de 50% da área verde estar localizada dentro dos núcleos fechados;

- previsão de aplicação de instrumentos urbanísticos e financeiros, que induzam o desenvolvimento da cidade de forma a torná-la sustentável, mais eficiente e igualitária em suas ofertas de infra-estrutura, mobilidade, habitação, tais como: a edificação, utilização ou parcelamento compulsórios e conseqüente aplicação de IPTU progressivo em caso de descumprimento; direito de preempção; operações urbanas consorciadas, outorga onerosa e transferência do direito de construir;

- distribuição de forma mais eqüitativa dos espaços verdes e de recreação regionais como as Zonas de Reserva Ambiental – ZRA, utilizando-se de áreas estratégicas como o Horto Florestal e o Morro Azul;

- a criação de um meio anel para expansão do Anel Viário e de uma rodovia de conexão entre as rodovias Anhangüera, Bandeirantes, SP 147 e Limeira-Cosmópolis;

- a implantação de medidas para viabilizar uma pequena rota de contorno do centro da cidade – a rótula – para desviar o fluxo de passagem;
- o enquadramento de atividades conforme seu grau de incômodo ou impacto, aplicando-lhes medidas mitigadoras e compensatórias;
- o aumento dos Coeficientes de Aproveitamento, possibilitando grande adensamento nas áreas compreendidas entre a Rótula e o Anel Viário e médio adensamento na ZPR2 situada para além do traçado do Anel Viário, proporcionalmente à situação da cidade;
- o aumento do recuo frontal para 5m para qualquer edificação.

I. DIRETRIZES DE ESTRUTURAÇÃO ESPACIAL

- 1** - Requalificação das áreas livres de uso comum da população;
- 2** - Hierarquização do sistema viário;
- 3** - Reserva de áreas de interesse ambiental;
- 4** - Requalificação e preservação do centro comercial consolidado e do patrimônio histórico;
- 5** - Uso e ocupação do solo mais intenso onde a infra-estrutura apresente-se com capacidade de absorção da demanda a ser gerada;
- 6** - Utilização de vazios urbanos para a promoção de habitação ou equipamentos de interesse social;
- 7** - Fomento das vilas e núcleos rurais existentes, aproveitando-se de pequenas estruturas ou construindo novos Centros Rurais, compondo-os por Centro comunitário (esportivo, cultural), Escola com creche e biblioteca, Base de segurança, ambulatório de saúde, Ponto de comercialização atacado/varejo, Posto de desinfecção sanitária, Posto de correio rural;
- 8** - Locação dos equipamentos rurais nas vias corredores rurais onde serão permitidos usos comerciais e de serviços locais;
- 9** - Incremento e desenvolvimento de festas étnicas rurais locais, consolidadas ou novas;
- 10** - Promoção da requalificação do Vale do Tatu e ferrovia, prioritariamente na região central, induzindo usos de lazer, turismo, recreação, gastronomia, shows e esporte, além dos demais existentes;

11 - Fomento da atividade turística potencializando recursos naturais e construídos existentes como mais uma atividade da cidade na busca pelo equilíbrio, através de:

- Implantação de Parque das Águas ao longo do Rio Piracicaba ou seus afluentes com barramento para criação de lagos e cascatas;

- estudos de viabilidade de implantar porto fluvial no Rio Piracicaba, para, além da finalidade turística, gerar a possibilidade de escoamento de produção agropecuária, em conjunto com Comitê PCJ;

- Estímulo ao uso hoteleiro;

- Criação de áreas de reserva ambiental distribuídas de forma eqüitativa pelo território;

- implantação de “trem turístico” aproveitando a linha férrea existente em circuito que ligue as áreas turísticas e de lazer;

12 – requalificação de bairros, reestruturando-os com fomento núcleos ou centralidades urbanas existentes, incremento de atividades diversificadas privadas, preferencialmente onde houver infra-estrutura, implantação áreas verdes para lazer e convivência, centros comunitários e bibliotecas descentralizadas.

13 - Incentivo à criação de associações de bairros para gerenciamento das propostas;

14 – programas para implantação de monumentos nas áreas públicas, gerando identidade e reforçando as características locais;

15 - Reforço da característica da cidade de atividades diversificadas em busca constante pelo equilíbrio, assegurando a reserva e localização de espaços destinados ao desenvolvimento das diferentes atividades urbanas e rurais;

16 - Disciplina para a aplicação dos instrumentos da política urbana, previstos no Estatuto da Cidade;

17 – Criação do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental, com composição paritária entre membros do poder executivo e da sociedade civil organizada, de caráter deliberativo;

18 - Implementação da Lei de Recursos Hídricos;

19 – Elaboração do Plano de Abairramento, para viabilizar um sistema único de referência territorial entre o município e o IBGE.

II. DIRETRIZES DE MOBILIDADE

Qualificar a circulação de veículos, pedestres e o transporte através de:

- 1** - Hierarquização do Sistema Viário, adequando-o e ampliando-o, envolvendo o mínimo possível de desapropriações;
- 2** - Continuidade do sistema de regulamentação do transporte de cargas no Município;
- 3** - Melhor aproveitamento dos sistemas de transporte interurbano de passageiros rodoviário, ferroviário e aéreo e seus respectivos equipamentos;
- 4** - Reestruturação do transporte coletivo de passageiros, otimizando o sistema e garantindo acesso seguro a todas as camadas sociais, bem como às pessoas deficientes ou com necessidades especiais de locomoção;
- 5** - Estabelecimento de uma política de tarifação única e integrada para o sistema de transporte coletivo de passageiros;
- 6** - Redução da distância e percursos, dos tempos de viagem, dos custos operacionais, das necessidades de deslocamento, do consumo energético e do impacto ambiental;
- 7** - Capacitação da malha viária, dos sistemas operacionais de tráfego e dos equipamentos de apoio, incluindo a implantação de centros de transbordo e de transferência de cargas;
- 8** - Estímulo à implantação de garagens e estacionamentos na área urbana para a melhor utilização de logradouros públicos como espaços abertos para a circulação;

9 - Adequação dos espaços públicos e do transporte coletivo às pessoas deficientes ou com necessidades especiais de locomoção;

10 – Reestruturação do sistema viário, regulamentando novas Diretrizes com relação ao tráfego pesado de cargas e ao transporte coletivo intra e intermunicipal, resguardando um raio de entorno aos imóveis históricos tombados ou em processo de tombamento no Município.

III. DIRETRIZES DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO

Disciplinar e ordenar, através dos instrumentos urbanísticos, a distribuição das atividades, a densificação e a configuração da paisagem, no que se refere à edificação e ao parcelamento do solo, compatibilizando-os com:

- meio natural;
- patrimônio ambiental e cultural;
- bem-estar coletivo;
- qualidade de vida;
- oferta existente ou projetada de saneamento básico e drenagem, sistema viário, transporte coletivo, equipamentos urbanos e demais serviços públicos.
- equilíbrio entre os usos, evitando grandes deslocamentos entre moradia, emprego e serviços e inibindo a segregação social;
- provisão de habitação de interesse social;
- utilização de vazios urbanos

1. divisão do território municipal em Macrozonas:

Macrozona Rural de Produção Agropecuária, MZR - PA: área de produção agropecuária consolidada, com interesse na manutenção e incremento desta atividade, utilizando-se de técnicas de manejo adequadas, uso racional dos recursos hídricos, com a ocorrência de usos diversificados locais;

Macrozona Rural de Proteção dos Mananciais, MZR - PM: área de preservação, proteção e recuperação de mananciais, com vistas ao abastecimento humano, compatibilizando-o com usos agropecuários, objetivando a sustentabilidade ambiental. É a atual APRM do Pinhal (ZPM) – Leis Complementares 222/99 e 357/01;

Macrozona Rural de Potencial Turístico, MZR - PT: área de produção agropecuária com potencial para o desenvolvimento turístico, em razão dos recursos hídricos e patrimônio histórico;

Macrozona Urbana, MZ - U: áreas delimitadas pelo perímetro urbano, compostas de áreas urbanizadas e não urbanizadas, com tendência à urbanização e áreas de tendência industrial, comercial, interesse histórico e serviços que geram níveis mais elevados de incomodidade;

Macrozona Aeroportuária, MZ - A: área destinada à futura instalação de aeroporto municipal, constituída como área rural e que será transformada em urbana quando dessa implantação;

Corredores de Desenvolvimento Regional, ZCO - Reg: eixos de conexão regional que atraem atividades mais incômodas;

Corredores Rurais, ZCO - Rural: estradas rurais municipais que admitem usos de comércio, serviço e instituições locais ou vinculados à produção agropecuária.

2. Diretrizes da Macro Zona Urbana (MZ – U):

- Reordenar as funções urbanas de morar, trabalhar, recrear e circular em função de suas características peculiares, seu inter-relacionamento e da capacidade de suporte da infra-estrutura e do meio ambiente, na zona urbana consolidada;
- Estabelecer a contigüidade de novos processos de urbanização a partir de áreas já urbanizadas como forma prioritária do crescimento da cidade, evitando-se a criação de vazios urbanos que sirvam à especulação e que onerem os custos com extensão da malha viária e de redes de infra-estrutura;

- Estabelecer padrões de adensamento similares para a maior parte da macrozona urbana, indicando estrategicamente os locais passíveis de maior adensamento através dos instrumentos descritos nesta Lei;

- Propiciar o equilíbrio integral em cada nova porção do território a se formar (novos parcelamentos e fracionamentos) através da mistura ordenada e dirigida de usos, ocupações e densidades:

- evitando-se a segregação social;
 - permitindo a justa convivência entre atividades que gerem pequeno impacto e incomodidades com usos residenciais;
 - separando atividades causadoras de impactos e incomodidades;
 - possibilitando a redução de percursos e tempo na circulação diária dos cidadãos;
 - provendo os bairros de infra-estrutura de equipamentos comunitários e áreas verdes urbanizadas;

- Fomentar a utilização de vazios urbanos, aplicando instrumentos urbanísticos e financeiros na gestão;

- Direcionar edificações sub-utilizadas ou não utilizadas para usos compatíveis e implantação de equipamentos de macro-drenagem;

- Divisão da MZ – U:

ZC - compreende o centro histórico da cidade e as áreas contíguas, caracterizadas pela coexistência de edificações térreas e verticalizadas, comércio e serviços diversificados, destacando-se equipamentos e edifícios de valor histórico e arquitetônico; diretrizes:

- Manter e valorizar suas características e solucionar problemas de sistema viário e acessibilidade;

- Incentivar a manutenção de grande diversidade de usos e inclusive estimular o uso residencial;

- Incentivar a preservação dos imóveis históricos, através dos Instrumentos de Política Urbana, previstos no Estatuto das Cidades, como parcelamento, edificação ou utilização compulsórios, direito de preempção, outorga onerosa do direito de construir, operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir;

- Adequar usos incômodos;

- Restringir usos incompatíveis com o grande fluxo de pedestres e veículos que lhes sejam característicos.

- ZR-1 e ZR-2 - englobam áreas de uso exclusivamente residencial e padrões de baixa densidade e médias taxas de ocupação; diretrizes:

- Manter os usos residenciais;

- Criar corredores de uso diversificado local para atendimento de necessidades primárias associadas à habitação;

- Manter áreas permeáveis e ajardinadas.

- ZR-2 caracteriza-se como loteamentos de chácaras de recreio aprovados, localizados distantes da área urbanizada e que, apesar de estarem situados nas macrozonas rurais, enquadram-se como urbanos.

ZPR-1 - inclui a maior parte do território urbanizado da cidade, com bairros consolidados e utilizados predominantemente por uso residencial; diretrizes:

- Manter e incentivar usos existentes compatíveis;

- Adequar usos incômodos;

- Restringir usos incompatíveis;

- Manter concentração de usos diversificados em vias assim consolidadas;

- Incentivar a implantação de áreas permeáveis e ajardinadas.

ZRS-1 - pequena área urbana consolidada que engloba o loteamento Vila Cláudia, de médio adensamento e baixo potencial de ocupação, com atividades de serviços voltadas à promoção da saúde e pequeno comércio de atendimento local; diretrizes:

- Manter e incentivar os usos existentes compatíveis com o uso residencial;
- Restringir usos incômodos e incompatíveis;
- Manter as áreas permeáveis e ajardinadas.

ZRS-2 - caracterizada como região a ser urbanizada nas proximidades do segundo campus da Unicamp; diretrizes:

- Conceber novos processos de urbanização como porções completas da cidade, mesclando usos residenciais e não residenciais, com maior restrição a atividades incômodas;
- Situar proximamente usos conflitantes porém não incompatíveis;
- Evitar indústrias geradoras de maior incomodidade;
- médio potencial de adensamento

ZI-1 - inclui diversos trechos da mancha urbana consolidada ocupada por indústrias e atividades incômodas, alocadas em galpões e em vias de grande fluxo ou em suas proximidades, com a existência de poucas residências; diretrizes:

- Permitir a permanência dos usos residenciais existentes;
- Incentivar a instalação de novas atividades incômodas;
- Incentivar a instalação de áreas permeáveis e ajardinadas.

ZPR-2 e ZPR-3 - incluem áreas urbanas próximas à Zona Urbana Consolidada:

- Conceber novos processos de urbanização como porções completas da cidade, mesclando usos residenciais e não residenciais de pequena e média incomodidade, com tamanhos diferenciados de lotes para se diminuir a segregação espacial;

- Evitar usos de grande impacto ou incomodidade;

- Setorizar proximamente usos conflitantes, porém não incompatíveis;

- Permitir o adensamento vertical em lotes ou glebas que por sua dimensão não causem incômodo à vizinhança próxima.

- ZPR-2 será a de maior potencial de adensamento localizando-se próximo a áreas urbanizadas mais adensadas.

- ZPR-3 será de médio potencial de adensamento localizando-se nas proximidades de áreas predominantemente verticais.

ZI-2 e ZI-3 - englobam trechos às margens da rodovia Anhanguera, da rodovia dos Bandeirantes e nas proximidades de áreas industriais consolidadas; diretrizes:

- Aumentar a provisão de áreas para instalação de atividades de grande incomodidade;

- Separar os usos mais incômodos das áreas residenciais com implantação de barreiras físicas.

- ZI-2 permitirá maior adensamento de atividades de alta incomodidade em função de sua proximidade com áreas urbanizadas.

- A ZI-3 permitirá médio adensamento de atividades de alta incomodidade e grande porte em função da maior distância em relação às áreas urbanizadas.

ZCO 1, 2 e 3 - configuram-se como vias de trânsito mais rápido, com características de vias coletoras ou arteriais e tendências de usos consolidados

incômodos, deve-se, em diferentes graus, permitir usos mais incômodos em relação à região em que se inserem:

- ZCO-1: atividades de atendimento local em função de sua proximidade com áreas estritamente residenciais.

- ZCO-2: atividades de média incomodidade em função da localização em vias assim consolidadas ou para atendimento das diversas regiões da cidade.

- A ZCO- 3: atividades de alta incomodidade em função da maior distância em relação às áreas residenciais e dimensão das vias de circulação.

ZRA - englobam áreas de interesse à preservação ambiental - diretrizes:

- Proibir qualquer processo de urbanização;
- Proibir usos residenciais e industriais;
- Admitir usos do turismo ecológico, bem como de comércio, serviços e institucionais de apoio a essa atividade com baixíssimas taxas de adensamento e impermeabilidade;

- Instituí-las como áreas públicas em função do interesse coletivo comum a toda população na sua manutenção e como áreas verdes e de respiro da cidade.

- ZRA- Morro Azul, que engloba as APP's do Morro Azul e das nascentes localizadas próximas a Rodovia dos Bandeirantes se integrará com a área da ZIE próxima, a fim de constituir-se em um grande parque ambiental regional.

- ZRA- Horto engloba toda a área de propriedades da RFFSA, ou sua sucessora, reconhecida por toda a população e parcialmente utilizada como área de recreação da cidade, com enorme potencial para incremento dessa função, constituindo também outro grande parque ambiental regional.

ZIE – caracterizam-se como grandes áreas localizadas estrategicamente em regiões do município como Vale do Tatu e demais vales, regiões ou imóveis a serem recuperados ou ocupados, subdividem-se em:

- ZIE- 1: áreas destinadas à constituição de parques públicos e lagoas de contenção e detenção e demais dispositivos de macro-drenagem urbana;

- ZIE- 2 : imóveis que por se situarem em locais próximos ao centro com grandes concentrações residenciais e grande fluxo de veículos devem ter uma ocupação dirigida admitindo-se usos que gerem incômodo ou impacto, a critério da CEAUOS, e obrigatoriamente participem ou promovam a requalificação do entorno através de programa elaborado pela SEPLAN;

- ZIE- 3 : áreas destinadas ao desenvolvimento de atividades estratégicas de desenvolvimento inclusive tecnológico ou de implantação de infra-estrutura, de grande impacto, promovidas pelo município, excluindo-se usos residenciais e agrícolas.

- utilização estratégica para a implantação de equipamentos comunitários e áreas verdes, dispositivos de contenção e detenção de águas pluviais e outros usos públicos necessários à região

ZUE – caracterizam-se majoritariamente como áreas rurais parceladas ou fracionadas clandestinamente em chácaras de recreio, estando ou não em processo de regularização, cujo uso permitido é estritamente residencial com baixíssima densidade, deve-se assessorar o processo de regularização, conforme estabelecido pela Lei Municipal Complementar nº 357/05.

- após regularização, o perímetro do loteamento ou condomínio quando em zona rural passará a ser classificado como zona urbana, e em todos os casos, integrará a ZR-2.

IV. DIRETRIZES DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

- será concebida a partir dos processos de urbanização previstos para a ZPR-2, caracterizada como a grande porção do território urbano a se consolidar, na qual fica obrigatória a criação de lotes de interesse social de 200 m².
- programa para viabilizar a comercialização de, no mínimo, 25% dos lotes com área de 200m² de cada empreendimento para as famílias selecionadas pela Secretaria da Habitação em função do interesse social.
- Os conjuntos habitacionais e loteamentos de interesse social implantados irregular ou clandestinamente enquadrados como ZEIS – Zona Especial de Interesse Social: Dom Oscar Romero, Parque Residencial Víctor D'Andréa, Parque Residencial Antonio Simonetti II e III, Conjunto residencial Olindo De Luca, Odécio Degan.
- regularização fundiária das ZEIS da forma como os loteamentos foram implantados, excetuando-se: intervenções e ocupações em APP e demais dispositivos previstos na legislação federal e estadual pertinentes. Poderá dispor de assistência técnica, urbanística, jurídica e social gratuitas.
- elaborar Plano Habitacional Municipal podendo-se a criação de novas ZEIS para a implantação de empreendimentos Habitacionais de Interesse Social para programas municipais

V. DIRETRIZES DE REQUALIFICAÇÃO AMBIENTAL

Requalificar o território municipal através da:

- Valorização e preservação do patrimônio ambiental natural especialmente os hídricos, as matas, o solo e a fauna;
- Promoção de potencialidades ambientais;
- Garantia de perpetuação do ambiente natural em padrões próximos ou iguais aos naturais;
- Superação dos conflitos referentes à poluição e degradação, saneamento e desperdício energético;
- Recuperação e requalificação de áreas degradadas por meio de projetos específicos a serem desenvolvidos;
- Controle e minimização do impacto ambiental gerado pelos processos de urbanização, de produção industrial, de agropecuária ou demais atividades humanas;
- Restrição à ocupação urbana de áreas impróprias à urbanização tais como terrenos alagadiços ou sujeitos à inundação ou que apresentem altas declividades ou solos frágeis ou ainda, que estejam localizados em áreas de preservação ambiental ou em áreas destinadas como agrosilvopastoris nas Macrozonas Rurais;
- Garantia de pelo menos 16 m² de área verde implantada ou urbanizada por habitante.
- áreas denominadas como verdes ou sistema de lazer ou de recreio não poderão ser objeto de concessão ou permissão de uso público, exceto para os casos em que, para requalificação das mesmas esteja exceto se contemplado em projeto específico a permissão de uso para bancas de jornal e revistas, lanchonetes e ambulantes inclusive trailer.
- paisagem ambiental é patrimônio visual de uso comum da população que requer ordenação, distribuição, conservação e preservação, com o objetivo de evitar a poluição visual e de contribuir para melhoria da qualidade de vida.

- Assegurar o suprimento, em quantidade e qualidade, dos recursos hídricos do Município, protegendo os mananciais e priorizando atividades menos impactantes e degradantes;
 - Regular a atividade de mineração, considerando o disposto no Código de Mineração e nas legislações estaduais e municipais pertinentes;
 - Manter atuação conjunta com os demais municípios que integram o Comitê e o Consórcio das Bacias dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá na gestão dos recursos hídricos e na proteção aos mananciais da região;
 - Revisar periodicamente os critérios de permeabilidade do solo, visando o reabastecimento do lençol freático e a redução dos impactos decorrentes da drenagem superficial;
 - Reverter os valores provenientes de taxas, penalidades e tarifas para incremento e operacionalização do corpo de fiscalização.
- Instituição dos seguintes programas:

Programa de Requalificação Ambiental do Vale do Tatu - diretrizes:

- Elaborar Plano de Recuperação para a Área de Preservação Permanente - APP ao longo do Ribeirão Tatu
 - Solução integrada para a deficiência e conflitos de macrodrenagem nessa sub-bacia, utilizando-se as áreas das ZIEs para constituição de bacias de retenção ou contenção ou outros equipamentos e para constituição de áreas verdes, além de outras áreas ao longo de seus afluentes;
 - Implantação de pequenas e médias áreas verdes e, onde possível, de corredores ecológicos de fauna, de forma a constituir uma rede verde tanto nas margens do Ribeirão e seus afluentes quanto ao longo das marginais;
 - Reflorestamento com mata nativa através da diversificação florística em cada área entre espécies pioneiras e secundárias, conforme exigências do órgão licenciador;
 - Continuidade da implantação de marginais adequando seus traçados de forma a se reduzir as intervenções em mananciais e Áreas de Preservação

Permanente - APPs e propiciar a melhor integração entre os dois lados urbanizados da cidade;

- Utilizar este vale como lugar estratégico para implantação de atividades de lazer, inclusive noturnas.

Programa de Requalificação do Baixo Centro - diretrizes:

- Instituir operação urbana consorciada com incentivo a conservação, recuperação e restauração dos imóveis históricos Duplicar a via que margeia a área de domínio da rede ferroviária criando avenida e bulevar

- utilizando instrumentos: Transferência de potencial construtivo, Desconto progressivo de Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU, crescendo conforme o estado de conservação, recuperação ou restauro com requalificação dos imóveis, Desconto de Imposto Sobre Serviços - ISS para atividades voltadas à gastronomia e eventos culturais, turísticos e esportivos;

- Projeto Urbano para constituição de "Passeio Histórico" na Rua Barão de Cascalho, Estação Ferroviária e adjacências.

Programa de Recuperação dos Recursos Hídricos - diretrizes:

- Recuperar, conservar e melhorar as condições de todos os recursos hídricos, com prioridade para a Bacia do Ribeirão do Pinhal, que é utilizada como fonte de abastecimento público de água;

- Elaborar diagnóstico ambiental a partir de levantamento de todas as APP's, áreas de produção de água, fragmentos florestais, fundos de vales, áreas de recarga de lençóis subterrâneos, matas ciliares, vegetação ripária, incluindo estado da vegetação, usos e ocupações irregulares ou indevidas;

- Elaborar, a partir do diagnóstico, um Plano de Ação contendo metas de curto, médio e longo prazo com definição de prioridades, requalificando as APP's com o objetivo de transformá-las em corredor ecológico de fauna, considerando desde já como prioridades a Bacia do Ribeirão do Pinhal e os vales das seguintes APP's urbanas degradadas: Ribeirão da Geada, Ribeirão da

Graminha, área de lazer no Jd. Maria Busch Modeneis, área de lazer no Jd. Adélia Cavicchia Grotta, área de lazer no Jd. Nova Suíça.

- Criar mecanismos de participação da comunidade em todas as fases de implantação do Programa para orientação, conscientização e educação ambiental;

- Instituir penalidades para as agressões ambientais nas áreas de influência dos recursos hídricos e principalmente naquelas referentes aos mananciais de captação, inclusive exigindo sua recuperação;

- Compatibilizar as ações com o Plano Diretor de Saneamento;

- Criar mecanismos para possibilitar a elaboração de convênios com o objetivo de estudos, projetos e ações que visem a melhoria dos recursos hídricos e a requalificação ambiental e paisagística, com os diversos níveis de governo, concessionárias de serviços públicos e entidades afins.

Recuperação da Paisagem Construída (ou intervencionada pelas atividades humanas) – diretrizes:

- visa incentivar a finalização das construções paralisadas

Programa de Regulamentação e Implantação de Monumentos Públicos – diretrizes:

- contribuir para a melhoria da qualidade da paisagem, dotando os espaços públicos de monumentos, obeliscos ou esculturas que possam gerar marcos e laços de identidade com a população, obedecendo às seguintes premissas:

- ser intrinsecamente obra de arte;

- ser decorrente de pedido aprovado pela CEAUOS, COMPLAN e, quando for o caso de entorno de áreas ou edificações históricas ou turísticas, pelo CONDEPHAL ou COMTUR, respectivamente;

- constituir-se em parte integrante de projeto de urbanização ou reurbanização de áreas verdes públicas, objetos do Programa Praça Viva, ou de logradouros públicos;

- ser protegida por raio de abrangência determinado entre o autor, e a Prefeitura, através das Secretarias de Planejamento e Urbanismo, da Cultura, do Turismo e dos Transportes;

- ser doada à população por seu autor e/ou construtor sem qualquer ônus à Municipalidade, podendo ser dada publicidade do fato através de inscrição em placa metálica a ser afixada conforme padrões, dimensões e localização disciplinados pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo.

Programa de Regulamentação da Publicidade ao ar livre – diretrizes

- controlar a poluição gerada por publicidade seja escrita ou falada através de elaboração de lei específica que:

- Revise as leis sobre publicidade e propaganda, criando o Código de Posturas Municipal com adequação da paisagem urbana;

- Regule as formas de publicidade em Logradouros públicos e Fachadas de edificações;

- Estabeleça o prévio licenciamento municipal;

- Estabeleça locais passíveis de utilização para a fixação de out-doors e painéis publicitários em postes de emplacamento de rua e abrigos de ônibus, desde que não atrapalhem o sistema de sinalização viária inclusive semafórica bem como lixeiras e relógios, exceto em:

- próprios municipais e áreas públicas,

- nas áreas objetos dos Programas de Requalificação do Baixo Centro,

- nas edificações e imediações de áreas de interesse histórico e turístico,

- nas de árvores e postes da rede de infra-estrutura: energia, telefonia e TV/Internet a cabo pertencentes as concessionárias de serviços públicos;

- Estabeleça critérios e locais passíveis de veiculação de publicidade por meio de carro de som, revisando as leis existentes, e as seguintes disposições:

- horário permitido: das 8 h, no mínimo, às 18 h, no máximo;

- Não poderá ocorrer nas proximidades de hospitais, postos de saúde - UBS, escolas, asilos, creches e orfanatos.

- Estabeleça critérios para veiculação de publicidade por meio de panfletagem;

- Estabeleça critérios para afixação de nome dos estabelecimentos comerciais, de serviço, industriais e institucionais em suas fachadas, observando-se que sua disposição não se projete sobre o passeio público.

- Toda publicidade existente ao ar livre deve obter licenciamento municipal no prazo de 2 anos, a contar da data da promulgação da lei específica, dispensando-se desde já a exigência de área máxima do anúncio disposta na alínea b do inciso VII deste artigo.

Plano de Arborização Urbana – diretrizes:

- adequar o plantio e/ou substituição de espécies arbóreas ao ambiente urbano, considerando:

- Redes de distribuição de energia elétrica e iluminação pública;
- Necessidade de cadastramento e manutenção do cadastro das árvores existentes;

- Vias de trânsito intenso e de veículos de grande porte;
- Planejamento das espécies adequadas para o plantio;
- Geometria da quadra e tamanho das testadas dos lotes;
- Necessidade, responsabilidade e frequência de podas;
- Necessidade e responsabilidade da remoção de árvores;
- Redes de telecomunicação, TV a cabo, gasoduto, águas pluviais,

abastecimento de água e de esgotos;

- Distância adequada dos postes às árvores;
- Retirada, depósito e destinação dos galhos provenientes de poda;
- Arborização nos novos loteamentos conforme projetos aprovados;
- Penalidades e fiscalização;
- Mecanismos de participação da população para educação ambiental;

- Programa para formação de mudas ornamentais e arbóreas para utilização em áreas públicas e sua implantação orientada a cargo do Poder Público.

Programa Praça Viva – diretrizes:

- requalificar os espaços livres públicos que compõem o estoque de áreas verdes da cidade, através da participação da sociedade na implantação e manutenção dessas áreas
- Implantação pela mantenedora, as suas expensas, de projeto de Praça elaborado pela Seplan em conjunto com a SAMA, que contemple completa infra-estrutura e com instalação de espaço para implantação de atividade privada de banca de jornal e revista, ou alimentação ou lazer ou pontos de táxi, quando pertinente e a critério do órgão competente;
- Manutenção periódica pela mantenedora como podas, limpeza, conservação da infra-estrutura;
- Permissão para afixação de placa em que figure o nome da empresa ou entidade mantenedora, conforme projeto elaborado pela Seplan e, em se tratando de praça de interesse de preservação, com parecer favorável do Condephali;
- Permissão para utilização periódica da área verde pela mantenedora para realização de eventos uma vez ao mês, com duração máxima de 8 horas, sendo o horário máximo até às 22h, não sendo permitido a utilização para estacionamento de veículos.

Programa de Incentivo à Manutenção de Áreas Históricas e Turísticas – diretrizes:

Elaborar programa para estabelecer critérios, normas e procedimentos para a preservação, restauro ou requalificação de bens móveis e imóveis ou áreas, que apresentem, no mínimo, uma das seguintes qualificações:

- Valor histórico representativo, excepcional ou de referência arquitetônica, artística, simbólica, cultural, de tradição e heranças locais;
- Potencial para desenvolvimento de atividades turísticas e culturais;

- Relações físicas e culturais com o entorno que indiquem a necessidade de manutenção da ambientação para preservação da paisagem cultural.
 - elaborado inventário de Imóveis de Interesse Histórico Cultural, criando, se necessário, mecanismos como convênios e parcerias com instituições privadas e/ou universidades.
 - promover estudos para viabilizar incentivos fiscais aos proprietários ou patrocinadores que realizarem a restauração ou recuperação total ou parcial ou a conservação de imóveis enquadrados como de interesse histórico ou cultural.
- Considerar locais e imóveis de interesse histórico e cultural, cuja restauração, recuperação, conservação, reforma ou requalificação desses imóveis deverá ter parecer prévio da CEAUOS e CONDEPHALI, além dos demais órgãos pertinentes, os seguintes:
- Centro Histórico, conforme indicado no Mapa Anexo 1 de Estruturação Espacial;
 - Estação Ferroviária;
 - Palacete Levy;
 - Palacete Tatuhiby e área onde está implantado o zoológico;
 - Igreja Nossa Senhora da Boa Morte e Assumpção;
 - Capela do Cubatão;
 - Capela do Bairro Santo Antônio;
 - Capela do Bom Jesus na Rodovia Anhanguera;
 - Casarão da Fazenda Tatu;
 - Centro Cultural (antiga EEPG Coronel Flamínio Ferreira);
 - Igreja Nossa Senhora das Dores;
 - Praça Toledo Barros, incluindo a Gruta e o Teatro, exceto seu foyer;
 - Capela Nossa Senhora do Amparo;
 - Creche Prada;
 - Prédio da antiga Cesp, à rua Dr. Trajano;
 - Paço Municipal (antiga Indústria Prada);
 - Antigo Arquivo Municipal da Prefeitura à rua Barão de Cascalho;

- Fazenda Quilombo;
 - Fazenda Citra;
 - Fazenda Itapema;
 - Alambique localizado às margens da Rodovia Limeira-Iracemápolis;
 - Bairro Tatu;
 - Capela Santo Antonio;
 - Casarão da Fazenda Duas Barras;
 - Usina Tabajara;
 - Cemitério Municipal da Saudades I;
 - Casarão à Praça Toledo Barros n.97;
 - Prédio da Nossa Caixa Nosso Banco à Praça Toledo Barros n.120;
 - Igreja Lutherana do Bairro dos Pires;
 - Complexo Cemitério dos Pires;
 - Escola Estadual Brasil;
 - Escola Estadual Castelo Branco;
 - Escola Estadual Trajano de Barros Camargo;
 - Casa dos azulejos, localizada à Rua Tiradentes nº 211.
- Considerar de interesse turístico os seguintes locais:
- ZRA - Morro Azul;
 - ZRA – Horto;
 - Áreas das MZR-PT;
 - Bairro dos Pires;
 - Bairro do Pinhal;
 - Usina e Represa Tatu;
 - Fazenda Santo Antônio;
 - Casarão da Fazenda duas Barras;
 - os considerados de interesse histórico
- Os imóveis ou bairros de interesse histórico e turístico terão raios de entorno destinados a sua preservação, cujas dimensões, usos e forma de ocupação serão

determinados pela CEAUOS, COMTUR– Conselho Municipal de Turismo e CONDEPHALI – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Histórico e Arquitetônico do Município de Limeira em razão de garantir a não interferência em planos, programas e projetos culturais e turísticos.

Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – diretrizes:

- elaborar programa para tornar obrigatória a recuperação dessas áreas ou das que venham a se caracterizar como tal em função de ações antrópicas, responsabilizados os seus autores e/ou proprietários conforme legislação em vigor, considerando que:

- Contemple critérios para as ações, as medidas reparadoras para a recuperação de áreas degradadas, bem como os prazos para sua execução e demais penalidades;
- Contemple forma de fiscalização do seu cumprimento;
- Seja ouvida a CEAUOS, o COMPLAN, a SAMA e o CONDEMA em todo o processo que objetive recuperar áreas degradadas;
- As ações e medidas reparadoras para áreas degradadas deverão ser efetuadas pelo agente gerador as suas expensas;
- O processo para recuperação de área degradada deverá ser iniciado a partir da detecção da degradação pelo órgão competente através de laudo técnico elaborado pela Prefeitura, bem como indicando as ações para recuperação.

Gestão de Implantação de Empreendimentos de Impacto ou Incômodo para controlar empreendimentos, obras ou atividades de exploração ou intervenção antrópica no ambiente natural ou construído que possam gerar impacto ou degradação ambiental, através de estudos e avaliação prévios assim graduados:

EIA - Estudo de Impacto Ambiental e RIMA - Relatório de Impacto Ambiental, para empreendimentos que apresentem alto potencial de degradação ambiental, conforme o estabelecido em legislação vigente;

RAP - Relatório Ambiental Preliminar, para empreendimentos que apresentem potencial médio de degradação ambiental, conforme o estabelecido em legislação vigente;

EIV / RIV - Estudo de Impacto de Vizinhança e Relatório de Impacto de Vizinhança para empreendimentos que apresentem baixo potencial de degradação ambiental; ou para os que causem degradação aos imóveis históricos tombados ou em processo de tombamento no Município.

Programa de Requalificação Regional objetiva implantar parques urbanos ou regionais para requalificar as diversas regiões da cidade, indicadas no Mapa Anexo 2 e a seguir descritos:

- Requalificação das áreas onde estão instaladas a Hípica, a CATI e a SAMA como parque urbano;
- Requalificação do Horto como Reserva Ambiental;
- Parque Ecológico Fausto Esteves dos Santos;
- Sistema de Lazer Parque Nossa Senhora das Dores;
- Sistema de Lazer Parque Hippólyto;
- Sistema de Lazer do Jardim do Lago;
- Requalificação do Zoológico;
- Implantação da Reserva Ambiental Morro Azul;
- Implantação Pd. das Águas, em afluente do R. Piracicaba na MZR-PT;
- Lagoa Botafogo.

Programa de requalificação do passeio público objetiva, tornar obrigatória a recuperação ou implantação dos passeios públicos, estabelecendo critérios, normas e procedimentos para a sua implantação às expensas dos proprietários dos imóveis considerando que:

- Contemple critérios para sua implantação e recuperação, bem como os prazos para sua execução;

- Contemple acessibilidade às pessoas deficientes ou com necessidades especiais de locomoção;
- Contemple o tipo de revestimento a ser utilizado, de forma harmônica com o entorno e segura ao pedestre;
- Contemple a forma de fiscalização do seu cumprimento, penalidades e multas.

Plano de Reflorestamento Rural objetiva tornar obrigatória a recuperação das áreas de mata nativa e ou de interesse paisagístico bem como as Áreas de Preservação Permanente APPs ou que venham a se caracterizar como tal em função de ações antrópicas, responsabilizados os seus autores e/ou proprietários, conforme legislação em vigor, considerando que:

- Contemple a reposição ou recuperação da mata nativa com projeto aprovado pelos órgãos competentes, bem como com prazos para sua execução;
- Contemple a forma de fiscalização do seu cumprimento;
- Seja ouvida a SAMA e o COMDEMA em todo o processo que objetive reflorestamento da área rural;

Plano de Regulamentação do Mobiliário Urbano objetiva requalificar as diversas regiões da cidade prevendo:

- Consolidar e promover a identidade visual do mobiliário urbano, equipamentos e serviços municipais definindo, padronizando e racionalizando os sistemas para sua melhor identificação, Com ênfase na funcionalidade e na integração com a paisagem urbana;
- Conscientizar a população e promover a participação da comunidade na valorização, preservação e conservação do mobiliário urbano;
- Estabelecer regras para os projetos de mobiliário urbano;
- Estabelecer prazos para sua implantação.

Programa de Controle de Poluição Sonora nas áreas urbana e rural deverá prever:

- mecanismo de implantação;
- Equipamento de monitoramento;
- Criação de corpo de fiscalização.

VI. DIRETRIZES DE INFRA-ESTRUTURA

(Pavimentação das vias públicas, ao Sistema de Drenagem de Águas Pluviais, ao Sistema de Abastecimento de Água, ao Sistema de Coleta e Tratamento de Esgoto, à Rede de Distribuição de Energia Elétrica e Iluminação Pública, Rede de Distribuição de Gás e Rede de Telecomunicações)

- Distribuição espacial equilibrada da infra-estrutura;
- Compatibilização entre implantação e manutenção da infra-estrutura;
- Elaboração de plano diretor de saneamento contemplando todas as ações previstas e em consonância com os Planos das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá em conjunto com SAAE, SEPLAN, SAMA e Concessionária;
- aprovação ou anuência prévia junto a Seplan e demais secretarias competentes, para toda obra de infra-estrutura a ser realizada nos logradouros públicos a ser obtida pelas autarquias ou empresas concessionárias de serviços, apresentando termo de compatibilização com equipamentos e infra-estrutura já instalados firmado pela empresa ou órgão responsável pelas redes existentes considerando:
 - . Aprovação de projeto e execução de interdição abrangendo sinalização de obras;
 - . Aprovação e execução de recomposição do pavimento e sinalização;
 - . Apresentação de EIV , RAP ou EIARIMA conforme o porte ou abrangência;
 - . Apresentação de ART dos projetos e execução das obras.
- Elaborar Lei específica para a cobrança do uso do solo público das redes de Infra-estrutura existentes ou a implantar
- Poderão ser realizados estudos técnicos para instalação de dutos horizontais simultâneos, destinados à passagem de tubulação e fiação dos sistemas de infra-estrutura urbana.

Pavimentação e Drenagem Superficial:

- Executar a pavimentação de vias urbanas onde não exista esta infra-estrutura, e de vias rurais onde seja diretriz pavimentar, bem como a conservação da pavimentação existente, estabelecendo plano e cronograma de prioridades, considerando a hierarquização e classificação constantes da proposta e as interferências sobre os equipamentos e redes de infra-estrutura instaladas;
- Revisar Plano Diretor de macro drenagem e elaborar plano de micro drenagem para eliminar os pontos críticos de inundação e planejar as áreas a urbanizar, considerando:
 - . Estudo hidrológico e inventário de áreas de contenção constantes dos documentos 0735.RT.01.H.0001/01 e 0735.RT.01.H.0002/00 arquivados junto ao SAAE;
 - . ZIEs que poderão, quando necessário, ser utilizadas total ou parcialmente para implantação de bacias de contenção ou detenção e demais dispositivos de drenagem;
 - . Tempo de recorrência de 100 anos para macrodrenagem urbana e demais requisitos legais e das normas pertinentes;
 - . Tempo de recorrência de 10 anos para microdrenagem urbana.
- Manter e incrementar programa de limpeza e manutenção permanente do sistema de galerias da cidade;
- Analisar e emitir parecer para propostas alternativas de micro drenagem urbana e rural, conforme normas pertinentes;
- Integrar o Plano Diretor de Saneamento, juntamente com estudos e propostas para os sistemas de abastecimento de água, coleta e tratamento de esgotos e resíduos sólidos.
- poderá contemplar proposta técnica alternativa de pavimento permeável.
- águas pluviais provenientes de caminhamento natural das MZR-PT, MZR-PA e MZR-PM deverão ser recebidas por toda a propriedade rural à jusante, não sendo permitida a utilização de qualquer tipo de obstáculo e poderão ser coletadas em cisternas destinadas ao uso exclusivo da propriedade rural.

- águas pluviais oriundas de obras que alterem o perfil topográfico natural poderão ser recebidas por propriedades à jusante, desde que:

- Seja objeto de aprovação pelos órgãos competentes;
- seja instituída servidão administrativa ao longo de seu trajeto;
- sejam comprovados os pagamentos das indenizações necessárias;
- tenha anuência dos proprietários lindeiros atingidos;
- sejam executadas as obras necessárias para implantação dos dispositivos de drenagem.
- ser promovidas pelo agente causador as suas expensas.

- proibir lançamentos de quaisquer efluentes prejudiciais aos corpos d'água pelo sistema de drenagem.

Sistemas de Abastecimento de Água e Coleta e Tratamento - diretrizes que deverão constar de Plano Diretor de Saneamento:

- Atender 100% da área urbana com rede de distribuição de água e rede coletora de esgoto em conformidade com o estabelecido no Plano Diretor de Saneamento obedecida a Lei Federal 11.445/07, Marco Regulatório do Saneamento Básico, e Plano de Bacias e ainda promover estudos de viabilidade para atendimento de parcelamentos do solo clandestinos e irregulares e propriedades e atividades rurais;
- Manter um fornecimento homogêneo de água em todas as regiões urbanas da cidade, através da construção de novas adutoras e reservatórios e da substituição das redes existentes;
- Construir dispositivos de condução de esgotos em todos os cursos d'água que os estejam recebendo "in natura";
- Efetivar o funcionamento total do sistema de tratamento de esgoto produzido na área urbana do Município num prazo de 10 anos, conforme TAC firmado com Ministério Público e Plano Diretor Setorial, através das seguintes obras:
 - . Conclusão da E.T.E. Tatu;
 - . Conclusão das E.T.E's Água da Serra;
 - . Relocação da E.T.E. Graminha.

- Integrar os estudos e propostas com o sistema de drenagem urbana e coleta e destinação de resíduos sólidos.
- Os Sistemas de Abastecimento de Água e de Coleta e Tratamento de Esgotos poderão ser administrados e geridos através de concessão de Serviços Públicos.
- O Sistema de Coleta e Tratamento de Esgotos deverá garantir eficiência no tratamento de esgotos de qualquer categoria e classificação de acordo com a Legislação Ambiental vigente.

Sistema de Abastecimento de água das Macrozonas Rurais de Produção Agropecuária e de Potencial Turístico deverá ser de captação e tratamento autônomos, devidamente licenciados pelos órgãos ambientais competentes após análise de impacto ambiental.

Sistema de esgotamento sanitário para as MZR-PA, MZR-PT e MZR-PM deverá ser integrado à rede pública se, tecnicamente viável, mediante parecer do órgão operador do sistema podendo, caso contrário, ter solução autônoma devidamente licenciada pelos órgãos ambientais competentes, após análise de impacto ambiental.

Redes de Energia Elétrica - diretrizes:

- Atender 100% da área urbana;
- Atender 100% da área rural desde que a gleba esteja regularizada nos moldes do Incra para fins de exploração agrícola;
- Atender 100% da área de urbanização específica para fins de regularização de chácara de recreio, nos termos da Lei Municipal Complementar 357/2005;

- Adoção de medidas e instrumentos legais de gestão visando a conservação e eficiência energética bem como o uso racional de energia.

Redes de Comunicação e Telemática - diretrizes:

- Fixar estratégias para acompanhamento da evolução tecnológica dos sistemas de comunicações e telemática em nível municipal e regional, estimulando a participação e controle compartilhado entre os setores público e privado e a sociedade;
- Proporcionar os sistemas de telecomunicações e telemática em infraestrutura de suporte às decisões de planejamento, desenvolvimento socioeconômico e de atração de novos investimentos e empreendimentos urbanos e para integração da área rural;
- Implantação da Infovia Municipal utilizando os tecnologias de ponta de sistemas de comunicação;
- Fazer cumprir normas, regras e leis específicas para instalação de Estações Transmissoras, especialmente antenas de telecomunicações.

gestão dos resíduos sólidos - diretrizes:

- elaboração de plano para coleta e reciclagem contemplando:
 - . Coleta seletiva a uma taxa crescente de atendimento de 10% do volume total produzido no município a cada ano;
 - . Aumento da área de abrangência servida de coleta seletiva em 10% da área urbana a cada ano;
 - . Definição de sistema de coleta seletiva eficiente, mediante estudo de casos e levantamento de dados locais;
 - . Tratamento e destinação completos, inclusive do lodo gerado utilizando-se das tecnologias disponíveis mais adequadas;

- . Garantir periodicidade para coleta de resíduos sólidos domiciliares três vezes por semana na área urbana e uma vez por semana na área rural, definido corredores de coleta para atendimento de todos os bairros rurais, conforme estudo de viabilidade;
- . Operacionalização da gestão de resíduos sólidos da construção civil, com ou sem parceria público-privada contemplando a seleção nas obras, a logística de transporte e destinação em usina de reciclagem, com sistema tecnológico de aproveitamento máximo de sub-produto, gerando mínimo de resíduo final com destinação ecologicamente estabelecida no processo;
- . Criação pelo poder público ou iniciativa privada incentivada pelo poder público, de usina de reciclagem para resíduos sólidos separadamente por origem de produção;
- . Estudos sobre a demanda e destinação do lixo hospitalar para um horizonte de, no mínimo, 10 anos.

– Implantação, mediante normas específicas, estudos considerano o Zoneamento geotécnico, do novo aterro sanitário, excetuando sua localização nas(s):

- . Macrozona Rural de Proteção aos Mananciais, inclusive Zonas Corredores Rurais e de Desenvolvimento;
- . Macrozona Rural de Potencial Turístico;
- . Zonas de Reserva Ambiental;
- . Macrozona Urbana.

VII. DIRETRIZES DE EQUIPAMENTOS COMUNITÁRIOS

- edificações públicas destinadas ao atendimento à saúde, à educação, ao lazer e recreação, ao esporte e à segurança pública.
- as políticas e demais ações setoriais de educação, saúde, cultura, turismo, esporte e lazer, e promoção social são ou serão objeto de planos e programas específicos, desenvolvidos pelas secretarias e autarquia competentes.
- os equipamentos comunitários, exceto os destinados à recreação, lazer e esporte, não poderão ser construídos em áreas verdes ou naquelas denominadas anteriormente a esta Lei como área ou sistema de recreio ou de lazer.
- as áreas institucionais e verdes não poderão ser objetos de concessão ou permissão de uso, seja para particular ou para o terceiro setor, devendo ser mantido o uso público.
- a implantação de equipamentos comunitários deve obedecer, além das demais leis e normas específicas para cada caso, aos requisitos do Plano Disciplinador Urbanístico, contemplando especialmente:
 - Baías para parada de ônibus intramunicipal;
 - Estacionamentos;
 - Vagas regulamentadas;
 - Vagas para carga e descarga e embarque e desembarque.

Equipamentos educacionais

- se destinados à educação infantil e ensino fundamental deverão observar a diretriz de prestar atendimento à população considerada dentro do raio de 500m, a contar de suas divisas.
- se destinados à educação para o segundo ciclo do ensino fundamental e o ensino médio deverão observar a diretriz de prestar atendimento à população considerada dentro do raio de 800m, a contar de suas divisas.
- prioritárias para implantação de unidade escolar destinada à educação infantil as seguintes regiões:
 - . Lagoa Nova;
 - . Novo Horizonte;

- . Santa Adélia;
- . Campo Belo;
- . Antonio Simonetti;
- . Jardim Dutra;
- . Ernesto Kuhl;
- . Olindo de Lucca;
- . Abílio Pedro;
- . Jardim Vanessa ;
- . Ouro Branco e Roseira;
- . Anavec;
- . Vila Queiroz.

- prioritárias para implantação de unidade escolar destinada ao primeiro ciclo do ensino fundamental, as seguintes regiões:

- . Lagoa Nova;
- . Novo Horizonte;
- . Santa Adélia;
- . Campo Belo;
- . Antonio Simonetti;
- . Ernesto Kuhl;
- . Jardim Dutra;
- . Olindo de Luca;
- . Jardim Vanessa;
- . Abílio Pedro;
- . Ouro Branco e Roseira.

- prioritários para implantação de unidade escolar destinada ao segundo ciclo do ensino fundamental e ensino médio as seguintes regiões:

- Lagoa Nova;
- Bairro dos Pires.

- O Município deverá buscar firmar convênio com o governo do Estado visando à implantação de unidades escolares que atendam ao Ensino Médio nas regiões deficitárias, bem como a otimização da ocupação das unidades escolares ociosas para usos da comunidade.

Equipamentos de saúde

- as Unidades Básicas de Saúde - UBS deverão prestar atendimento básico à população urbana considerada dentro do raio de dois quilômetros (2 km), a contar de suas divisas.
- prioritárias para implantação de Unidade Básicas de Saúde - UBS, as seguintes regiões:

- Jardim Novo Horizonte;
- Vila Independência;
- Santa Eulália;
- Residencial Campo Belo;
- Jardim Ipanema;
- Jardim Vista Alegre;
- Nossa Senhora das Dores;
- Jardim da Graminha.

- prioritárias para implantação do Programa de Saúde da Família – PSF, cuja característica é promover preventivamente a saúde da população, deverão ser implantados prioritariamente nas seguintes regiões:

- Jardim Santa Amália;
- Boa Vista;
- Santa Adélia;
- Santana Paroli Picinini;
- Jardim Residencial Roseira;
- Gustavo Piccinini;
- Jardim Olga Veroni;
- Santa Eulália;

- Jardim da Graminha;
- Cecap;
- Jardim das Palmeiras.

- prioritários para Gestão do Sistema de Saúde Pública, a implantação dos seguintes equipamentos:

- Centro de Referência à Saúde da Mulher;
- Centro de Referência do Idoso;
- Casa Abrigo para mulheres vítimas de violência;
- Pronto Socorro Municipal.

Equipamentos de Cultura, Turismo e Eventos

- Projetar e implantar na ZIE – Zona de Intervenção Estratégica da pedreira próxima ao Parque Abílio Pedro um Complexo Municipal Cultural e de Eventos, público, específico para a realização de atividades turísticas, de lazer e entretenimento, tais como exposições e feiras, eventos ao ar livre, desfiles, bailes, bem como de eventos culturais tais como teatro, ópera, espetáculos de dança e shows.

– O espaço destinado à realização dos eventos poderá contemplar, dentre outros, a construção de concha acústica, devendo seu projeto e execução ser acompanhado por técnicos especializados em cenografia, acústica e luminotécnica.

– A construção desse Complexo Cultural deverá ser objeto de estudo técnico urbanístico contemplando:

- . Fluxo de veículos;
- . Fluxo de pedestres;

- . Estacionamentos de automóveis com vagas para deficiente físico e idoso e ônibus de turismo, pátios de carga e descarga e áreas para embarque e desembarque;
 - . Níveis elevados de ruídos;
 - . Baías de ônibus com abrigo.
 - . criação e funcionamento de linhas especiais de transporte coletivo intra-urbano para os dias de eventos.
- Projetar e implantar, prioritariamente nos bairros a serem requalificados, espaços culturais para a realização de oficinas culturais, contemplando as seguintes atividades e suas necessidades específicas:
- Salas de dança: com barras e espelhos;
 - Oficinas de teatro;
 - Oficinas de música, com tratamento acústico;
 - Oficinas de artes plásticas.

Equipamentos de Promoção Social

- Utilizar o espaço físico dos Centros Comunitários para a realização de eventos culturais, tais como: peças de teatro, exposições e feiras, shows de música e atividades similares.
- Prioritariamente reformar e/ou ampliar os Centros Comunitários e Esportivos existentes e prever a construção de novos Centros Comunitários e Esportivos, conforme estudos e demandas constantes dos Planos de Bairros a serem elaborados, para oferecer uma completa gama de atividades sociais, culturais e esportivas, bem como para funcionarem como pólos de requalificação atratores de outros equipamentos urbanos variados, tais como agência de correios, posto telefônico, centro comercial, terminal de ônibus, a se instalarem no entorno.

Equipamentos de Esportes

- Projetar e implantar um complexo esportivo municipal de múltiplo uso contemplando ginásio poliesportivo, centro aquático e campo de atletismo, conforme dimensões oficiais, para eventos dos calendários oficiais das diversas federações, de forma a otimizar toda a estrutura de apoio necessária à realização de campeonatos.
- Sua localização será objeto de estudo técnico urbanístico, considerando a região a ser atingida para comportar o impacto gerado por:
 - Fluxo de veículos;
 - Fluxo de pedestres;
 - Estacionamentos de automóveis com vagas para deficiente físico e idoso e ônibus de turismo, pátios de carga e descarga e áreas para embarque e desembarque;
 - Níveis elevados de ruído.

Equipamentos de Segurança Pública

- Os equipamentos comunitários destinados a Postos de Atendimento Comunitário da Guarda Municipal e demais usos para segurança pública serão objeto de definição por Plano Setorial específico que definirá, após consulta à SEPLAN, sua localização adequada, considerando os usos por equipamentos comunitários demandados em cada região da cidade.

Equipamentos de Promoção Rural

- Os equipamentos comunitários destinados à implantação de Centros Rurais deverão ser locados preferencialmente, quando possível, junto a pequenas estruturas existentes, que admitam ampliações de forma a comportar, conforme a demanda comprovada, as seguintes atividades:
 - Centro comunitário esportivo e cultural;

- Base de segurança pública;
 - Atendimento público à saúde;
 - Ponto de comercialização da produção local agropecuária e de produtos típicos;
 - Escola e creche;
 - Estacionamento e áreas de carga e descarga;
 - Posto de desinfecção sanitária;
 - Posto de correio rural;
 - Ponto de ônibus.
- poderá ser viabilizada mediante parceria ou convênio entre a Prefeitura, Estado e sociedade civil organizada.
- regiões prioritárias para instalação dos Centros Rurais são:
- Bairro do Pinhal;
 - Bairro dos Pires e Frades;
 - Bairro do Tatu;
 - Bairro do Parronchi;
 - Bairro São João;
 - Bairro Jaguari.

Equipamentos de Serviços Públicos de Sepultamento

- Elaborar projetos de requalificação ambiental para os cemitérios existentes, contemplando Melhoria paisagística, Utilização de tecnologias adequadas para sepultamento, Otimização da Ocupação.
- Deverão ser elaborados estudos que possam viabilizar formas alternativas de sepultamento como crematórios e cemitérios verticais.
- A implantação de novos cemitérios e crematórios deve obedecer ao Plano Disciplinador – Título III desta Lei, mediante elaboração de EIA / RIMA e legislação e normas vigentes além de manter permeável, no mínimo, 50% da área do imóvel e serem previstos pontos de táxi.

VIII. DIRETRIZES DE GESTÃO E PLANEJAMENTO TERRITORIAL AMBIENTAL

SISPLAN

- criação do Sistema Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental - SISPLAN,
- permitir o desenvolvimento de um processo contínuo, dinâmico e flexível de planejamento e gestão da política territorial ambiental com vistas ao interesse público.
- criar canais de participação da sociedade na gestão municipal da política urbana;
- garantir eficiência e eficácia da gestão visando melhoria da qualidade de vida;
- instituir um processo permanente e sistematizado de detalhamento, atualização e revisão do Plano Diretor
- atuação:
 - . Na formulação de estratégias, políticas e atualização do Plano Diretor;
 - . No gerenciamento e fiscalização do Plano Diretor e na formulação e aprovação dos programas e projetos para a sua implementação e na definição das diretrizes para formulação do Plano Plurianual - PPA e da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO;
 - . No monitoramento e controle dos instrumentos urbanísticos e dos programas e projetos.
- composição:
 - Secretarias e autarquias que participam do planejamento, construção e monitoramento do espaço da cidade;
 - Concessionárias de serviços públicos;
 - Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental - COMPLAN;
 - Comissão de Estudo e Análise de Uso e Ocupação do Solo - CEAUOS;
 - Sub-comissão de análise e aprovação de projetos de urbanização;

- Fundo Municipal de Gestão Urbana – FUNDURB;
 - Sistema de Informações Georreferenciadas
- gerenciamento do sistema: Secretaria de Planejamento e Urbanismo.
- assegurada a participação da população em todas as fases do processo de planejamento e gestão da Política Territorial Ambiental mediante as seguintes instâncias:
- . Conferências e audiências sobre assuntos de interesse urbano;
 - . Conselho Municipal de Gestão e Planejamento Territorial Ambiental;
 - . Assembléias de Bairros;
 - . Iniciativa popular de projetos de lei, programas e projetos de desenvolvimento territorial ambiental.
- proposta de iniciativa popular de planos, programas e projetos de crescimento e desenvolvimento territorial e ambiental deverá ser apreciada:
- . preliminarmente pela CEAUOS, em relatório técnico circunstanciado sobre o seu conteúdo e impactos decorrentes, ao qual deve ser dada publicidade;
 - . pela Seplan, através de parecer técnico;
 - . Pelo COMPLAN.
- ampla publicidade a todas as resoluções, deliberações, audiências, debates, conferências e plenárias decorrentes do processo de planejamento e gestão territorial ambiental.

COMPLAN

- criação do Conselho Municipal de Planejamento e Gestão Territorial Ambiental - COMPLAN, órgão deliberativo, fiscalizador, de acompanhamento e de assessoramento em relação às políticas territoriais e ambientais.

- vinculado à Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo.

- atribuições do COMPLAN:

- . Monitorar a gestão do Plano Diretor;
- . Emitir pareceres sobre proposta de alteração da Lei do Plano Diretor;
- . Acompanhar a execução de planos, programas e projetos de interesse do desenvolvimento territorial ambiental, inclusive os planos setoriais;
- . Acompanhar a regulamentação da legislação urbana, de expansão urbana e rural e analisar, quando necessário, casos específicos;
- . Colaborar na elaboração da política de infra-estrutura e desenvolvimento do Município;
- . Supervisionar a aplicação dos instrumentos de indução da política urbana, de expansão urbana e rural previstos na Lei;
- . Colaborar na política de saneamento e de preservação ambiental em conjunto com o COMDEMA – Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente;
- . Convocar, organizar e coordenar as conferências e assembléias territoriais de bairros;
- . Convocar audiências públicas.

- poderá instituir câmaras técnicas e grupos de trabalho específicos, cabendo a participação de profissionais especializados, quando necessário.

- paritário, composto por 40 membros, sendo:

- . 20 Representantes do Executivo,
- . 20 representantes da sociedade civil,

- os representantes da sociedade civil e seus suplentes serão indicados através da realização de plenárias, sendo a primeira plenária para eleição dos conselheiros será realizada até 30 dias após a promulgação da Lei

- os representantes do Executivo e seus suplentes serão indicados por suas Secretarias à Seplan, no prazo máximo de 15 dias após a promulgação da Lei

- mandato do conselheiro terá duração de 2 anos, findos os quais poderá ser revalidado por igual período.
- Anualmente o COMPLAN apresentará relatório de gestão do exercício e plano de ação para o exercício seguinte, respeitando-se ações da Lei.
- seus procedimentos descritos em regimento interno a ser elaborado no prazo de 60 dias a contar da data de sua primeira reunião, estabelecendo critérios de frequência, reuniões, substituições e procedimentos.
- reuniões a cada 2 meses em sessões ordinárias ou extraordinariamente, com convocação com 10 dias de antecedência.

CEAUOS

- criação da Comissão de Estudo e Análise de Ocupação do Solo – CEAUOS
- vinculada a SEPLAN,
- composta por servidores públicos com qualificação técnica específica para o desempenho de sua atividade,
- objetivos:
 - . Analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos planos de urbanização, de Empreendimentos Habitacionais de Interesse Social – EHIS e os Planos de Urbanização Específica;
 - . Analisar projetos e emitir pareceres sobre a aprovação e a implantação de projetos e atividades classificadas como incômodas ou impactantes;
 - . Analisar os projetos e emitir pareceres sobre a aprovação dos empreendimentos resultantes da aplicação dos Instrumentos Urbanísticos;
 - . Proceder à análise urbanística dos casos omissos e/ou contraditórios e elaborar os devidos pareceres a serem submetidos à manifestação do COMPLAN.
- composição:
 - . 4 Membros da Secretaria de Planejamento e Urbanismo;
 - . 1 Membro da Secretaria de Transportes;
 - . 1 Membro do Serviço Autônomo de Água e Esgoto SAAE;

- . 1 Membro da Secretaria da Saúde/Vigilância Sanitária;
- . 1 Membro da Secretaria do Desenvolvimento;
- . 1 Membro do Departamento Tributário da Secretaria da Fazenda;
- . 1 Membro da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

- parecer nos planos de urbanização – análise em 60 dias e apresentados os pareceres em reunião quinzenal a partir de um sub-grupo com os membros da CEAUOS

- Excepcionalmente, poderão integrar a CEAUOS membros das demais secretarias municipais, quando assim o exigirem assuntos pertinentes.

- Na impossibilidade de comparecimento do membro em reuniões, deverá ocorrer substituição pelo técnico que responda temporariamente pelo cargo.

- reuniões quinzenais na Seplan com presença obrigatória dos membros

- nomeação por ato do Executivo , sendo a 1ª nomeação no prazo de 30 dias, a contar da data da promulgação da Lei.

FUNDURB

- Criação, mediante lei específica no prazo de 365 dias a contar da data de publicação desta Lei, o Fundo Municipal de Gestão Urbana – FUNDURB destinado a receber receitas provenientes de:

- . Operações Urbanas;
- . quaisquer recursos ou rendas decorrentes da aplicação dos instrumentos urbanísticos

- recursos do FUNDURB serão aplicados em conformidade nos planos, programas, projetos e ações previstas na Lei com as seguintes finalidades:

- . implantação e conservação de equipamentos urbanos, exceto os destinados à saúde e educação;
- . ampliações ou adequações do sistema viário;
- . em obras de drenagem, urbana ou rural;
- . em projetos de reurbanização vinculados à habitação de interesse social;

- . em programas e projetos destinados à requalificação e preservação ambiental, especialmente os relacionados a APP's degradadas;
- . Conservação e requalificação de imóveis de interesse histórico e turístico que sejam de propriedade do Município.

- será gerido pela Secretaria de Planejamento e Urbanismo, ouvido o COMPLAN.

DO SISTEMA DE INFORMAÇÕES

- subordinado à Secretaria de Planejamento e Urbanismo,
- objetivo: fornecer informações para o planejamento, o monitoramento, a implementação e a avaliação da política urbana, subsidiando a tomada de decisões de gestão do planejamento
- conter e manter atualizados dados, informações e indicadores sociais, culturais, econômicos, financeiros, patrimoniais, administrativos, físico-territoriais, inclusive cartográficos, ambientais, imobiliários e outros de relevante interesse para o Município
- garantir meios para a concepção e implantação de um banco de dados único georreferenciado, de forma a promover a integração e a agilização de todos os órgãos municipais
- Implantar estrutura que permita a atualização periódica da Planta de Valores Genéricos, com mapeamento adequado, por face de quadra, objetivando proporcionar a justiça fiscal
- princípios:
 - . Simplificação, economicidade, eficácia, clareza, precisão, segurança,
 - . Democratização, publicização e disponibilização das informações, em especial as relativas ao processo de implementação, controle e avaliação;
 - . ampla e periódica divulgação dos dados do sistema por todos os meios possíveis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação social produziu efeitos que podem ser verificados especialmente nos conceitos diversos dos da análise integrada realizada pelo Comitê Gestor e sua proposta – a Revisão 1.

Isto significa que não foi um plano imposto, mas sim que se trata de um pacto social a partir do qual a sociedade passa a ser co-responsável diretamente pelo crescimento, desenvolvimento e gestão urbanos, co-responsável pelos erros e acertos e pelos frutos que virão das decisões adotadas.

A revisão de uma lei é sempre um processo de retro-avaliação, a partir de seus efeitos, frente à dinâmica vida cidadina que impõe novos contextos, gerando a possibilidade de se corrigir distorções e aprimorar diretrizes implantadas, reforçando ou alterando rotas de crescimento e desenvolvimento.

Ao elaborar todo esse processo efetivamente participativo e a proposta do novo Plano Diretor, tivemos sempre a certeza de que, além de ser o principal instrumento de gestão e planejamento territorial ambiental de uma cidade, sua construção é excelente oportunidade de evolução de uma sociedade por ser também ferramenta de educação.